



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Aline Leal Mota

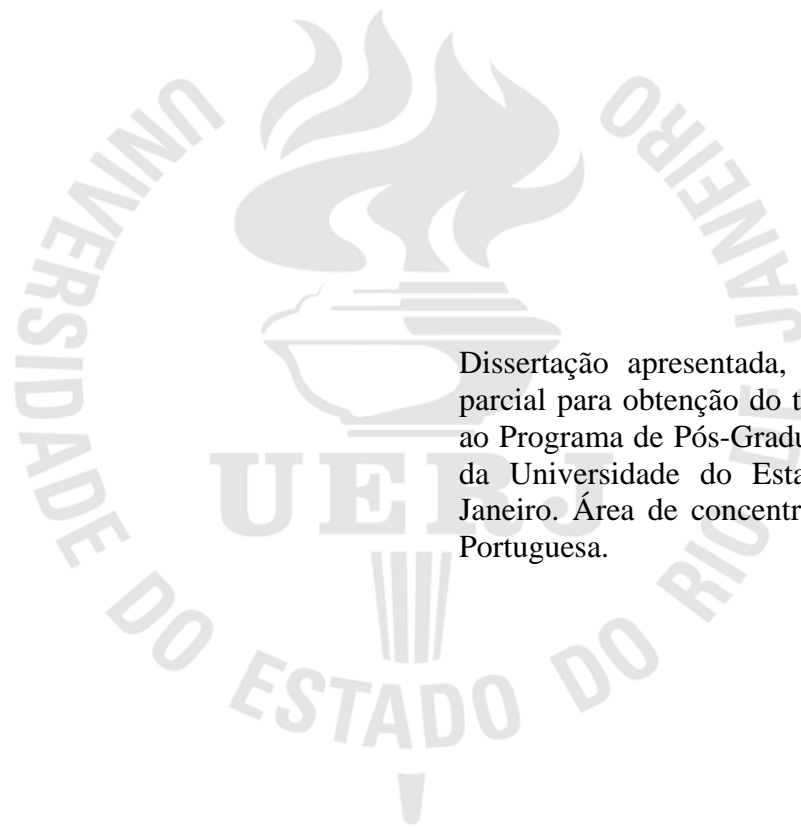
**Anticlericalismo em mutação: as três versões de “O Crime do Padre  
Amaro” (1875-1876-1880), de Eça de Queirós**

Rio de Janeiro

2014

Aline Leal Mota

**Anticlericalismo em mutação: as três versões de “O Crime do Padre Amaro”  
(1875-1876-1880), de Eça de Queirós**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

Q3	<p>Mota, Aline Leal. Anticlericalismo em mutação: as três versões de “O Crime do Padre Amaro” (1875-1876-1880), de Eça de Queirós / Aline Leal Mota. – 2014. 92 f.</p> <p>Orientador: Sérgio Nazar David. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Queiroz, Eça de, 1845-1900 - Crítica e interpretação – Teses. 2. Queiroz, Eça de, 1845-1900. O crime do padre Amaro – Teses. 3. Literatura portuguesa – História e crítica - Teses. 4. Realismo na literatura – Teses. 5. Naturalismo na literatura – Teses. 6. Anticlericalismo – Teses. I. David, Sérgio Nazar, 1964-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 869.0-95</p>
----	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Aline Leal Mota

**Anticlericalismo em mutação: as três versões de “O Crime do Padre Amaro”  
(1875-1876-1880), de Eça de Queirós**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 25 de março de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Nazar David  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Paulo Motta Oliveira  
Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Soares da Cruz  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2014

## DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria Aparecida de Mello Leal, sem a qual eu não seria, não estaria e não teria chegado até aqui;

Ao meu pai, Dúlio Manuel dos Santos Mota, apesar de saber que minha opção lhe traz certa decepção (de brincadeira);

Aos meus padrinhos, Antonina de Mello Leal, *in memoriam*, e Eduardo Chinelli, cujo incentivo fez de mim uma pessoa melhor;

Aos meus avós e à minha tia, Glória Maria de Mello Leal, *in memoriam*, porque tudo o que faço é dedicado também a eles;

A Aluizio Ramos Trinta, por ter me apresentado à vida acadêmica e por ter me feito diferente com o seu amor;

À Rafaela Assad Bensoussan e a Jorge Felipe Assad Bensoussan, meus afilhados amados;

À Nathalia Melgaço Frazão de Azevedo, presente que ganhei;

E a todos(as) os(as) meus(minhas) alunos(as), meus(minhas) maiores incentivadores, sempre.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Aparecida de Mello Leal, por ter acompanhado mais este processo e vivido cada passo dele junto a mim; e por me ter num tamanho que não mereço.

Ao meu pai, Dúlio Manuel dos Santos Mota, por ter atendido a cada livro pedido, com a garantia de muito o amar, mesmo sendo a ‘ovelha negra’ da família.

Ao meu padrinho, Eduardo Chinelli, pela vibração e pelo apoio.

À Christianne Cotrim Assad Bensoussan, por acreditar mais em mim que eu mesma.

A Marcelo Cesar Monteiro Martins, por me lembrar tantas vezes de que eu era capaz.

À Liliane Leal Pessanha, que há anos me convenceu de que eu poderia chegar até aqui, e deu por mim o primeiro passo.

Ao Dr. Maurício Chveid, por me ter devolvido à vida, e inteira.

Aos Professores Sérgio Nazar David, Cláudia Maria de Souza Amorim e José Carlos Barcellos, *in memoriam*, pela imensa inspiração que representaram ao longo desta trajetória acadêmica.

Ao Professor Carlos Eduardo Soares da Cruz, por seu apoio e por suas valiosas observações sobre o trabalho.

À Professora Henriqueta do Couto Prado Valladares, por há muitos anos ter me afirmado que nunca era tarde para recomeçar.

Aos meus alunos e às minhas alunas, por terem tornado tão agradável este caminho com suas perguntas e observações.

Ao Irmão Gonçalves Xavier, fms, *in memoriam*, por me ter apresentado a Deus e a uma igreja com mais abades Ferrão e menos Amaros.

Aos meus avós, Maria dos Santos Mota e João Mota, *in memoriam*, por terem me permitido trazer Portugal em meu sangue.

Aos meus avós, Dulce de Mello Leal e Ede Leal, *in memoriam*, por terem me ensinado tanto.

Às minhas tias Antonina de Mello Leal e Glória Maria de Mello Leal, *in memoriam*, pelo tanto que gostariam de participar deste momento.

Ao tio Tito Soares de Miranda, *in memoriam*, por ter apresentado a obra de Eça de Queirós à minha mãe.

A Marcus Vinicius Campanhã, *in memoriam*, pela diferença que fez e faz na minha vida.

“Eu lhes digo. Eu, se me atirarem um bofetão à face direita... Enfim, são ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo, ofereço a face esquerda. São ordens de cima!... Mas depois de ter cumprido esse dever de sacerdote, oh, senhoras, desanco o patife!”

*Eça de Queirós*

## RESUMO

MOTA, Aline Leal. *Anticlericalismo em mutação: as três versões de “O Crime do Padre Amaro”* (1875-1876-1880), de Eça de Queirós. 2014. 92 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A pesquisa visa estudar as três versões de *O Crime do Padre Amaro* (1875, 1876, 1880) pelo viés da religiosidade, do anticlericalismo, da política. Ao abrir a dissertação, apresentar-se-á um quadro sucinto do momento histórico em que a obra foi escrita. A obra de José Maria Eça de Queirós costuma ser dividida em três fases: o primeiro momento, dito romântico, das *Prosas Bárbaras* (1866-1867) e da primeira versão de *O Crime do Padre Amaro* (1875); o segundo momento, quando, atraído pelas teorias do realismo/naturalismo, escreve a segunda e a terceira versões do *Crime do Padre Amaro* (1876 e 1880) e o *Primo Basílio* (1878); e o terceiro, desligado de normas específicas, de *O Mandarin* (1880), *A Relíquia* (1887), *Os Maias* (1888), *A ilustre casa de Ramires* (Póstumo, 1900) e *A cidade e as serras* (Póstumo, 1901). A história literária de *O Crime do Padre Amaro* inicia-se em 1875, e continua em duas outras edições, de 1876 e 1880. O objetivo do nosso estudo, ao revisitar as três versões de *O Crime do Padre Amaro*, é sobretudo analisar o processo de criação queirosiano na obra em tela, para, deste modo, identificar os pontos vitais que levaram o nosso autor a reescrevê-la duas vezes. Nossa hipótese maior de discussão para o problema levantado tem a ver com as teorias do realismo-naturalismo e com o anticlericalismo de Eça.

Palavras-chave: Literatura Portuguesa. Século XIX. Eça de Queirós. Realismo-naturalismo.

Anticlericalismo. O Crime do Padre Amaro.



## ABSTRACT

MOTA, Aline Leal. *Mutating anticlericalism: the three versions of Eça de Queirós' "O Crime do Padre Amaro"* (1875-1876-1880). 2014. 92 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The research aims at studying the three different versions of *O Crime do Padre Amaro* (1875, 1876, 1880) – through the lens of religiosity, anticlericalism and politics. Opening the study, a summary of the historical moment of each of the versions of the book will be presented. The work of José Maria Eça de Queirós is usually presented in three phases: the author of the first moment, said to be romantic, of *Prosas Bárbaras* (1866-1867) and of the first version of *O Crime do Padre Amaro* (1875); the creator (possibly attracted by realism/naturalism) of the second and the third versions of *O Crime do Padre Amaro* (1876 e 1880) and of *Primo Basílio* (1878). Furthermore, a third phase, unlinked to specific norms of style, of *O Mandarim* (1880), *A Relíquia* (1887), *Os Maias* (1888), *A ilustre casa de Ramires* (Posthumous, 1900) and *A cidade e as serras* (Posthumous, 1901). The literary history of *O Crime do Padre Amaro* starts in 1875, and continues in two other editions, in 1876 and 1880. The objective of the study, when revisiting the three versions of *O Crime do Padre Amaro* is, above all, having Queirós' creation process on screen, as to find the key points which led the author to rewrite it twice. Our discussion hypothesizes to the problem in question is related to the theories of realism-naturalism and with Eça's anticlericalism.

Keywords: Portuguese Literature. 19<sup>th</sup> Century. Eça de Queirós. Realism-Naturalism. Anticlericalism. *O Crime do Padre Amaro*.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Eça de Queirós em Newcastle, com um grupo que inclui a possível amante loura do autor .....	26
Figura 2 –	Pintura representativa do sonho de Amélia sendo amortalhada .....	34
Figura 3 –	Primeiro capítulo da primeira versão da obra .....	38
Figura 4 –	Leiria à época em que Eça de Queirós lá vivia .....	57

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>MOMENTO HISTÓRICO E SOCIEDADE</b> .....	14
1.1	<b>A Questão Coimbrã</b> .....	15
1.2	<b>As Conferências do Casino</b> .....	17
1.3	<b>O Liberalismo</b> .....	18
1.4	<b>O Anticlericalismo Liberal</b> .....	19
1.5	<b>A Mudança (e as mudanças) de Eça de Queirós</b> .....	23
1.6	<b>As três versões de O Crime do Padre Amaro</b> .....	29
2	<b>A PRIMEIRA VERSÃO DE O CRIME DO PADRE AMARO</b> .....	36
3	<b>A SEGUNDA E A TERCEIRA VERSÕES DE O CRIME DO PADRE AMARO</b> .....	56
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	87
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	89

## INTRODUÇÃO

A pesquisa visa estudar as três diferentes versões de *O Crime do Padre Amaro* (1875, 1876, 1880) – porém, pelo viés da religiosidade, do anticlericalismo, da política. Estudar as versões significa analisá-las, ao invés de simplesmente compará-las e apontar semelhanças e diferenças. Ao abrir o tema, apresentar-se-á o momento histórico de cada uma das versões da obra, a relação da igreja católica com as elites, os hábitos religiosos e a religiosidade marcados nos personagens.

Sem querer utilizar os termos romantismo ou realismo/naturalismo, teremos que os encontrar em referências e estudos de autores diversos. A obra de José Maria Eça de Queirós costuma ser apresentada em três fases: o autor do primeiro momento, dito romântico, das *Prosas Bárbaras* (1866-1867) e da primeira versão d'*O Crime do Padre Amaro* (1875); o criador (supostamente atraído pelo realismo/naturalismo) das segunda e terceira versões do *Crime do Padre Amaro* (1876 e 1880) e do *Primo Basílio* (1878). Além disso, uma terceira fase, desligada de normas específicas, de *O Mandarin* (1880), *A Relíquia* (1887), *Os Maias* (1888), *A ilustre casa de Ramires* (Póstumo, 1900) e *A cidade e as serras* (Póstumo, 1901). A história literária d'*O Crime do Padre Amaro* inicia-se em 1875, e continua em duas outras edições, de 1876 e 1880. Eça havia exercido funções de administrador do concelho de Leiria, local do romance que une um padre sem vocação e uma jovem que viria a morrer, tal como o futuro deste amor, uma criança, que o pai afogará.

O objetivo do estudo, ao revisitar as três versões de *O Crime do Padre Amaro* é, sobretudo, analisar o processo de criação queirosiano, buscando, nas semelhanças e diferenças entre as versões o modo singular de escrita do autor. Além disso, buscamos contrapor novos elementos e analisar diversas nuances na composição da obra, sem, contudo, ter a pretensão de esgotar seu estudo.

Iniciaremos buscando o contexto histórico da segunda metade do século XIX, quando as três versões da obra foram publicadas, incluindo, para tal, a questão coimbrã, as conferências do casino, o liberalismo e o anticlericalismo liberal como partes fundamentais do cenário português à época. Cabe ressaltar que o olhar em relação às questões históricas é o da geração de Eça, a geração dos 1870s. A seguir, incluiremos dados bibliográficos de Eça de Queirós notadamente relevantes para o estudo da publicação do romance. Finalmente, começaremos o estudo da obra propriamente dito, dividindo o mesmo em duas partes: uma primeira enfocando a primeira versão da obra, ainda não disponível em volume, e uma segunda, englobando a segunda e terceira versões. Além de buscar diferenças e semelhanças

entre as versões, procuraremos focar presenças e ausências, sutilezas e declarações que fazem desta uma obra única, singular, bem ao estilo de seu autor. Algumas figuras serão apresentadas como ilustrativas de fatos ou teses que se queriam demonstrar.

A tese principal que defendemos é a de que Eça de Queirós suavizou o tom do discurso da obra da primeira à terceira versão, passando pela segunda, como se tivesse, de fato, “gestado” o romance (REIS, 2000, p. 11). Tanto no trabalho de Carlos Reis, *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós: O Crime do Padre Amaro* (2000), em que apresenta a segunda e terceira versões, quanto no de José Pereira Tavares, *O Crime do Padre Amaro* (1943), em que analisa as duas primeiras redações, encontramos elementos que nos permitiram ir da primeira – e acidentada – publicação à última. Vimos que o autor modificou elementos chave da obra durante o percurso de sua escrita, como, por exemplo, o infanticídio; e foi dando maior complexidade à sua exposição sobre igreja católica, apresentando-a cada vez mais, ao longo das três edições, como uma instituição bipartida, com a inclusão do personagem Ferrão (abade) na terceira versão. Através de tais nuances, que a obra foi ganhando, mudam os destinos dos personagens, o discurso sobre o social e anticlericalismo de Eça de Queirós, que permanecerá vivo até os seus últimos escritos.

## 1 MOMENTO HISTÓRICO E SOCIEDADE

Em Portugal, o momento histórico na segunda metade do século XIX era de transformação, ou, melhor ainda, de reforma-e-volta, já que não se pode estabelecer na historicidade do período uma linha reta. A configuração social do liberalismo português, na visão de Eça e seus contemporâneos, apresenta recorrências históricas que remetem ao passado ao mesmo tempo em que aspiram a um futuro de ruptura: os pressupostos de modernização são reais, ainda que muito do Portugal velho, absolutista, tenha permanecido vivo. A ruptura só seria possível caso os hábitos mudassem – o que, na prática, não ocorreu. Segundo Neto,

“A configuração social do liberalismo português apresenta-nos um remanescente de recorrências históricas que iludem os pressupostos de modernização e de ruptura que seria legítimo esperar. Pesava sobre o país uma *forma mentis* e um trilha de hábitos comportamentais que só a interiorização de valores burgueses avançados, solidamente firmados na livre iniciativa empresarial, poderiam transformar. Mas essa modificação de conteúdos de consciência e de práticas de ação não foi alcançada. É certo que a compra de “bens nacionais” pela nova burguesia ascendente poderia teoricamente fornecer-lhe os meios materiais adequados à profunda reformulação da realidade social. Contudo, este novo estrato hegemônico estabilizará o seu querer em concordância com modelos caducos. Em termos substanciais, as vontades de afirmação individual não diferiam muito das que se haviam expressado na sociedade pré-liberal. (NETO, 1994, p.270)

O golpe militar liderado pelo duque de Saldanha em 1851, que pôs fim ao governo de Costa Cabral, obteve apoio na capital, e constituiu-se um novo governo constitucional regenerador – do qual faziam parte o próprio Saldanha, Rodrigo da Fonseca Magalhães e António Maria de Fontes Pereira de Melo. Apesar de seu passado cartista, tiveram o apoio dos progressistas regeneradores, em nome da preocupação comum: a viabilização de um Portugal moderno. Em 1852, os progressistas dividiram-se em dois grupos, e os dois organizaram-se em partidos políticos: o partido progressista dissidente (ou histórico) e o partido progressista regenerador. (RIBEIRO, 1994, p. 101). Constituiu-se, então, o sistema bipartidário. Os regeneradores, que apoiavam o ministério constituído por Saldanha e sua equipe, estavam empenhados em assegurar uma política de reformas materiais – salvaguardando, no entanto, a plataforma constitucional descrita pelo *Acto Adicional* à Carta de 1826. Por sua vez, os dissidentes (ou históricos), estrategicamente aliados aos cartistas, opunham-se às propostas de reforma política constitucional. Tal oposição ganhou ênfase nos debates na imprensa,

particularmente os travados entre *A Revolução de Setembro*, voz dos regeneradores, que, como tal, apoiou o regime liberal; e *O Português*, voz dos dissidentes (ou históricos), mediado ainda pelo periódico *O Eco Popular* (impresso no Porto). No plano político, acentua-se o embate entre os regeneradores – adeptos de uma administração centralizadora – e os históricos – defensores de uma estrutura política baseada na organização municipalista. Entre tentativas de coalisão e pequenas alternâncias no poder, em 1865 uma coligação regeneradores-históricos forma o governo. Não há uma organização política suficientemente forte para manter um ou outro grupo à frente do governo, e tal cenário segue-se até a década de 70. A sociedade, primordialmente agrária, vê na emigração grande obstáculo para o desenvolvimento de políticas agrícolas e para a aceleração industrial. O país, nas décadas finais do século, ressentia-se de grave crise de identidade nacional, agravada progressivamente. (RIBEIRO, 1994, p. 103)

Na década de 70, a imprensa democrática enriqueceu, com o nascimento, em Lisboa, de um novo jornal. *A República* era redigido por Antero de Quental, Eça de Queirós, Batalha Reis, Oliveira Martins e António Enes. Podemos dizer que a opção republicana dos redatores “assentava-se em bases pouco seguras” (RIBEIRO, 1994, p. 109). Politicamente, a república sonhada era “mais de reação do que de programa, mas de sentimento do que de razão” (RIBEIRO, 1994, p. 109).

### 1.1 A Questão Coimbrã

No cenário de crise da implantação do liberalismo em Portugal, o chamado Romantismo português parecia chegar a seu fim. Com a morte de Almeida Garrett (1854), a insurgência em relação ao movimento romântico personificou-se em Herculano. Sua retirada para Vale dos Lobos, no entanto, encerrou a participação do escritor na rebeldia. Ao redor de Castilho, que ficara em Lisboa, agruparam-se os ultrarromânticos. Porém, Castilho não poderia ser definido como rebelde. Embora seja comumente mencionado como um dos mentores do romantismo, não foi exatamente romântico; e sua forma de escrever caiu no gosto do constitucionalismo. Por esse motivo, tornou-se quase um ‘obstáculo’ a ser transposto pela geração intelectual formada em Coimbra por volta de 1865. A primeira manifestação notável dessa geração ficou conhecida como a “Questão de Coimbra” ou “Questão Coimbrã”, e marca o conflito entre o novo espírito científico europeu e o sentimentalismo do ultrarromantismo. O novo cenário não era restrito apenas à Literatura, mas também se

manifestava contra os conceitos políticos, históricos e filosóficos que o período anterior simbolizava. Dois escritores eram os líderes desse novo grupo formado: o primeiro, Antero Tarquínio de Quental, conhecido por tentar alinhar sua inspiração romântica ao espírito científico; e, além dele, Joaquim Teófilo Fernandes Braga, político, escritor e ensaísta.

O nome refere-se a um conflito que surgiu quando Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, poeta romântico, publicou *Poemas da Mocidade*, dedicado a Castilho, e, de tal forma elogiado, que Castilho propôs seu autor para professor de Literatura no Curso de Letras da Universidade; ao mesmo tempo em que incluiu “referências ironicamente adversas” contra Antero de Quental. Este respondeu violenta e grosseiramente com o folheto *Bom Senso e Bom Gosto* (1865), onde, entre outras expressões descorteses contra António Feliciano de Castilho, destacamos essa: “V. Exa. precisa menos cinquenta anos de idade, ou então mais cinquenta de reflexão”. (FERREIRA, 1985, p. 17)

Os escritores dividiram-se em dois grupos, uns apoiando Castilho; outros, o poeta Antero de Quental. Pinheiro Chagas e Camilo escreveram a favor de Castilho; Teófilo Braga, Eça de Queirós e outros apoiaram Antero. Este lançou o folheto intitulado *Bom senso e bom gosto* (citado acima) – as duas virtudes que Castilho negara aos dois acadêmicos coimbrãos – no qual, de forma irônica e, pode-se dizer, até sarcástica, respondia às provocações do superior das letras oficiais. Os defensores de Castilho replicaram, e começaram a surgir folhetos de ambos os lados. “A batalha estava travada.” O conflito estendeu-se pelos anos subsequentes, e acabou por revelar-se bem mais que uma batalha literária: denunciou rivalidades mais profundas. Os universitários de 1865 reagiam contra a falsidade observada em muitos aspectos da vida de Portugal, resultado da adaptação ao liberalismo. A revolta coimbrã acabou por representar um movimento político, filosófico e literário – em vez de apenas uma batalha contra o romantismo. O grupo que se insurgiu contra Castilho foi o mesmo que tratou, nas Conferências do Cassino, de ligar Portugal ao “movimento moderno” europeu, estudando as formas possíveis de transformações políticas, econômicas e religiosas da sociedade. Desta ânsia de renovação nos dá bom exemplo Eça de Queirós, ao descrever a “ardente e fantástica Coimbra” de seu tempo, em *Um Génio que Era Santo*, sobre Antero de Quental:

“Pelos Caminhos de Ferro que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França), torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários. Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo. Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico, e Proudhon; e Hugo



tornado profeta e justiceiro dos Reis; e Balzac com o seu mundo perverso e lânguido; e Goethe, vasto como um universo; e Poe, e Heine, e creio que já Darwin, e quantos outros! Naquela geração nervosa, sensível e pálida como a de Musset (por ter sido talvez como essa concebida durante as guerras civis) todas estas maravilhas caíam à maneira de achas numa fogueira, fazendo uma vasta crepitação e uma vasta fumarada ! (...) Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo.” (QUEIRÓS, 2011, p. 289).

Podemos dizer que existe em Eça de Queirós uma consciência em relação à dinâmica do mundo, em constante transformação, tal qual os ciclos da natureza, que se impõem à história do homem. Atento a tais características, retrata-as em suas obras, como se estivesse numa posição de questionador. Segundo Carlos Reis, Eça de Queirós foi “um escritor que rejeitava uma concepção estática de produção artística e que não hesitava em procurar novos rumos de criação, quando entendia esgotados ou obsoletos veios de exploração anteriormente fecundos.” (REIS, 1982, p.138). Tal atitude do autor reafirma-se ao longo das várias fases de sua obra, assim como é também denunciada em seus textos de reflexão – prefácios, cartas e crônicas. É característica do escritor a relação atenta e crítica com o meio que o envolve, de onde deriva sua concepção de arte como algo que não se pode isolar da sociedade. Diversas vezes temos a impressão de que Eça perguntava “e se...?” aos fatos observados na sociedade.

## 1.2 As Conferências do Casino

Foram organizadas por Antero, Eça, Teófilo de Braga e outros. Antero fez a apresentação das conferências, indicando os campos que seriam analisados: filosofia, arte, literatura, política, religião, isto é, tudo o que parecia interessar ao homem português da época. Mais uma vez, os pontos de vista aqui apresentados são os da geração de 70.

A primeira conferência, sob o título *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três Séculos*, foi proferida por Antero, que atribuiu a declarada e criticada decadência ao colonialismo, à ação da Igreja Católica (através do Concílio de Trento) e ao absolutismo régio. Mais conferências se realizaram e Eça de Queirós, numa delas, focou o tema *O Realismo Como Nova Expressão de Arte*, onde traçou o que foi chamado à época de ‘as diretrizes’ do romance realista/naturalista.

“O Realismo é a negação da arte pela arte; é a proscrição do convencional, do enfático, e do piegas. É a abolição da retórica

considerada como arte de promover a comoção usando da inchação do período, da epilepsia da palavra, da congestão dos tropos. É a análise com o fito na verdade absoluta. Por outro lado, o Realismo é uma reação contra o Romantismo: o Romantismo era a apoteose do sentimento; o Realismo é a anatomia do carácter. É a crítica do homem. É a arte que nos pinta a nossos próprios olhos para condenar o que houver de mau na nossa sociedade.” (QUEIRÓS, 4.<sup>a</sup> Conferência do Casino, 12 de junho de 1871.)

Eça de Queirós defendeu, então, “a inevitabilidade de tanto o artista português como o espanhol denunciarem sempre o génio<sup>1</sup> da sua pátria, sobretudo quando na sociedade não encontrassem uma ideia diretriz bem definida, que é designada como ideia-mãe.” (REIS, 1990, p.136–137). Podemos entender como ‘génio da pátria’ a alma e a individualidade do povo; e, para o povo português, na pena de Eça de Queirós, uma propensão ao idealismo e ao sonho, lançando a imaginação humana além da realidade.

### 1.3 O Liberalismo

“A herança cultural e filosófica do iluminismo transmitiu-se aos movimentos revolucionários dos séculos XVIII e XIX, contribuindo para consolidar a transformação social, em curso na Europa desde o século XVI.” (RIBEIRO, 1994, p. 183). O homem tornou-se o centro de tudo, substituindo o religioso – como era desde a Idade Média. A nova concepção do poder e da ordem era ditada, agora, pela ciência, pelo progresso e pela riqueza. A esse movimento de transformação acompanhou uma nova ideologia: o Liberalismo.

Pode-se dizer que o Liberalismo, em Portugal, centrou-se (na maior parte das vezes) em burgueses novos, que ambicionavam, para si e para seus descendentes, a segurança dos cargos de Estado, procurando assim posições confortáveis no mundo da administração pública. Da mesma forma, os hábitos familiares eram conservadores e, de certa forma, ultrapassados, já que ainda se valorizava a família, mesmo por vezes destruída, mas aparentemente feliz; bem como as expressões da religiosidade do indivíduo (através da participação nos cultos e festividades locais da Igreja) e da família (onde permanecia a ideia de que haveria ao menos um filho padre).

As transformações na esfera dos costumes se deram sempre acompanhadas de enormes contradições. Ansiava-se por uma nova sociedade – talvez sob influência das

---

<sup>1</sup> Mantida a grafia como a encontramos, nesta e em todas as demais citações do autor.

revoltas em Paris e na Espanha, porém, o país continuava predominantemente rural, composto de uma maioria de analfabetos. Muitos já aspiravam à educação e ao empreendedorismo. Mas o pensamento, podemos dizer, instalado, fincado e predominante ainda era o de que o melhor a fazer era conseguir uma colocação no Estado. O poder bicéfalo, sob influência direta da Igreja Católica, não inspirava ou incentivava nada em contrário. Os partidários da ruptura e da mudança, por meio de periódicos radicais e de suas obras, buscavam expor o momento, provavelmente esperançosos de promoverem eles mesmos algum nível de conscientização.

“A novidade trazida pelo republicanismo ao liberalismo português oitocentista será a de lhe aditar a nota democrática consubstanciada na reclamação do sufrágio universal. A ideologia republicana não pretendeu mudar a natureza econômica do liberalismo. (...) Convictos da sua expressão minoritária e urbana, os republicanos desta geração pretenderam ensinar aos seus destinatários os rudimentares valores e as básicas noções da sua crença matricial. Fizeram-no cientes da esmagadora expressão do analfabetismo popular, o qual atingia porcentagens escandalosas nos meios rurais. (...) A intenção de difundir às massas ignaras rudimentos de cultura político-social suficientemente acessíveis, deu origem a brochuras redigidas em linguagem ingênua. Estão neste caso a *Cartilha do Povo*, de José Falcão, e o *Catecismo Republicano para uso do Povo*, de autoria de Carrilho Videira e de Teixeira Bastos. Uma outra razão, de índole filosófica, conferia a este surto propagandístico a sua nota de pedagogismo pacífico. Referimo-nos à relevância assumida pelo positivismo na mentalidade dos chefes republicanos dos decênios de 70 e de 80. (...) O termo final da evolução confundia-se, em termos políticos, com o advento da república. Imperava assim, no evolver histórico, um determinismo rígido, o qual postulava a necessidade intrínseca do triunfo democrático. Assim se entende que esta geração republicana, embalada pela cantata positivista, que lhe reforçava a credulidade na inevitabilidade do resultado final, se tenha fixado nas fórmulas da propaganda ordeira, pacífica, pedagógica e evolucionista. Do que se tratava, afinal, era de elevar a sociedade néscia à altura do esclarecimento sociológico. Uma vez que esta empresa tivesse sido realizada, a República surgiria fatalmente, qual fruto amadurecido e pronto a ser colhido.” (NETO, 1994, p. 272-273)

#### 1.4 O Anticlericalismo Liberal

O anticlericalismo liberal não foi necessariamente uma posição antirreligiosa ou anticatólica, ao contrário, foi muito mais uma atitude “crítica e reformista em relação a algumas práticas e devoções religiosas, a certas instituições (...), e ao papel e valor do clero na sociedade portuguesa.” (RIBEIRO, 1994, p. 192). Foi travado intenso debate ideológico, cultural e político entre o Estado e a Igreja, focado tanto na crítica aos hábitos da instituição religiosa (o celibato, os votos perpétuos, o batismo) quanto no combate aos Jesuítas e às

ordens religiosas regulares. Durante todo o século XIX tal polêmica teve diversos desdobramentos, determinando, em dado momento, a separação Igreja/Estado e incentivando a atitude laica. Exporemos a seguir um resumo de tal debate.

A revolução liberal não negou o papel da religião na sociedade; no entanto, questionou as práticas religiosas, defendendo a renovação da instituição, atribuindo-lhe uma função moralizadora – e, exatamente por isso, política. Na década de 20, muitas são as publicações em que fica claro o “combate ao luxo, ao fanatismo, à superstição e à idolatria” (MATTOSO, 1995, p. 192). Como exemplo, Mouzinho da Silveira, em 1829, em pleno período miguelista, preparava um estudo sobre Portugal com um capítulo dedicado à religião. Nesse capítulo, entre outras notações, afirmava:

“No que diz respeito à superstição é necessário um grosso volume para a descrever: há pessoas que não acreditam na missa de certo padre, que gastam muito dinheiro para fazer sair o diabo do corpo, que mudam de casa porque têm fantasmas, etc., etc., e tudo isto não existe somente entre pessoas vulgares; os próprios padres o fazem.” (SILVEIRA, 1989, p. 16)

Anteriormente à década de 20 já se encontravam críticas ao poder temporal da Igreja, a uma certa ignorância, ao grande número de religiosos e ao relaxamento de seus costumes. Tais críticas acentuaram-se a partir desta data. De 1798 a 1834 vigorou a ‘Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento das Ordens Religiosas’, órgão que, entre outras iniciativas, fez um inquérito aos mosteiros e conventos portugueses que confirmou o estado de decadência das ordens religiosas. É atribuído à mesma junta um texto de 1791 publicado somente em 1814 que desenvolve uma reflexão sobre a utilidade ou não das corporações monásticas em Portugal – concluindo que “a existência de religiosos não se opõe ao progresso econômico, social e cultural da sociedade portuguesa, embora reconheça a necessidade da reforma.” (RIBEIRO, 1994, p. 193).

A religião católica foi reafirmada como a religião da nação portuguesa pelo Liberalismo, na Constituição de 1822 e na Carta Constitucional de 1826. A partir de 1820, o mesmo Liberalismo passou a buscar a reforma do clero, valorizando o papel do padre como “pedagogo de uma nova ordem política” (RIBEIRO, p. 193), porém, restringindo seus privilégios e a admissão de novos membros às ordens. Além disso, foram negados aos padres (e frades) certos direitos políticos, entre eles, o direito de votar. Esta questão foi motivo de desagravo e até elogio, o que, por outro lado, não impediu a publicação da lei que extinguiu as ordens religiosas masculinas em Portugal em 1834. Na justificativa de tal atitude, lê-se:

“A existência das Ordens Religiosas não se combina com as máximas de uma sã política, e é destrutiva dos fundamentos da prosperidade pública. A força de uma Nação depende da sua população; a população dos casamentos; o maior número de casamentos; do maior número de proprietários: as Ordens Religiosas são duplicadamente prejudiciais à população: como celibatários, deixam grande vazio nas gerações; como corpos de mão morta, absorvendo enormes propriedades que não se tornam mais a alienar, fazem com que o número considerável de indivíduos não possam ter um palmo de terra, e por conseguinte se condene também a um celibato necessário: subdividindo-se, e mobilizando-se esses enormes fundos territoriais que resultará? O Estado lucrará (...) a agricultura prosperará (...) a indústria e o comércio (...) receberão o seu acréscimo da actividade<sup>4</sup>: a convicção das vantagens de uma tal medida repassará até a última camada social, para a qual o melhor argumento é a riqueza: a população se aumentará, e com ela todas as forças do Estado (...) É força extinguir as Ordens Regulares, e dar destino aos bens que possuem.” (Crónica Constitucional de Lisboa, nº 127, 31 de Maio de 1834).

Lembramos, igualmente, que foi o Liberalismo que extinguiu o Tribunal da Inquisição, em 1821; e que se opôs ao retorno dos jesuítas a Portugal – estes haviam sido expulsos do país em 1759 pelo Marquês de Pombal, voltaram em 1829 com os miguelistas, e foram novamente expulsos, em 1834. Após a ruptura de 1834, o governo liberalista e a Igreja apenas reataram laços em 1841, quando as ordens religiosas começaram a voltar a Portugal. Os jesuítas regressaram em 1848, os franciscanos, em 1860; e, os beneditinos, apenas em 1888. Porém, tal retorno das ordens a Portugal, de certa forma, acentuará o anticlericalismo.

“Nos meados do século, a par dos escritos que propalavam um aceso fervor cristão e revolucionário e de uma literatura humanista laica, divulgaram-se também impressos de acentuado cariz antirreligioso<sup>5</sup> e anticlerical. Autores portugueses exprimiram o seu anticlericalismo em textos de circulação fácil e leitura acessível ao grande público. O catolicismo é contestado duplamente: no plano doutrinal e no plano institucional. Os ministros da religião cristã, propagadores das máximas do Evangelho, eram responsáveis pela desunião dos homens.” (RIBEIRO, 1994, p. 194)

Porém o anticlericalismo dos liberais de meados do século não prega uma atitude antirreligiosa. Pelo contrário, questionavam a instituição e as práticas, não o catolicismo. O Estado mantinha em seus textos constitucionais o catolicismo como religião oficial; ao mesmo tempo em que garantia os direitos e garantias do cidadão. Paradoxalmente, a liberdade religiosa não era respeitada: aos princípios laicos agregava-se a moral religiosa como fonte legitimadora do poder público e reguladora das ações sociais. Pode-se afirmar que a atitude anticlerical (assim como a visão laicista) dos socialistas, democratas e republicanos de meados do século XIX configurou-se como uma nova leitura do Evangelho: ao invés da

iniciativa ser de Deus, e o homem atuar em segundo plano; agora a iniciativa religiosa pertence ao homem. Uma leitura laica dos valores teológicos cristãos transformava a religião em filosofia humanitarista. Condenava-se a Igreja por estar alheia aos problemas sociais; o clero por sua “devassidão, pela hipocrisia, pelo beatério imoral, pela ignorância intolerante” (MENDONÇA, 1847, p. 58). A militância laica, assim como o anticlericalismo, ganhou maior expressão na segunda metade do século XIX, constituindo parte da estratégia republicana – que foi estabelecida com a legislação laicista da República.

Em 1848 foi assinado um convênio entre a Santa Sé e o Estado Português. Seu conteúdo, podemos dizer, era um tanto contraditório: não estabelecia regras para a relação Igreja/Estado nem tampouco definia “o estatuto da instituição religiosa no sistema constitucional” (NETO, 1994, p. 232). Ao lado disso, o convênio citava a resolução de questões pendentes, como a de uma nova organização eclesiástica e a do redimensionamento do Padroado Português no Oriente.

“A cúria romana aceitava, de maneira implícita, as alterações eclesiásticas realizadas durante a revolução liberal. Porém, as concessões de Costa Cabral, determinadas por uma estratégia que visava a consolidação da nova ordem política, abriam caminho a uma recuperação progressiva de posições por parte das forças ultramontanas, esboçada na década de 50 e acelerada a partir de 1860. Esta ofensiva clerical acentuar-se-ia nas décadas de 70 e de 80 e acabaria por suscitar uma resposta de liberais, republicanos e socialistas.” (NETO, 1994, p. 233)

Como podemos concluir, a controvérsia era realidade nos momentos em que Eça de Queirós escrevia e reescrevia *O Crime do Padre Amaro*. Para o autor, “O catolicismo (ninguém mais furiosamente sabe que v.) está hoje resumido a uma certa série de observâncias materiais: e todavia não houve Religião dentro da qual a Inteligência erguesse mais vasta e alta estrutura de conceitos teológicos e morais.” (QUEIRÓS, 1900, p. 63). Particularmente nos anos em que as versões da obra foram publicadas pelo próprio Eça de Queirós observamos acontecimentos anteriores às publicações – e portanto a algumas modificações – que possivelmente estão ligados entre si.

Numa concepção determinista e evolucionista, destacam-se os fatores educacionais, a hereditariedade e a influência do meio, que resultam, por exemplo, num desenho do protagonista Amaro, com melancolia e surtos de sensualidade, que, aliados a um ambiente propício, determinam as suas futuras ações. Amaro foi um menino órfão, levado de casa a casa, com diferentes figuras femininas a desempenhar, diferentemente, o papel de mãe. Além disso, Eça nos mostra que era desejo de sua mãe que fosse padre – não dele próprio. Por outro

lado, são merecedoras também de atenção algumas sugestões de fuga ao realismo/naturalismo no retrato de Amélia, idealizado. Amaro vê Amélia sem as aparentes fraquezas de caráter mostradas pelo narrador: ao contrário, deixa-se enfeitiçar por seu corpo e movimento; e apaixona-se pela imagem que faz dela.

### 1.5 A Mudança (e as mudanças) de Eça de Queirós

Eça, em sua condição de funcionário público, trabalhou em diferentes cidades, não só em Portugal como em outros países europeus. Buscando compreender o momento da concepção de *O Crime do Padre Amaro*, estudamos sua correspondência à época.

Iniciamos vendo a ideia de Eça acerca do clero português. Por exemplo, na crônica *Padre Salgueiro*, posteriormente transformada na carta XIV de Fradique Mendes a Mme. De Jouarre, d'A *Correspondência de Fradique Mendes*, 1900, Eça traça o retrato do padre português típico, “gerado na gleba, desbravado e afinado depois pelo Seminário, pela frequência das autoridades e das Secretarias, por ligações de confissão e missa com fidalgas que têm capela, e sobretudo por longas residências em Lisboa, nestas casas de hóspedes da Baixa, infestadas de literatura e política.” (QUEIRÓS, 1900, p. 132). Sua concepção do sacerdócio é a de um funcionário do Estado: “as suas relações portanto não são, nunca foram, com o céu (do céu só lhe importa saber se está chuvoso ou claro) – mas com a Secretaria da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos. Ignorante do Evangelho, só sabe que ele é muito bonito. Outro dos seus atributos é que ‘Maneja habilmente eleições.’” (QUEIRÓS, 1900, p. 137). Eça conclui pela “fragilidade do Divino” ao constatar que: “Mais de trinta ou quarenta mil anos são necessários para que uma montanha se desfça e se abata até ao tamaninho de um outeiro, que um cabrito galga brincando. E menos de dois mil anos bastaram, para que o Cristianismo baixasse dos grandes padres das Sete Igrejas da Ásia, até ao divertido padre Salgueiro, que não é das sete Igrejas, nem mesmo de uma, mas somente, e muito devotadamente, da Secretaria dos Negócios Eclesiásticos.” (QUEIRÓS, 1900, p. 137).

Voltemo-nos aos anos próximos à publicação da obra estudada. Em carta a um funcionário do ministério, datada 17 de fevereiro de 1875, de Newcastle.

“Há mais tempo que lhe devia ter dado notícias minhas, porque sei que V. Ex.a me faz a honra de se interessar por mim, mas receei que, sob as primeiras impressões, a minha carta fosse uma longa elegia. Com efeito, nos primeiros dias em que aqui cheguei, a sensação foi desoladora

(...) Esta boa cidade de Newcastle pareceu-me com efeito inabitável: ruas sujas e negras como esgotos, um casario triste como uma prisão e uma sociedade casmurra e brutal, nevoeiro permanente, um ar geral de mau humor e de tédio, tal me pareceu Newcastle. Se lhe escrevesse naquele momento, era a pedir-lhe a autos gritos que me tirasse daqui”. (QUEIRÓS, 1900, p. 45)

Passados os primeiros momentos, registra, percebera que algo de útil poderia retirar da sua estada:

“Newcastle, com efeito, é um excelente gabinete de estudo: não há nada que distraia, nem a natureza, nem a sociedade, nem os teatros, nem as mulheres são capazes de atrair ninguém. O frio, a chuva constante, as lamas extraordinárias concentram a gente naturalmente em casa, ao canto do fogão, ao pé do lume; que se há-de fazer senão fumar, tomar chá e ler?” (QUEIRÓS, 1900, p. 45)

E concluía: “E aqui está como Newcastle conduz logicamente à ciência.” (QUEIRÓS, 1900, p. 46). Era, após Havana, o que convinha:

“Eu andava, além disso, excessivamente precisado dum período de concentração e de estudo: a vida nas cidades alegres e com climas bonitos tinham-me atrasado, muito, estes últimos dois anos. Preciso de uma forte provisão de ideias e Newcastle pareceu-me um lugar extremamente apropriado para a amontar tranquilamente. Isto não quer dizer, porém, meu prezado amigo, que eu não deseje ardentemente sair daqui. Um gabinete de estudo isolado e triste pode convir por um certo tempo à higiene espiritual, mas a sua acção prolongada pode conduzir também ao embrutecimento. Além disso, as condições deste Consulado não são atractivas: em primeiro lugar, a estreiteza do seu movimento reduz o cônsul à situação subalterna dum despachante de navios: transcrever manifestos de carga e encher as dezenas de cartas de saúde não é positivamente aquilo que mais deva invejar uma criatura viva e pensante. Santo Deus, eu não tenho pretensões a tomar parte na alta intriga histórica da política europeia, mas enfim V.Ex.a compreende que eu aspire a alguma coisa mais do que a transcrever duas vezes por dia os róis de equipagem dos navios de carvão.” (QUEIRÓS, 1900, p. 46)

Fossem quais fossem as críticas que Eça tivesse a fazer a Newcastle, foi ali que escreveu *O Crime do Padre Amaro*.

Em março, em outra missiva, pedia desculpas a Ramalho por não ter respondido à sua carta anterior, atribuindo isso a “arranjos de casa, revisões de provas, episódios de sentimentos, preguiças de Primavera”. (QUEIRÓS, 1900, p. 97) Naquele momento, tinha com ele um amigo comum, o Engenheiro Carneiro de Andrade. Após partida deste, que ocorreu depois de alguns dias, lamentava-se:

“... tornar-me-ei a achar só, secado, diante das folhas odiosas de



*O Crime do Padre Amaro* a rever e tendo de novo de jantar só, em tête-à-tête, com um pequeno *square* de relva verde, que se vê da janela, onde crianças se exercitam no boxe e jogam críquete. Umhas certas mangas de seda preta, juntas com uma rendinha da Irlanda sobre uma mão *mignonne* – mangas tão esquivas como amadas – ai de mim! – também elas, por circunstâncias em parte cómicas, em partes melodramáticas, estão longe, longe da minha mesa, e não mais, por algum tempo, as verei agitarem-se com um frufu lascivo, a passar-me a mostarda e a paixão!” (QUEIRÓS, 1900, p. 97)

“Pelo visto, Newcastle não era apenas silêncio, fuligem e operários.” (MÓNICA, 2009, p. 169). “Eça arranjara tempo para começar e terminar um affaire, provavelmente com a rapariga loira, que aparece na fotografia colectiva, que Eça tirara no ateliê de H. S. Mendelssohn. Qualquer coisa, na pose do grupo, nos leva a crer que não eram meninas da alta sociedade.” (MÓNICA, 2009, p. 170). Incluímos uma reprodução da fotografia citada.

Na fase dita realista/naturalista de Eça de Queirós, a da ideia-mãe, a classe burguesa vivia seus vícios e costumes. Na década de 80 tal ideia parecia esgotada, e o chamado Realismo/Naturalismo estava em decadência. A saída deste que parecia um vazio ideológico foi estabelecida na referida conferência: “socorrer-se do temperamento nacional e buscar o belo no desconhecido.”. Como afirmou Carlos Reis, “chegou uma concepção idealizada do fenómeno artístico e da criação literária em particular” (REIS, 1999, p. 61), que Eça escolheu abraçar. Destaque-se o momento em que Eça de Queirós submeteu ao concurso promovido pela Academia das Ciências para atribuição do prêmio D. Luís o romance *A Relíquia* (1887) – prêmio este que não lhe foi atribuído. Em carta a Mariano Pina, afirma:

“(…) se a uma literatura faltarem os inovadores, revolucionando incessantemente a Ideia e o Verbo, essa literatura, sujeita a uma disciplina canónica, bem cedo se imobilizará sem remissão numa mediocridade castigada e fria – sobretudo se nela predominam as inteligências claras, flexíveis, comedidas e imitativas, como na literatura francesa. De sorte que, para possuir uma literatura ideal, forte mas fina, original mas equilibrada, fecunda mas sóbria, será necessário que nela de certo modo se contrabalancem estas duas forcas – a Tradição e a Invenção.” (QUEIRÓS, 2009, p.216)

Eça de Queirós mudava, então, a direção de sua estética quando entendeu que se tinha esgotado a ideia anterior. Porém, não o fez na forma de ruptura radical, mas sim numa forma dialógica, com atenção ao equilíbrio entre tradição e inovação. Especialmente na obra *Os Maias* (1888) encontra-se a representação da pluralidade que marcou a atmosfera literária do



Eça de Queirós em Newcastle, 1876

“Eça arranjava tempo para começar e terminar um affaire, provavelmente com a rapariga loira, que aparece na fotografia colectiva, que Eça tirara no ateliê de H. S. Mendelssohn. Qualquer coisa, na pose do grupo, nos leva a crer que não eram meninas da alta sociedade.” (MÓNICA, Filomena, 2009, p. 170)

final do século XIX. Reafirmamos que o autor, atento ao esgotamento das ideias e dos princípios doutrinários, bem como ao surgimento de novas tendências, construiu seu próprio percurso.

O autor, a respeito de seus contemporâneos contrários ao realismo/naturalismo, afirmou:

“De tal sorte, que assistimos a esta cousa pavorosa. Os discípulos do idealismo, para não serem esquecidos, agacham-se melancolicamente e, com lágrimas represas, besuntam-se também de lodo! Sim, amigo, estes homens puros, vestidos de linho puro, que tão indignamente nos arguíram de chafurdarmos num lameiro, vêm agora pé ante pé enlambuzar-se com a mesma lama! Depois, erguendo bem alto a capa dos seus livros, onde escreveram em grossas letras este letreiro – ‘romance realista’ – parece dizerem ao público, com um sorriso triste na face mascarada: - ‘Olhem também para nós, leiam-nos também a nós... Acreditem que também somos muitíssimo grosseiros, e que também somos muitíssimo sujos!’” (QUEIRÓS, 2009, p.195)

As obras *O Mandarim* (1880) e *A Relíquia* (1887) parecem representar, no caminho literário do escritor, um rompimento com as regras estético-ideológicas anteriormente seguidas, motivadas, provavelmente, por uma busca de liberdade na criação literária. Estas obras apresentaram escolhas ideológicas e temáticas que demonstraram o soltar dos nós realistas/naturalistas – levado a termo pelo mundo da imaginação e pelo mundo da fantasia. No entanto, simultaneamente, Eça de Queirós trabalhava noutros projetos literários (entre os quais destacamos *Os Maias*) que lhe exigiam método e observação, além do estudo do homem contemporâneo e da sociedade. Vivendo, no citado momento, em Newcastle (Inglaterra), Eça de Queirós escreveu sobre a sociedade portuguesa que estava distante de si, o que o obrigou a fazer esforços de recordação e releitura dessa realidade. Seu desconforto com a situação ficou claro numa carta a Ramalho Ortigão em 1878:

“Eu trabalho nas Cenas da Vida Portuguesa, mas sob a influência do desalento. Convenci-me de que um artista não pode trabalhar longe do meio em que está a sua matéria artística: Balzac (si licitus est..., etc.) não poderia escrever a Comédia Humana em Manchester, e Zola não lograria fazer uma linha dos Rougon em Cardife. Eu, não posso pintar Portugal em Newcastle. Para escrever qualquer página, qualquer linha, tenho de fazer dois violentos esforços: desprender-me inteiramente da impressão que me dá a sociedade que me cerca e evocar, por um retesamento da reminiscência, a sociedade que está longe.” (QUEIRÓS, 1983, p.143-144)

Na mesma carta, Eça de Queirós mostra que a fuga da doutrina positivista rumo à fantasia foi uma resposta ao seu desalento:

“Longe do grande solo de observação, em lugar de passar para os livros, pelos meios experimentais, um perfeito resumo social, vou descrevendo, por processos puramente literários e à priori, uma sociedade de convenção, talhada de memória. De modo que estou nesta crise intelectual: ou tenho de me recolher ao meio onde posso produzir, por processo experimental – isto é, ir para Portugal – ou tenho de me entregar à literatura puramente fantástica e humorística.” (QUEIRÓS, 1983, p.144)

Certamente foi, para um escritor que dedicou grande parte de sua obra ao estudo dos males e vícios nocivos misturados aos costumes sociais e morais do povo português à sua época, algo que podemos chamar de crise intelectual: Eça de Queirós não podia observar proximamente a realidade portuguesa, uma vez que se encontrava obrigado a viver em terras estrangeiras – ou, como dizia o próprio Eça, “andar por fora” – o que lhe trazia dificuldades operacionais dentro das práticas e métodos anteriormente por ele escolhidos.

Além disso, podemos afirmar, a dita fuga para o mundo da imaginação não foi simplesmente fuga: foi, igualmente, manifestação do escritor ao dar voz a uma de suas preocupações que esteve presente em sua ficção, sobretudo em sua última fase. “A formação e a manifestação da consciência humana individual, como força motriz na real evolução da sociedade” (RIBEIRO, 1994, p. 197), interligando obra literária e contexto social, foi, certamente, diretriz na obra do autor. Segundo o próprio Eça de Queirós, num artigo para a *Gazeta de Notícias*, de 1880, Flaubert retratava (em sua obra) “numa larga ação, a fraqueza dos caracteres contemporâneos amolecidos pelo romantismo, pelo vago dissolvente das concessões filosóficas, pela falta de um princípio seguro que, penetrando a totalidade das consciências, dirija as ações” (QUEIRÓS in REIS, 2000, p.64). Levando-se em conta essas ideias, podemos citar os finais de *O Mandarim* e de *A Relíquia*, bem como o de *O Crime do Padre Amaro*, já que essas obras, ao mesmo tempo em que apresentavam uma espécie de lição moral extraída da consciência dos personagens – e não necessariamente assimiladas nas práticas de suas vidas – representaram a falência de dois poderosos sistemas de ideias: o realismo/naturalismo (e, por consequência, o positivismo) e o catolicismo.

## 1.6 As três versões da obra *O Crime do Padre Amaro*

*O Crime do Padre Amaro*, polêmico e atemporal, representou uma grande contribuição estética e ideológica – quer ao longo do processo de sua publicação, quer na esteira da evolução literária (estabelecendo aqui apenas a evolução cronológica, uma vez que consideramos ser praticamente impossível traçarmos uma evolução linear para a Literatura). Tentaremos, a seguir, estabelecer o “itinerário” da obra e de seu autor.

Eça de Queirós, como buscamos esclarecer, surgiu como um defensor de uma nova forma de arte, em consonância com o movimento da Geração de 70. No entanto, o autor avança para uma posição crítica em relação ao Realismo/Naturalismo, como podemos constatar na carta prefácio de *O Mandarim* e no texto *Positivismo e Idealismo*, das *Notas Contemporâneas*.

“Camarada, por estes calores do Estio, que embotam a ponta da sagacidade, repousemos do áspero estudo da Realidade humana... Partamos para os campos do Sonho, vaguear por essas azuladas colinas românticas onde se ergue a torre abandonada do Sobrenatural, e musgos frescos recobrem as ruínas do Idealismo... Façamos fantasia!...” (QUEIRÓS, 1884, p.ix)

Como podemos depreender desse breve trecho do prólogo, Eça não contrapôs a dualidade Realismo e Fantasia, mas, acreditamos, quis uni-las. Tal afirmação pode ser embasada pela rejeição ao ultrarromantismo e sua defesa de um estilo centrado no tripé “ciência literária/experiência/fisiologia” (CARDOSO, 1978, p.185).

A primeira versão da obra, publicada em capítulos na *Revista Ocidental*, em 1875, parece um tanto soturna, com um fio narrativo fúnebre, que ainda não abraçava o Realismo/Naturalismo. Há quase um romantismo melodramático. Esse tom revela-se sobretudo no desenho de Amaro e no fato de ainda não ser nítida a sua relação com o meio que o cerca. Eça revela já, no entanto, sua faceta de crítica social, especialmente quanto à problemática do sacerdócio, seguindo em sintonia com as *Prosas Bárbaras*, o adultério de *O Mistério da Estrada de Sintra* e sua mordacidade em *As Farpas*. A obra do autor, sob influência direta da Geração de 70 e de suas próprias afirmações nas Conferências do Casino, começava a ligar-se à doutrina realista/naturalista.

*O Crime do Padre Amaro* terá ainda duas novas versões. O romance começa a apresentar elementos de aproximação ao realismo/naturalismo, como o despojamento do

retrato romântico do Amaro da primeira versão, a influência do meio e o cuidado do autor com os detalhes tanto de crueldade quanto de falta de pudor. Ao chegar à terceira versão, desvincula-se de qualquer forma que o pudesse engessar, atingindo um estilo próprio, de Eça, sem classificações definidas ou definitivas.

Mais importante que a terminologia era a essência renovadora do novo romance social, iluminado pelo século científico do rigor, da objetividade, fazendo da arte, pode-se dizer, um instrumento de investigação. O pensamento estava dividido entre a Balzac e os seus retratos psicológicos e o método de Zola e os seus princípios deterministas. Só a verdade e os fatos sociais interessavam, ou, nas palavras de Eça, “o dever do artista é estudá-los, como o botânico estuda as plantas, sem se importar que seja a beladona ou a batata, que envenene ou nutra.” (REIS, 2000, p. 41). Eça pretende mostrar, como numa pintura, a sociedade portuguesa, nas cenas de sua vida cotidiana. Mais ainda, quando, em 1879, escreve um texto que deveria tornar-se o prefácio à terceira versão de *O Crime do Padre Amaro*, Eça apresenta o método naturalista:

“Não se riam: o simples facto de ir ver Virgínia quando se pretende descrever Virgínia, é uma revolução na arte! É toda a filosofia cartesiana: significa que só a observação dos fenómenos dá a ciência das coisas. Este homem vai ver Virgínia, estuda-lhe a figura, os modos, a voz; examina o seu passado, indaga da sua educação, estuda o meio em que ela vive, as influências que a envolvem, os livros que lê, os gostos que tem - e dá enfim uma Virgínia que não é uma Cornélia, nem Ofélia, nem Santo Agostinho, nem Clara de Borgonha - mas que é a burguesa da Baixa, em Lisboa, no ano da graça de 1879.” (QUEIRÓS, 1900, p. 27)

Machado de Assis criticará tanto *O Primo Bazílio* como a segunda versão de *O Crime do Padre Amaro*, pelo excesso de pormenor e temas chocantes, o que motivará uma violenta resposta de Eça no texto *Idealismo e Realismo*. Da mesma forma, reiterou as críticas de que Eça plagiara a obra *La faute de l'abbé Mouret*, de Emile Zola. “O próprio Crime do padre Amaro é imitação do romance de Zola, *La faute de l'abbé Mouret*. Situação análoga; iguais tendências; diferença no meio; diferença no desenlace; idêntico estilo; algumas reminiscências, como no capítulo da missa, e outras; enfim, o mesmo título.” (ASSIS in REIS, 2000, p. 38). Machado não poupa Eça, o que motivará sua resposta no prólogo da terceira edição de *O Crime do Padre Amaro*.

“O Sr. Eça de Queirós não quer ser realista mitigado, mas intenso e completo; e daí vem o tom carregado das tintas, que nos assusta, para ele é simplesmente o tom próprio. Dado, porém, que a doutrina do Sr. Eça de Queirós fosse verdadeira, ainda assim cumpre não acumular tanto as cores, nem acentuar tanto as linhas; e quem o diz é o próprio chefe da

escola, de quem li, há pouco, e não sem pasmo, que o perigo do movimento é haver quem suponha que o traço grosso é o traço exato.” (ASSIS *in* REIS, 2000, p. 38)

Citamos um trecho da resposta de Eça de Queirós:

“Os críticos inteligentes que acusaram O crime do padre Amaro de ser apenas uma imitação da *Faute de l’abbé Mouret* não tinham infelizmente lido o romance maravilhoso do sr. Zola que foi talvez a origem de toda a sua glória. A semelhança casual dos dois títulos induziu-os em erro. Com o conhecimento dos dois livros, só uma obtusidade córnea ou má fé cínica poderia assemelhar esta bela alegórica idílica, a que está misturado o patético drama duma alma mística, ao Crime do padre Amaro que, como podem ver neste novo trabalho, é apenas, no fundo, uma intriga de clérigos e de beatas tramada e murmurada à sombra duma velha Sé de província portuguesa.” (QUEIRÓS *in* REIS, 2000, p. 34)

A semelhança entre as duas obras parece, em parte, casual. Observamos primeiramente a coincidência de datas – a primeira versão de *O Crime do Padre Amaro* foi publicada em 1875, mesmo ano da publicação de *La Faute de l’abbé Mouret*, o que, à primeira vista, inviabilizaria que uma obra pudesse ter sido inspirada na outra. Além disso, ambas trazem em comum o escândalo na esfera clerical como denúncia de práticas diferentes das doutrinas: objeto de estudo de mais de um autor à época, muito possivelmente. *La Faute de l’abbé Mouret* conta a trajetória de Serge Mouret, um padre neurótico apresentado em obra anterior de Zola, *La Conquête de Plassans*, que se torna o pároco de uma pequena vila (Artauds). Nesta vila os moradores não têm interesse pela religião, e Mouret preside, efusivamente, missas para uma paróquia praticamente vazia. Para Mouret, o desinteresse dos paroquianos não é empecilho para viver experiências de fé. No entanto, sofre um colapso nervoso, chegando a um estado de quase coma; e é então mandado a uma cidade próxima, Le Paradou. Na nova cidade, o trama tem uma direção completamente nova: Mouret sofre de amnésia, ficando sob os cuidados de uma menina inocente, ignorante, quase selvagem em seus hábitos e conhecimentos. O romance entre os dois nasce em meio a uma natureza quase intacta, e há diversas referências bíblicas na descrição da consumação do amor. Porém, Mouret é descoberto por um velho monsenhor – choque que faz com que recobre a memória e se arrependa profundamente daquilo que passa a considerar um pecado imperdoável. Mouret abandona Albine, e o romance caminha para um final trágico. Embora ambos os autores estejam retratando uma mesma ideia, quiçá questionando o celibato em oposição ao amor, fazem-no de formas distintas. Por outro lado, segundo Reis (2000, p. 27), há uma coincidência de exposições “quase evidente” em três momentos: uma descrição do ritual da

missa (suprimida por Eça na terceira versão), uma descrição de uma oração, com as mesmas citações em latim; e uma terceira, a cena do enterro da heroína, tanto numa obra como na outra, vazio de pessoas e de sentimentos – esta última, a maior semelhança.

Eça, em *O Crime do Padre Amaro*, de fato apresentou certa crueza, acentuada por descrições minuciosas. Machado da Rosa, confirmando esse ponto de vista, reflete sobre o episódio em que Amélia é amortalhada (que será suprimido na terceira versão):

“A minuciosidade dos pormenores é tão abundante que qualquer pintor seria capaz de o reproduzir integralmente na tela, sem ter que recorrer à invenção. As pinceladas sucedem-se, num crescendo de crueza naturalista. O moscardo que zumba sobre o corpo e entre as luzes, monotonamente, ainda se suporta. Mas o alfinete grande que a velha do saio negro espeta na carne de Amélia, com um esforço, é um excesso e uma rude inutilidade. (...) Todo o episódio é uma absurda dissecação de horrores.” (ROSA, 1979, p. 27)

A riqueza dos detalhes é tamanha que daria subsídios a um pintor para reproduzir a cena integralmente na tela, sem ter que recorrer à invenção. Encontramos, inclusive, a reprodução de uma pintura, de Paula Rego.

Levando em consideração a circulação e o acesso à *Revista Ocidental*; bem como o número de exemplares da edição de 1876, os leitores de Eça conheceram, em sua maioria, a edição feita entre outubro de 1878 e outubro de 1879, publicada em 1880.

A terceira versão refletiu um Eça maduro; porém, ainda com seu estilo de romance como modelo. É aprofundada nessa versão a apresentação dos fatores sociais: o sacerdócio sem vocação verdadeira e a educação religiosa que eleva o padre a uma figura (quase) divina. Ao mesmo tempo em que não separa o realismo do naturalismo (motivo pelo qual estamos utilizando o termo realismo/naturalismo), não esquece o ideário de Proudhon quanto à pedagogia social, como ele próprio revelou no texto escrito para o prefácio da terceira versão.

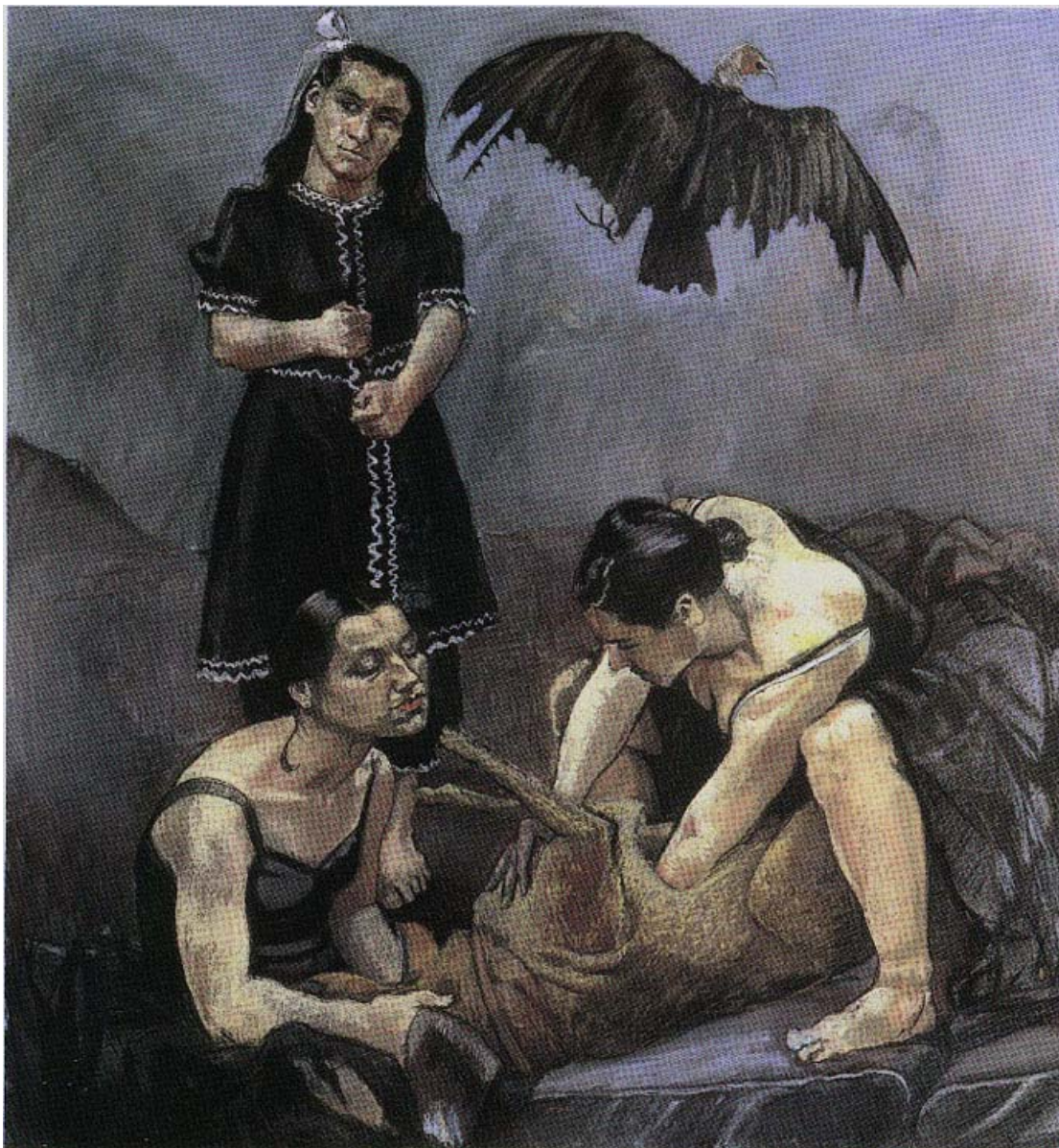
Em *O Primo Bazílio*, Eça utilizou a focalização de tipo omnisciente; agora, na terceira versão de *O Crime do Padre Amaro*, surge também a focalização interna (e a subjetividade das personagens) como é o caso da autoanálise de Amélia no início da obra.

Num estudo das três versões, destacam-se os postulados românticos que dão lugar aos elementos realistas/naturalistas, até que se atinjam as nuances mais equilibradas da última versão. Pode-se afirmar que há, nessa versão final, uma preocupação em apresentar um quadro social mais vasto, aliada a mais espaço para a ação, sem abandonar, no entanto, o núcleo Amaro-Amélia, que analisamos aqui com um olhar mais cuidadoso.

Começamos por Amélia. A infância de Amélia Caminha foi vivida entre padres e



beatas, o que a conduziu a uma concepção fechada e ortodoxa da religião e a um temor



“Sonho de Amélia” – Paula Rego, 1998

exacerbado da ira de Deus. Frágil emocionalmente, Amélia revela-se, desde cedo, facilmente influenciável, sem autonomia. A sua vida amorosa é, então, confusa: a sua primeira paixão, Agostinho, filho do Sr. Brito de Alcobaça, é infrutífera; o seu relacionamento com João Eduardo não lhe traz satisfação; por fim, a relação que mantém com o padre Amaro está constantemente ameaçada por interdições de ordem religiosa e social. Em tudo, encontramos no comportamento e no destino da personagem o efeito moral e social de seu temperamento, de sua educação e do meio em que vive. Amélia “era uma rapariga de vinte e três anos, bonita, forte, muito desejada” (cap. I), de cabelos muito negros e abundantes; os olhos eram “vivos e negros”, com “pálpebras de grandes pestanas” e “olheiras leves”; a pele da face mostrava “um trigueiro cálido que uma tinta rosada aquecia”; exibia um “sorriso cálido que lhe fazia uma covinha no queixo”. Ao longo do seu desenvolvimento psíquico e físico, Amélia passa por uma evolução: da criatura tímida e crédula a alguém que infringe as leis instituídas pela Igreja, ao viver uma relação amorosa com um sacerdote. “Mas Amélia, agora, já não tinha aquela necessidade amorosa de contentar em tudo o senhor pároco. Acordara quase inteiramente daquele adormecimento estúpido da alma e do corpo, em que a lançara o primeiro abraço de Amaro” (cap. XVIII). Esta reabilitação porque passa a personagem pode ser constatada também pela forma como Amélia se posiciona sucessivamente sobre sua gravidez: primeiramente de modo quase histérico, depois, aceitando-a, desejando a criança, e, aberta à possibilidade de construir uma família com João Eduardo. Por fim, percebemos ser Amélia uma personagem de alguma densidade psicológica, característica clara por suas frequentes alterações de humor por que passa: mostra-se excessiva, instável, imatura, exaltada num momento e abatida no seguinte. É, em conjunto com Amaro, a personagem que estampa as enormes contradições do processo de modernização liberal.

Personagem central do romance, Amaro Vieira é um jovem padre de origem humilde que, órfão de pai e mãe, foi educado e protegido nos primeiros anos de vida pela Marquesa de Alegros. Após a morte desta, fica sob a tutela do padre Liset, incumbido de o enviar para o seminário aos quinze anos, a fim de ser ordenado. Entretanto viveu em casa de um tio, experiência negativa e infeliz, especialmente por encontrar-se privado do carinho maternal a que estava habituado em casa da Marquesa de Alegros: “Desejava o Seminário como um libertamento” (cap. III). Como não lhe desagradava a ideia de ser padre, Amaro não contraria as disposições do testamento da Marquesa de Alegros e faz-se sacerdote sem vocação. São três os fatores essenciais que parecem condicionar as atitudes de Amaro ao longo da narrativa: a hereditariedade, o meio e a educação. Idealiza sensualmente a religião, chegando mesmo a idolatrar a imagem de Maria como mulher. (cap. VII).

Compactua, desde muito jovem, com este meio marcado pela beatice e pelos desvios religiosos. Consegue, por influências políticas de D. Luísa (filha da Marquesa de Alegros), a sua transferência para um local que lhe fosse mais agradável. A partir daí, encadeiam-se os eventos que culminam na relação amorosa. Entretanto, perdem-se, no desenrolar dos acontecimentos, valores e princípios fundamentais que deveriam reger o código moral do pároco: de início defensor dos valores que lhe tinham sido, aparentemente, incutidos e ensinados durante a sua preparação teológica, Amaro desvia-se deles e junta-se aos clérigos para quem apenas o conforto e a satisfação pessoal interessavam. Deste modo Amaro ilustra a decadência que afeta parte da Igreja, inclusive pela forma como estabelece e mantém a sua relação com Amélia.

Amaro aparece para o leitor como um homem fraco, pecador recorrente. É, contudo, poupado pois a sociedade, apesar de tudo, ainda lhe é favorável. Sua conversa com o cónego Dias no último capítulo reforça esta ideia.

Há um episódio em particular para melhor demonstrar as mudanças nas três versões: a leitura dos *Cânticos a Jesus*. Se na primeira versão encontramos um Amaro que procura na oração e em Deus o refúgio para as tentações da carne, na segunda versão é menor a força dos sentimentos e maior a intenção anticlerical. A escrita tornou-se mais realista; e, a análise dos sentimentos, menos reveladora. O detalhe mais relevante para a diferenciação entre as versões é o infanticídio. A criança que morrera em tons trágicos nas duas primeiras versões, surge na terceira com uma possibilidade de ter um destino diferente: à última da hora, Amaro tenta fazer com que a tecedeira de anjos não execute o seu pedido, mas em vão. Amaro, no entanto, esquecerá tudo. “Tudo passa.” (REIS, 2000, p. 22)

Não há a pretensão de esgotar o estudo do trajeto literário de *O Crime do Padre Amaro*. Há o desejo de visitar essa obra, que, como escreveu Ramalho Ortigão em 1878,

“Essencialmente moderno, este romance não é a narrativa de uma aventura ou de uma série de aventuras à Lessage, à Dumas ou à Gaboriot, não é um estudo de sentimento à Rousseau, à Alfred de Musset ou à George Sand. É uma pintura de caracteres, mas não uma pintura à Balzac ou à Flaubert, porque este livro não é exclusivamente de nenhuma escola senão da escola de si mesmo, e é esse cunho profundamente pessoal que lhe dá o carácter que o distingue como verdadeira obra de arte.” (ORTIGÃO, 1878, p.29)

## 2 A PRIMEIRA VERSÃO DE *O CRIME DO PADRE AMARO*

A primeira edição da obra apareceu em 1875, em fascículos, na *Revista Ocidental*. Nesta publicação, nos tomos I e II estão, respectivamente, dezoito e quatro capítulos. No ano seguinte a obra foi publicada em volume de 362 páginas, chamada por Eça de “edição definitiva”. Eça fez modificações que são referendadas pelos editores da *Revista Ocidental* ao final da reprodução da primeira versão da história: “Achando-se fora de Portugal, não poude, o sr. Eça de Queirós, dirigir pessoalmente a publicação do seu romance, e introduzir n’este modificações importantes que tencionava fazer.” (TAVARES, 1943, p. 14).

Portanto, para o estudo da primeira versão, não lançada em volume, são considerados os Tomos I e II da *Revista Ocidental*, hoje no acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Os capítulos foram publicados na revista nas seguintes datas: Tomo I – 15 de fevereiro de 1875, capítulos I, II, III; 28 de fevereiro, capítulo IV; 15 de março, capítulos V e VI; 31 de março, VII, VIII, IX; 15 de abril, XI, XII, XIII, XIV, XX, XX; e, 28 de abril, XVII, XVIII, XIX. Como podemos constatar, há uma quebra na numeração dos capítulos, que, como outras pequenas diferenças de grafia ou nomenclatura, são atribuídas ao fato de Eça não ter acompanhado a publicação da obra. (TAVARES, 1943, p. 60). Tomo II – 15 de maio, cap. inumerado, XX, XXI e XXII. Ao todo, a obra constitui-se de vinte e dois capítulos.

Apresentaremos uma fotografia do primeiro capítulo do romance publicado na *Revista*.

As singularidades que marcaram a primeira publicação de *O Crime do Padre Amaro* são, por si, decisivas para o amadurecimento literário de Eça de Queirós; e podemos comprovar tal amadurecimento com a evolução do próprio romance. Podemos mesmo afirmar que o romance passou por um período de “longa incubação”. (REIS, 2000, p. 42) Para auxiliar-nos no estudo da obra, especialmente tratando-se do romance em questão, utilizaremos partes da correspondência do autor, já que, segundo Reis,

“... os depoimentos, sobretudo epistolares, que, para o efeito se recolhem, hão-de ser relativizados em função de factores de distorção a que convém estar atento; o epistolário queirosiano (ainda não estudado de forma sistemática), é certamente um corpus altamente sugestivo, pelas informações que encerra, mas não deve, por isso, levar-nos a esquecer o que, afinal, não se passa só com Eça: que, nas suas cartas, o escritor tende, não raro, a encenar explicações ou a ocultar motivações. E muitas vezes não é só o destinatário imediato que é visado: é também um



---

# O CRIME DO PADRE AMARO

---

## I

Era em Leiria. Começava então a construir-se a estrada da Figueira: o velho passadiço de pau, sobre a ribeira do Liz, tinha sido destruído, e já se passava sobre a ponte nova, baixa, com dois arcos de pedra fortes, atarracados e largos. Para diante revolvia-se ainda o terreno, desbastavam-se os silvados, esboroavam-se monturos de saibro, e a espaços erguiam-se os montes de cascalho; com os seus grandes chapéus desabados os calceteiros britavam o calhau, e viam-se os grossos cylindros de pedra que acamam e recalcam os macadams, um pouco enterrados na terra negra com as ultimas chuvas de maio.

Sobre a ponte a paisagem é larga e d'alta respiração. Para o lado do interior, d'onde o rio vem, elevam-se collinas baixas cobertas das ramas verde-negras dos pinheiros, ou, a espaços, escalvadas, onde fazem nodoa as grandes amarellidões dos saibros: em baixo, na espessura dos arvoredos, estão os casaes. A's vezes n'uma clareira, ao sol, uma parede branca e caiada destaca-se na clara tranquillidade das tardes, e esbatem-se no ar os fumos esbranquiçados das lareiras. Da banda da cidade, que é tambem a do mar, para onde o rio vae entre dois renques de salgueiros esguios e pallidos, estende-se até aos primeiros areaes o campo de Leiria, verde, fecundo com o aspecto das aguas abundantes e batido da larga luz. Da cidade veem-se apenas alguns telhados negros, as cantarias pardas, pezadas e jesuiticas da Sé, o muro do cemiterio coberto de parietarias, deixando ver as pontas agudas dos cyprestes; e sobre o seu escuro monte, revolvido e duro, ourissado de vegetações rebeldes, estão as ruinas do castello, destacando em negro, quadradas, com um grande ar historico.

Ao fim da ponte uma pequena rampa desce para a alameda á beira do rio. Ha ali arvores antigas; e o chão baixo, ao abrigo dos ventos in-

destinatário mediato, inscrito na posteridade, destinatário outro não menos importante do que o primeiro, em quem o escritor provavelmente também pensa, ainda que obviamente o não diga de forma expressa.” (REIS, 2000, p. 20)

Partindo da ideia citada acima, veremos a seguir uma pequena batalha sustentada por Eça com Jaime Batalha Reis e Antero de Quental, por ocasião da publicação da primeira versão da obra, na *Revista*. Ressaltamos que Eça já destinaria um romance para publicação na referida revista, contribuição do escritor para um projeto “cultural de recorte iberista” (REIS, 2002, p. vii) levado à Portugal por Jaime Batalha Reis e Antero de Quental. A colaboração parece ter sido, desde sua primeira hora, cercada por pequenos incidentes. Eça encontrava-se em Lisboa, depois de regressar de Cuba, quando, em dezembro de 1874, escreve a Jaime Batalha Reis comunicando ter sido obrigado a interromper seu primeiro projeto para a colaboração que faria à *Revista Ocidental*. Dizia, na epístola, que o romance *Uma Conspiração em Havana* (do qual não se tem notícias) fora abandonado inacabado. Transferido para o posto consular de Newcastle, escreve novamente a Batalha, em 6 de janeiro de 1875, já sobre *O Crime do Padre Amaro*:

“Meu querido Batalha

Meu caro Batalha, que faz o Padre Amaro? Tenho esperado vê-lo chegar, espalmado num envelope, vestido de imprensa, com o seu crime às costas - mas tenho esperado de balde. Tens outros planos a respeito do romance para a Revista? Sofreu a mesma revista alguma alteração na sua laboriosa nascença? Tem sido impossível passar a letra de imprensa os gatafunhos românticos em que está escrita aquela história realista? Se nada disto - então remete-me as provas. Se - ou por alteração do plano literário da Revista ou por dificuldades de composição - o Padre Amaro não pode ir matar o filho para a rua, à luz pública - então peço-te que me avises - e que mo remetas empacotado. Se ele não puder cometer a sua patifaria em letra de imprensa - então quero que ele esteja aqui ao meu lado, na gaveta, matando sossegadamente - seu filho - e portanto meu neto. (...)”

Parece claro que Eça receberia provas para analisar, e, quiçá, fazer modificações, como sugere a descrição “gatafunhos românticos em que está escrita aquela história realista”. Além disso, segundo Reis (2002, p. xxi), infere-se que o texto já estava escrito; e que, não podendo ser publicado, estaria destinado ao esquecimento (na gaveta). A carta seguinte, também a Batalha Reis, datada de 8 de fevereiro de 1875, já mostra mais ansiedade da parte de Eça:

“Meu querido Batalha

Remeto-te as provas. É indispensável, é absolutamente necessário - que eu reveja umas segundas provas - ou as provas de página. As emendas

que fiz são consideráveis e complicadas: e se a um trabalho onde o estilo já de si é afectado e amaneirado, todo cheio de pequenas intenções e todo dependente da pontuação - ajuntamos os erros tipográficos - temos um fiasco deplorável. É portanto indispensável que me remetas imediatamente as provas de página - ou segundas provas. E vai mandando provas - sem descanso. Agora um importante observação: se os compositores tiverem achado uma dificuldade insuperável em compor os capítulos que estão em borrão - os capítulos suplementares que eu introduzi posteriormente - põe corajosamente de parte todos esses capítulos: e faz compor só o que era primitivamente o romance: os capítulos suplementares são fáceis de conhecer porque estão numa letra confusa, não têm numeração e estão - pelo seu aspecto, evidentemente, intercalados no original que está todo escrito numa letra mais regular e com tiras numeradas. (...)”

A pressa com que Eça solicita as segundas provas aguça-nos a curiosidade: estaria o texto em rascunho, ou seja, aguardando revisão pelo autor? Segundo Reis, citando Gerra da Cal, “esta primera redacción debió de comenzarse en Leiria, en 1870. Continuada en Lisboa, fue probablemente terminada en Cuba (...). A su partida de Lisboa para Newcastle, el novel escritor dejó en manos de su amigo, Jaime Batalha Reis, el original de la novela corta para su publicación serializada en la *Revista Occidental*”. (Reis, 2002, p.45) Juntando-se os fatos, Eça não pode terminar o romance *Uma Conspiração em Havana*; substitui-o então por essa “primeira redação” de *O Crime do Padre Amaro*. Caso semelhante ocorreu em 1880, ano em que Eça publicou *O Mandarim* para honrar um compromisso com o *Diário de Portugal* – tomando o lugar de *Os Maias*, que levou mais tempo do que o previsto para ficar pronto. O que possivelmente se seguiu foi uma espécie de choque, derivado talvez do fato do autor não se recordar do estado em que estava o romance.

“Noutros termos: ao deixar o manuscrito a Batalha, talvez Eça não estivesse bem consciente do estado de incipiência em que se encontrava o seu texto. Essa consciência agudiza-se agora, em função de uma dupla distância: sobretudo a que o separa já do tempo de redacção do texto, mas também a que agora o separa também de Lisboa. Daí aquela ‘importante observação’ que autorizava Batalha Reis a fazer algo que, vindo de Eça, parece incrível: a eventual supressão dos ‘capítulos suplementares’ (mandados já de Inglaterra? Não é provável), hipótese que deixa transparecer, com alguma nitidez, um certo desnorte, no próprio Eça, quanto ao modo de remediar o que, afinal, era já irremediável. O ponto aonde queremos chegar é o seguinte: este episódio teve a sua origem também numa certa leviandade de Eça.” (REIS, 2002, p. 14)

Encontramos, assim, explicação para a exaltação que emerge da carta, de novo a Batalha, de 26 de fevereiro:

“Meu caro Batalha

Acabo de receber a tua carta e estou verdadeiramente indignado. Pois quê! Eu dou-vos um borrão de romance - e vocês em lugar de publicar o romance publicam o borrão! Nós ficamos em que eu corrigiria as provas - sem o que eu vos dei não era mais que um trabalho informe e absurdo. E vocês não esperam pelas provas - e publicam o informe e absurdo. É verdadeiramente insensato! Vocês sacrificaram o meu trabalho ao desejo de encher a revista de matéria - sem atenção a que a matéria fosse boa ou má: há decerto algumas desculpas do vosso lado, reconheço-o, mas é incontestável que eu tenho montes de razão. Se vocês publicaram a primeira parte - tal qual eu a li nas provas que me mandaram - podem-se gabar de que publicaram a maior borracheira de que a estupidez lusitana de se pode gloriar. É indispensável que V.V. façam uma declaração - dizendo - que estando eu em Newcastle - e não tendo podido corrigir as provas, o romance sai tal qual está no borrão. (...)"

O primeiro capítulo é completamente diverso do das edições subsequentes. Por este motivo o reproduzimos aqui de forma completa, preservando a ortografia e pontuação originais. Uma fotografia da publicação original do capítulo em questão é apresentada a seguir. Da mesma forma, uma pintura que nos promete retratar a Leiria da época da publicação da primeira edição do romance. As diferenças e semelhanças entre as versões, bem como o estudo das sutilezas do autor, encontram-se no capítulo seguinte deste trabalho.

“Era em Leiria. Começava então a construir-se a estrada da Figueira: o velho passadiço de pau, sobre a ribeira do Liz, tinha sido destruído, e já se passava sobre a ponte nova, baixa, com dois arcos de pedra fortes, atarracados e largos. Para diante revolviam-se ainda o terreno, desbastavam-se os silvados, esboroavam-se montes de saibro, e a espaços erguiam-se os montes de cascalho; com os seus grandes chapéus desabados os calceteiros britavam o calhau, e viam-se os grossos cilindros de pedra que acamam e recalcam os macadams, um pouco enterrados na terra negra com as últimas chuvas de maio. Sobre a ponte a paisagem é larga e d’alta respiração. Para o lado do interior, d’onde o rio vem, elevam-se colinas baixas cobertas das ramas verde-negras dos pinheiros, ou, a espaços, escalvadas, onde fazem nodoa as grandes amarelidões dos saibros: em baixo, na espessura dos arvoredos, estão os casaes. A’s vezes n’uma clareira, ao sol, uma parede branca e caiada destaca-se na clara tranquilidade das tardes, e esbatem-se no ar os fumos esbranquiçados das lareiras. Da banda da cidade, que é também a do mar, para onde o rio vae entre dois renques de salgueiros esguios e pallidos, estende-se até aos primeiros areaes o campo de Leiria, verde, fecundo com o aspecto das aguas abundantes e batido da larga luz. Da cidade veem-se apenas alguns telhados negros, as cantarias pardas, pezadas e jesuíticas da Sé, o muro do cemiterio coberto de parietarias, deixando ver as pontas agudas dos cyprestes; e sobre o seu escuro monte, revolvido e duro, ourissado de vegetações rebeldes, estão as ruínas do castello, destacando em negro, quadradas, com um grande ar historico.

Ao fim da ponte uma pequena rampa desce para a alameda à beira do rio. Há alli arvores antigas; e o chão baixa, ao abrigo dos ventos inquietos, tem quasi sempre uma camada amarella e pisada de folhas seccas. Duas velhas mós de moinho, esquecidas alli, esverdeam-se de musgos. A alameda é curta, e acaba num caminho estreito, vincado das



rodas dos carros, que leva para os campos e para as fazendas distantes, apertado e quasi escondido entre as duas altas sebes de relva: é a azinhaga. Do outro lado do rio, defronte da alameda, são campos cultivados, que chegam quasi junto d'água: apenas um pequenino caminho, negro, humido, lodoso, comervas pobres que agita a palpitação da corrente segue rente do silvado que fecha as culturas, ao longo do rio. Por alli, em Junho, uma tarde, ainda na luz vigorosa, caminhavam de vagar, com o seu passo poderoso e tranquillo, duas grandes vaccas. Guardava-as com uma vergasta uma rapariga de dez annos: era esguia, magrinha, com sardas, um lenço vermelho na cabeça d'onde cahiam felpas e esguedelhadas e seccas, os hombros com saliencias d'ossos, um colete desbotado d'atacador e uma saínha curta. A agoa ia clara, n'uma toalha delgada e vagarosa; pedaços d'area em secco reluziam; e o rio arrastava-se com um marulho doce todo enrugado do roçar dos seixos; e os arcos estendiam n'agoa a sua sombra macissa. O ar estava immovel, penetrado de luz; nos campos viam-se ás vezes entre os milhos, os chapeus negros, as brancuras de camisas que se moviam. Os passaros chilreavam: e como havia alli madressilvas, ainda áquela hora as borboletas brancas, aos pares, esvoaçavam palpitando. Sentia-se a grande distancia um tambor. A estrada estava solitaria: um ou outro homem vinha da cidade montado na sua égoa, direito, de jaqueta ao hombro, o cajado entalado entre a perna e o albardão coberto com uma pelle de cabra, trotando n'um choito indolente para o lado das freguezias... e ainda todo o ceu tinha a cor d'uma velha porcelana azul.

As vaccas tinham parado com a cabeça erguida, derramando em roda o seu olhar tranquillo, e a rapariga procurava as amoras que já começavam a escurecer nas sebes, quando um rapaz de onze annos que viera pela azinhaga, parou á beira da agoa, com uma canastra de herva á cabeça, e umas compridas calças azuladas que arrastavam.

— Oh Farrusca, gritou ele, passa para cá as vaccas.

— Passa tu, disse a rapariga com a sua vósinha arrastada e fanhosa.

O rapaz arregaçou as calças, e com um grande ruído na agoa, chapinhando, com as pernas muito abertas, ia atravessar segurando com os braços esticados a canastra. Mas com o rumor, as vaccas que iam entrar no rio a beber, voltaram para o carreiro com um movimento brusco, as carnes tremulas, balouçando a papeira.

— Deixa beber as vaccas, rapaz, gritou a rapariga, com uma voz acre e aguda. Eh malhada!

O rapaz voltou para a alameda, pousou a canastra e com as calças arregaçadas, as canellas brancas e delgadas, as mãos nos bolsos, e o barrete azul enterrado na cabeça, dizia-lhe:

— Então passa tu, Farrusca, corta o atalho... anda!

A pequena gritava ás vaccas que iam voltando á agoa, e que estendendo o pescoço pellado da canga, bebiam de leve, vagarosamente, sem ruido. A espaços erguiam a cabeça lentamente, olhando com a passiva tranquillidade dos seres fartos, e fios d'agoa, babados, claros, brilhantes á luz, pendiam dos cantos do focinho. Ficavam assim olhando vagamente, davam outro passo indolente procurando o fio da corrente, com uma perna estendida, tornavam a beber, roçando a agua ao arrepio, e a sua sombra corpulenta tremia na fina enrugação da agua.

— Depois passa para cá, dizia sempre o rapaz.

— Passa tu.

— Olha a casmurra! É p'ra subir p'rá estrada?

— Vou lá para a estrada!

— Estou-te a dizer: cortas pelo atalho!

— Passa tu.

O rapaz tornou a entrar na agoa, segurando com as mãos as calças que se desarregaçavam e cahiam. Mas com o ruido, as vacas voltaram outra vez devagar, com a cabeça baixa, batendo a cauda.

— Deixa beber as vaccas, rapaz! – E como elle, continuava chapinhando e resmungando: - Deixa beber as vaccas, rapaz! – gritava quasi chorando a rapariga.

O rapaz parou.

— Olha a sarna! disse elle; e a grandes passos, com as pernas muito abertas saltou para a alameda, poz a canastra á cabeça, ageitando-a, e ia-se pela rampa todo calhado.

— Oh *Moriço*, espera que eu enxoto para lá, gritou-lhe a rapariga, espera lá, *Moriço*!

— Adeusinho, disse elle, subindo sempre a rampa, e a cada momento voltava-se resmungando-lhe: Casmurra!

— Oh *Moriço*, espera! e toda apressada, atirava ás vaccas. Espera *Moriço*!

O rapaz pousou a canastra, esperando.

A pequena tinha entalado as saias nos joelhos, e com as suas perninhas brancas e finas, cortava a agua baixa, devagarinho, fallando ás vaccas. Com a inclinação do sol a agua perdia a sua claridade espelhada e estendiam-se mais as sombras dos arcos da ponte. Os passaros chilreavam por todas as arvores. Pela estrada começava a passar gente na volta do trabalho. Então entrou na alameda, sahindo da estreita azinhaga, um homem a cavallo: era grosso, com o pescoço curto, os hombros subidos, o rosto trigueiro carnudo e avermelhado, e os beiços grossos. Parecia dormir. Trazia um chapéu desabado, uma quinzena curta, e os seus largos pés, calçados com botas cheias de rugas, de canos vermelhos, assentavam pesadamente nos estribos de pau. A agoa era branca, com a clina cortada, um passo curto, e ao entrar na alameda relinchou fortemente.

— Chó! disse o homem espartando. E as vaccas, enxotadas pela Farrusca, quasi ao pé da alameda, estacaram. A pequena gritava:

— Eh! malhada! eh! – As vaccas paradas olhavam.

— Espera lá, espera lá, disse o rapaz, e com uma pedra na mão, entrou na agoa correndo.

— Não atires, *Moriço*! Mas a pedra tinha assentado no lombo da *malhada* ao pé do pescoço, mesmo em cheio.

A vacca assustou-se e fugiu para a alameda n'um largo passo, manso e pesado.

O Moriço correu para a cercar, gritando:

— Eh! eh!

Mas então a egoa branca que vinha, recuou, deu um salto de repellão e o homem destribou-se, oscillou pesadamente, e foi cahir com um som baço sobre as mós de moinho, onde ficou espapado de bruços, com os braços abertos, e um fio de sangue escuro, delgado, que escorria pela pedra, e cahiu gota a gota no chão.

O pequeno atirou-se à estrada, gritando. Dois trabalhadores que passavam correram:

— Que é lá? que é lá? E um, forte e espadaudo, ergueu o homem por debaixo dos braços: o corpo ficou todo pendente, descaído, e os fios de sangue escuro escorriam-lhe pela cara.

— Queres tu ver!? Ai que é o sr. parocho!

E então tinham vindo os britadores da estrada, as mulheres que levam o saibro. O apontador das obras, um loiro de bonet de oleado e oculos azues, amarrou-lhe um lenço em torno da testa. Um velho appareceu logo, em mangas de camisa, todo esbaforido, com uma escada curta: estenderam-lhe em cima uma manta velha e a tampa d'uma canastra, e estiraram o corpo do parocho, hirto, com o seu ventre proeminente, a camisa ensanguentada, o rosto amarello com nodoas roxas, os labios cheios d'uma espuma sanguinea; e em quanto os dois homens o levavam como n'uma maca, quasi correndo, os seus dois braços pendiam, com as mãos lividas, polpudas e cheias de cabellos.

A tarde esmorecia, e o poente inflammava-se, com grandes laivos escarlates. Acabavam os trabalhos e, recolhendo pelos estreitos caminhos dos casaes, e das freguezias, com a jaqueta ao hombro, a enxada ás costas, as mulheres levando os farneis, ia áquella (*sic*) gente espalhando pelas portas, a história da morte do parocho.

No entanto tinham conduzido o corpo á botica ao pé da Sé.

— Foi apoplexia, disse o Carlos, o boticario: está prompto!

— Arregaçou-lhe a manga e ainda lhe picou a veia com a lanceta, mas formou-se uma gota quasi colhada e negra, e o golpe arrocheou-se.

— Está morto, resumiu o boticario.

Á porta entre a gente que se juntára n'uma curiosidade assustada, os trabalhadores, aterrados, escorrendo em suor, contavam a uma velha cheia de ais que perguntava, encolhendo-se e dobrando-se em seu chaile preto, quem o tinha matado; e já era noite quando se ouviu o sino grande tocar vagarosamente o dobre.

Assim ficou vaga a parochia da Sé.” (Tomo I, p. 33–36)

A leitura cuidadosa deste primeiro capítulo nos remete ao tom soturno citado anteriormente, bem como ao excesso de pormenores. A descrição é riquíssima em detalhes, a ponto de, se o quisesse, um pintor ser capaz de retratar a cena da morte do pároco de Leiria minuciosamente. Este capítulo foi completamente alterado por Eça: nas edições subsequentes sabe-se apenas que o pároco sofreu apoplexia e a Sé ficou vaga, sem nenhum pormenor. Os

detalhes cruéis da cena já iniciam o romance com um choque para o leitor; a primeira versão, portanto, começa e termina com uma morte, cruel, às margens do rio, descrita de forma angustiante. O tom escuro, melancólico, acentuado pelas descrições noturnas, não aparece tão marcado nas demais edições.

Os capítulos seguintes são aqui apresentados na forma de pequenos resumos. Novamente nos deteremos em semelhante nível de análise no último deles.

No capítulo II, explica-se que o pároco falecido era José Miguel, e que, dois meses depois, era anunciado em Leiria o nome do novo pároco, Amaro Vieira. O cônego Dias, antigo professor de moral de Amaro, é citado; e há uma referência ao tio Patrício, negociante local. Após a introdução, descreve-se a espera do cônego Dias e do coadjutor por Amaro, sua chegada a Leiria, e a decisão de que se vai hospedar à casa da S. Joaneira (Augusta Caminha). O pároco chega, hospeda-se, há a cena do jantar. Quando o pároco dirigia-se ao seu quarto, no andar de baixo, chega Amélia, filha da S. Joaneira. A primeira visão que Amaro tem de Amélia aparece idealizada: o padre a vê à noite, na penumbra, como se estivesse envolta em nuvens. A primeira expressão do desejo não é claramente apresentada, mas sim sugerida, quase como um sonho. A representação da mulher no ideário romântico fica clara quando Amaro vê Amélia, de longe, de baixo, de costas – como se fosse perfeita e inatingível.

No capítulo III, há um resumo retrospectivo da vida do padre Amaro. Em casa da Marquesa de Alegros, depois, órfão, na casa do tio, marceneiro. Após este período, no seminário, onde se apresenta sua correspondência com o padre Liset. Depois de sua ordenação, há a sua nomeação como pároco de Feirão, na Gralheira. Não satisfeito, vai então a Lisboa tentar uma colocação em outra paróquia – para tal, visita (após visitar sua tia) a filha mais nova da Marquesa de Alegros, D. Joana, casada agora com o Conde de Ribamar, “amigo do reino” (TAVARES, 1943, p. 11). Graças à intermediação do Conde, Amaro é mandado para Leiria, e parte para a estação de Santa Apolônia, com destino àquela cidade. (Tomo I, p. 36-64). Podemos destacar neste capítulo dois pontos principais. O primeiro, o contexto da criação de Amaro: compreendemos a falta da figura materna e da referência feminina, além da missão – não vocação – que carrega consigo de ir para o seminário. O segundo ponto é a influência política na Igreja: Amaro sabia que a filha da Marquesa era casada com um “amigo do reino”, fato que sutilmente nos apresenta a força que o elo Estado/Igreja exercia à época.

No capítulo IV, Amaro chega à Leiria, como novo pároco. Surgem então novos personagens: D. Maria da Assunção, as senhoras Gansosos (D. Joaquina e D. Ana), D. Josefa (irmã do cônego Dias), o Libaninho e João Eduardo, namorado de Amélia. Há um longo passeio de Amaro com o cônego pela estrada dos Marrazes, após jantar em sua casa. A seguir,

a reunião, à noite, em casa da S. Joaneira, onde estão presentes todos os personagens citados acima. Aparece a Santa de Arregana – na edição de 1876, “*Arregassa*, que é como Eça deve ter escrito. Gralha proveniente de o autor estar fora de Portugal quando o romance apareceu na *Revista Ocidental*.” (TAVARES, 1943, p. 11). Entra então Artur Couceiro, o músico, que, após o chá, canta, acompanhado por Amélia, ao piano. Amaro atenta para Amélia. A partir daí, há a partida de loto, e, após a retirada das visitas, fica-nos clara a primeira tentação: Amélia não consegue dormir, e revê sua vida através de lembranças. Recordar-se de sua infância, do chantre Carvalhosa, do padre Valente, do cônego Cruz. Igualmente, lembra de D. Maia da Assunção, das Gansosos, do capitão Couceiro; e, longamente, com certa doçura ou melancolia, lembra do tio Cegonha, e das lições de piano. Segue-se então a morte do chantre, e a ida, com a S. Joaneira e a D. Maria da Assunção, à praia do Vieira, para uma mudança de ares. Ali conhece o estudante Agostinho, seu primeiro namorado. Recebe, mais tarde, a notícia do casamento deste, o que a deixa em profunda tristeza. Sem dissociar a tristeza da ação, o capítulo nos informa que Amélia torna-se então mais religiosa. O cônego Dias e sua irmã começam a frequentar a casa da S. Joaneira, tornada “centro eclesiástico” (Tomo I, p. 198-224). O capítulo termina apresentando-nos o início do namoro de Amélia com João Eduardo, escrevente do tabelião Nunes. Neste capítulo temos uma apresentação de Amélia, de forma semelhante àquela usada por Eça para apresentar Amaro. Após ter despertado para a atração por Amaro, a personagem não consegue dormir, e inicia-se uma espécie de filme de sua vida: ela revê sua infância, lembra-se do tio e de seu primeiro amor, em tom de doçura ou melancolia. O dado mais relevante da descrição, novamente consonante com a descrição de Amaro, é que Amélia tornou-se mais religiosa por causa de sua tristeza; ou seja, tanto ela quanto ele não escolheram a religião por crença ou vocação, mas, respectivamente, por tristeza e imposição. Além disso, há de se notar a presença das mulheres em casa da S. Joaneira, bem como as insinuações (ou provocações) na expressão utilizada pelo autor para melhor descrever a casa: tornara-se um centro eclesiástico. O tom irônico da descrição chama a atenção, e, ao mesmo tempo, deixa para o leitor a impressão (posteriormente comprovada) de se tratar do exato oposto.

No capítulo V o escrevente passa a frequentar a casa da S. Joaneira, e apresenta a ela um projeto de casamento. Amélia não mais sofre de insônia. E, certa manhã, ao ouvir a criada dizer que o pároco sairia como coadjutor, vai à janela para espiar – ao voltar, deita-se e fica pensando em Amaro. Amélia não parece interessada no projeto de casamento; encontra-se absorta em seus pensamentos, sobre Amaro. Mais ainda, fica para o leitor a informação – sutil, mas não despercebida – de que tais pensamentos de alguma forma lhe devolveram a paz,

uma vez que não sofre mais de insônia.

O capítulo VI parece-nos ser crucial. Nessa primeira edição traz a descrição da vida do pároco na casa da S. Joaneira: sua rotina, sua índole, sua simpatia por Amélia. Além disso, mostra sua intimidade com a S. Joaneira e com Amélia, os jantares; e, especialmente, as noites. À noite, no quarto, só havia um pensamento: Amélia. Há também os esforços de Amaro para expulsar de seu espírito os pensamentos “menos puros” em relação a Amélia (TAVARES, 1943, p. 12). No capítulo está uma reunião de padres acontecida no quarto do pároco, à qual compareceram o cônego Dias, o padre Natário, o padre Brito – segundo Tavares, “todos boçais e sensualões” (TAVARES, 1943, p. 12). Exceção à essa regra é o cônego Silva, que, presente à assembleia, não se demora, e é depois criticado pelos demais. (TAVARES, 1943, p. 12). Os assuntos tratados são diversos: mulheres, castidade, confissão – e o Padre Natário não leva a conversa muito a sério. Sobre esse episódio, Tavares nos mostra que ele será incluído na edição de 1880 no capítulo VII; além de salientar que o período destacado a seguir foi desprezado por Eça nas edições subsequentes à primeira (TAVARES, 1943, p. 12):

“Imagine, amigo Amaro, que quando nós sairmos o senhor começa a ler o seu breviário, e que de repente lhe abrem a porta do quarto, e o senhor vê uma rapariga bonita, mas bonita a valer, - eu sei? como cá a Ameliasita – que vem pé ante pé, e que lhe deita os braços ao pescoço... Que faz o senhor, hein? Olhe que isto é uma pergunta que se fazia lá no seminário, no meu tempo!

Amaro calou-se, mas todo o seu interior tremia. O quarto estava impregnado de fumo, o calor pesava, e sob aquela influencia morbida, elle sentiu um zumbido extranho, como um desfallecimento, um desejo, ardente e doce mas terrível, de peccado e de beijos! Callava-se: mas tinha suor até à raiz do cabelo.

— Diga, homem! instava o Natario.

— Sabe o que lhe digo? deixemo-nos (*sic*) d’isto! exclamou elle com ar secco.

Natário foi despendurar a capa, para se ir embora, e pondo-se deante do padre Brito, batendo-lhe no hombro com ar galhofeiro:

— Ó Brito! e tu, dize lá: se te apparecesse uma rapariga boa, que fazias tu?

O padre Brito teve uma grande commoção por todo o seu ser, no nariz, na bocca, nos olhos, e disse com um riso idiota:

— Pechinchas d’essas não são para mim!

Os tres padres deram uma risada ruidosa.” (Tomo I, p. 301-302)

O episódio do encontro dos padres mostra que havia exceções: porém, a regra era serem o oposto do que a figura do padre evocaria. Eram homens, e em seus discursos Eça questiona não só o desejo em contraposição à castidade; mas, além, a hipocrisia de fazerem votos dos quais riem-se. Parece ser essa a principal crítica à instituição católica apresentada

na obra.

Ainda no capítulo VI, após a saída dos padres e das demais visitas da S. Joaneira (as senhoras Gansosos), Amaro concentra-se em Amélia, vai para o seu quarto e fica a pensar nela e na conversa que tivera. Alguns dias mais tarde, descobre que o cônego Dias é amante da S. Joaneira:

“Amaro subiu á sala do jantar. Como as ruas estavam ainda molhadas da chuva da manhã, trazia galochas de borracha: os seus passos eram imperceptíveis. A porta do quarto da S. Joaneira estava aberta, e o resposteiro, de chita de ramagens, corrido. Amaro entre-abriu-o, mas deixou-o imediatamente cair, surprehendido, um pouco confuso, envergonhado. A S. Joaneira, em pé, um tanto curvada, com as mãos atrás das costas, enfiava pelos ilhós o atacador do colete. Ao pé da S. Joaneira, na intimidade do seu desalinho, um homem grosso, em mangas de camisa: era o conego Dias. Amaro desceu, comprimindo o ruído dos passos. Mas já na escada ouviu:

— Quem anda ahi?

Calou-se, confrangeu-se, e quando se achou na rua, fechou brandamente a porta, e caminhou ao acaso, para o lado da sé.”  
(Tomo I, p. 302-303)

Na edição de 1880, Eça omitiu a frase “Quem anda ahi?”. Portanto, apenas na primeira edição sabemos que o cônego soubera da presença de alguém. Amaro vê a cena que sua imaginação desenhava para si diante de seus olhos, protagonizada por seu superior. Como consequência do que se lhe fora revelado, Amaro pensa em Amélia e na possibilidade de ser ele seu amante. Após o referido episódio, no mesmo capítulo VI, quando Amaro retorna, encontra, em casa, João Eduardo jogando bisca com a S. Joaneira. O padre compara-se ao noivo de Amélia, e, ao pensar na situação de todos, resolve que o melhor é esquecer-la. Alguns dias depois, Amaro vai almoçar com o cônego Dias, e também estão presentes o padre Narciso e o Sr. Silvério Jordão, oficial do Governo Civil. Conversam sobre amenidades. Como os demais convidados bebem um pouco mais, Amaro volta sozinho para Leiria. (Tomo I, p. 289-307). Padre Amaro continua, neste capítulo, pensando e tentando esquecer, no paradoxo desejo e pecado que vive desde que viu Amélia pela primeira vez. Percebemos sua tentativa de resistir, logo a seguir frustrada.

O capítulo VII é decisivo. Nele encontramos uma descrição do caminho pelo qual segue Amaro e seu encontro com Amélia. Encontram-se e Amélia o convida para ir à quinta da mãe, contígua, convite por ele aceito. Aí acontece o primeiro beijo. O idealizado torna-se real. Amélia, perturbada, separa-se de Amaro, que volta à cidade. Há então mais referências à índole de Amélia, bem como a seu namoro com um alferes da cavalaria e a suas impressões

quanto ao ocorrido com Amaro. Amélia não consegue parar de pensar em Amaro, o que muito a agita. Ela só regressa à noite, de burro, para Leiria. Na mesma noite, o pároco vai à casa do cônego Dias pedir-lhe que encontre outra casa onde possa se hospedar. Mais uma vez, a solução encontrada para o impasse é a fuga, o atalho; em oposição ao enfrentamento da situação. No dia seguinte, o cônego lhe diz que já resolveu para onde o pároco irá – a casa da Dionísia, “muito popular em Leiria” (TAVARES, 1943, p. 14), e da criada Maria Vicência. Amaro muda-se, sente-se triste, saudosos, e vê sua vida transformar-se em monotonia. O Cônego Dias faz então um pedido ao pároco, que aceita, e depois de alguns dias ambos voltam a frequentar a casa da S. Joaneira, à noite. Um dia, ao final da missa, Amélia pede a Amaro que apareça à noite – o padre comparece, e passa a fazer visitas regulares a Amélia, que vai esquecendo João Eduardo. As descrições dos encontros do casal são sugestivas do amor romântico, uma vez que as visitas são retratadas de forma perfeita. Destacamos o fato de mais uma vez Amaro não resistir à tentação do desejo, e ceder. A iniciativa do convite é novamente de Amélia, que o faz, ousadamente, na Igreja, após a missa.

No capítulo VIII há mais descrições das noites em casa da S. Joaneira, incluindo descrições da paixão de Amélia e Amaro. O romance provavelmente seria considerado, fosse recortado nesta parte, leve, não fosse pelo fato do protagonista ser um padre. João Eduardo percebe a ‘simpatia’ de um pelo outro, e passa a odiar Amaro. Traz também o capítulo uma conversa entre o pároco e o padre Natário sobre João Eduardo, que Natário tem como um herege, caluniador e, supostamente, autor de uma nota inserida num jornal contra o cônego Campos (TAVARES, 1943, p. 14). Amaro decide, então, que impedirá o casamento dele com Amélia. O herói salvará sua heroína do herege que supostamente agiu de forma excusa e inseriu uma nota difamatória contra um religioso na imprensa: a ironia de Eça é fina e cruel.

O capítulo IX relata que Amaro vai (passados dois dias) levar a extrema unção a uma irmã da S. Joaneira, “idiota”. Após a descrição do sacramento, o padre sai, e retorna à casa da S. Joaneira às onze da noite. Encontra-se com Amélia e fica a sós com ela na sala de jantar, passando depois à cozinha: nesse momento, Amaro conta sobre João Eduardo e confessa a Amélia seu amor. Outra cena romântica neste capítulo, seguindo uma cena clerical. Parece-nos que o autor tinha a intenção de ir apresentando o romance quadro a quadro, contrapondo, a cada momento, religião e amor. Eça cria uma dicotomia inexistente, que separa o amor da religião. Tal recurso consegue, brilhantemente, fazer o leitor ora torcer pelo amor dos protagonistas, ora repelir suas atitudes. Dividido, sempre. A “idiota” morre. (Tomo I, p. 439-459). Nos capítulos seguintes, Amaro conversa com D. Josefa sobre o noivo de Amélia, e pede à beata que aconselhe Amélia a não mais aceitar aquele casamento. Amélia vai à casa do



cônego, e D. Josefa lhe fala de João Eduardo e aconselha que ela se confesse ao pároco. O cônego chega da quinta, muito contrariado.

No capítulo XII, D. Josefa leva Amélia à confissão. Durante a confissão, o pároco a interroga acerca de João Eduardo, e dá-lhe uma medalha. Os dois se beijam. Mais uma vez, confissão/beijo, a dicotomia citada anteriormente, quadro a quadro. Chega o sineiro, António, que interrompe a cena, e Amélia sai. No XIII, Amélia chega em casa e não encontra sua mãe, que saíra para conversar com a D. Josefa sobre o noivo de sua filha. Amélia vai para o quarto e se põe a pensar em Amaro. No jantar, a moça conversa com a mãe a respeito do casamento, e à noite, após receber o noivo com frieza, Amélia rompe o noivado com João Eduardo.

O capítulo a seguir, XIV, apresenta o desespero de João Eduardo, que, no dia seguinte ao rompimento, recebe da criada (a Russa) um envelope remetido por Amélia. Dentro do envelope estão as duas cartas que tinha escrito a Amélia. Vai então João Eduardo consultar o Dr. Silves, advogado, acerca do que poderia fazer. Ao voltar da casa do advogado, encontra o tipógrafo da Voz do Distrito, que o convida para jantar. João Eduardo faz confidências ao tipógrafo durante o jantar. Após o jantar, segue sozinho até um café, onde embebeda-se: causa distúrbios no café, sai, sobe os degraus da igreja, encontra Amaro e tenta agredi-lo. É levado preso; e, mais tarde, posto em liberdade a pedido do pároco. Fica-se sabendo na cidade que João Eduardo fora desligado de seu trabalho, e, sua irmã, desligada da ordem do recolhimento de Jesus. A discussão sobre a influência Igreja/Estado é mais uma vez exposta. João Eduardo sabe o real motivo do rompimento do noivado, e por isso, ao embebedar-se, procura o pároco para agredí-lo. É preso, o pároco pede e soltam-no; porém, é desligado de seu emprego, da mesma forma que sua irmã.

No capítulo XX – note-se que a numeração não segue a ordem crescente – há a festa da Senhora da Piedade, paga pela D. Maria da Assunção. Amélia está triste, até o dia da festa. Os fiéis movimentam-se dentro e fora da igreja. Durante a missa, Amélia percebe-se amada por Amaro e sente-se orgulhosa. Após a missa, há o jantar na casa da beata; e, durante o jantar, a criada da S. Joaneira aparece para avisar que sua patroa não pudera comparecer ao jantar para acompanhar a filha, o que sobressalta Amélia. Após o jantar, Amaro e Dionísia oferecem-se para acompanhar Amélia. Com o pretexto de ter o pároco que entregar uma carta a Dionísia, Amélia entra na casa de Amaro, no quarto do pároco e “dá-se a sedução”. Amélia sai, acompanhada por Dionísia – com quem Amaro acerta o plano para seus futuros encontros com Amélia. Escolhem para este fim a casa do sineiro, com quem Amaro vai ter no dia seguinte; e, na mesma tarde, os amantes se encontram na casa, que é detalhadamente descrita. Novamente no capítulo XX, segue-se a descrição da paixão Amaro-Amélia. Parece

interessante notar que não se fala em amor, mas em paixão. Amaro tem ciúmes de Amélia. Há a famosa cena (que constará das edições posteriores) da grande capa de cetim que o padre põe nos ombros de Amélia. São descritos mais pormenores dos pensamentos de Amélia, que expõem sua paixão. O pároco continua a jantar muitas noites em casa da S. Joaneira. Tanto ele quanto a amante terminam o capítulo tranquilos. Apesar de neste capítulo a palavra paixão tomar o lugar da (palavra) amor, a sugestão de que ambos encontram a paz após terem garantidos seus encontros sugere-nos amor, e não paixão. Novamente, um irônico contrapor de ideias.

Já no capítulo XXVII – chamamos mais uma vez a atenção para a numeração dos capítulos – vai-se à tranquilidade. A S. Joaneira, estranhando a filha, conversa com o cônego Dias a respeito daquela. Este suspeita do que se passa, e espiona Amélia, até a ver encontrar Amaro. A cena é um tanto violenta. Transcrevemos um pequeno trecho a seguir:

“O padre Amaro tinha-se dominado:

— Ouça lá, senhor cônego. Olhe que eu vi-o ao senhor, uma vez em casa da S. Joaneira...

— Mente! exclamou o cônego.

— Vi, vi, e vi! disse o outro com a voz crescida.

E atirando a capa para cima do armario, com gestos irritados:

— Vi-o no quarto d’ella. O senhor estava em mangas de camisa, veja se isto é natural. E até o senhor me perguntou “*quem está ahi!*”<sup>11</sup>. Ora ahi tem! Vi eu como estou a vel-o. É para que saiba!” (Tomo I, p. 662-663)

Após a cena da discussão entre os clérigos, a tranquilidade volta a reinar. Amaro comunica a Amélia que o cônego Dias “sabia tudo” (TAVARES, 1943, p. 17), e conta a ela sobre o cônego e sua mãe. O diálogo entre os dois parece ocorrer no tom de que um erro justifica os demais. Com o correr dos dias, espaçam-se os encontros e tornam-se mais rápidos. Certo dia, Amélia comunica a Amaro que está grávida, o que causa a ambos desespero. Ora, o desespero aparece quando o amor, ou o pecado, fica evidente para os outros, para a sociedade. Enquanto era só de ambos não causou qualquer desespero – mas a gravidez é uma prova contra eles, e a paz se esvai. O pároco procura o cônego, e o que fica decidido na conversa é que Amélia deve casar-se com João Eduardo. A seguir, no capítulo XVIII, vemos o dia seguinte à revelação, em que os amantes encontram-se apesar da chuva. Amaro convence Amélia a casar-se com João Eduardo, e ela parece conformada – o que provoca ciúmes em Amaro. Dionísia é a encarregada de procurar o escrevente e ouve que ele fora viver em

Lisboa, o que acaba com a esperança de solucionar o problema da forma originalmente pensada. No capítulo XIX, Amélia, claro, está perdida: fica insegura, apreensiva e não sabe qual será seu destino. Podemos dizer que, apesar disso, não expressa qualquer vontade própria, aguarda a decisão que os outros tomarão sobre seu destino. Não há também qualquer referência à fé: nenhum deles ora, ou pede inspiração, ou busca Deus. Querem, tão somente, livrar-se do problema, o que parecia, no caso, livrarem-se de Amélia. A religião parece esquecida: a prova do pecado era insuportável, e a solução era esconder essa prova. Para esconder a prova – o bebê – era necessário esconder Amélia. Fica então decidido que Amélia irá para uma quinta, onde D. Josefa irá convalescer de uma doença; e que a S. Joaneira irá com o cônego Dias para a praia da Vieira. Os dois religiosos procuram D. Josefa, que, pressionada por eles, abre mão de seus escrúpulos e cede. O cônego convence então a S. Joaneira a irem para a praia, logo antes de Amélia e D. Josefa partirem para a quinta.

Há então um capítulo sem número, “inumerado” segundo Tavares (1943, p.18), no qual o cônego parte para Vieira e a seguir parte a S. Joaneira. Amaro assiste, sozinho em Leiria, triste. Dionísia traz a notícia de que João Eduardo se encontra novamente em Leiria, e é mestre dos filhos de um Morgadinho. O pároco vai à quinta, e encontra-se com Amélia no quarto de D. Josefa. Ele passa a visitar a amante duas vezes por semana, depois os encontros espaçam-se, até que Amélia lhe envia uma chave da porta do pomar, e Amaro passa a ir à noite. Notamos a preocupação de Eça de apresentar o amor dos dois na necessidade de verem-se: os encontros na quinta não mais são descritos como encontros de paixão, mas antes, de amor. No capítulo XX, suspende Amaro os encontros noturnos. Recebe ele uma carta do pároco querendo notícias, o que acende nele a preocupação com o destino que dará ao filho. Amélia escreve a Amaro, pedindo a presença de Dionísia – um sinal de que a criança está para nascer. O padre vai à noite à quinta, e, pelo caminho, vai divagando e pensando no destino que daria ao bebê: pensa que o poria à porta de alguém. Ao encontrar Dionísia, está ansioso pelo parto; e ela, traz-lhe embrulhada a criança, dizendo ser uma menina. A prova, o fruto, o pecado. Com a menina em seus braços, Amaro primeiro resolve não a abandonar, embaralham-se suas ideias, ele pensa em matar a criança. Pelo caminho, vê que está sendo seguido por João Eduardo, desorienta-se, e termina assim o capítulo:

“Começou então a andar apressado. De vez em quando olhava. Parecia-lhe que o escrevente apressava, alargava o passo. Continuou mais vivamente. Os passos do outro, soavam atrás na terra sêca. Lembrava-lhe voltar-se, arremessar-se, matal-o. E o escrevente aproximava-se. Estava perto.

Mas ali a estrada tinha uma rampa soave, facil, que descia para

os casaes, para o rio. Era fatal! Era fatal! Iria pôr a creança à porta d'um casal e pela beira do rio fugiria, esconder-se-ia no pinhal da Fiuza, ou pelos baixos pedregosos do Castello chegaria á cidade. Desceu a rampa correndo; via a distancia a fachada branca do casal do Silvestre. Conhecia-lhe e lembrava-lhe o seu cabelo d'um louro avermelhado. Começava a atravessar os campos de glebas terrosas revolvidas; mas derepente estacou. Pareceu-lhe que ouvira dizer: ‘- Olá!’

Ficou a tremer. Talvez tivesse ouvido, mas a voz do escrevente veio no silencio:

— Olá! oh amigo!

Tinha-o visto, tinha-o visto. Estava perdido. O vulto do escrevente estava parado, á beira da rampa da estrada. Parecia-lhe enorme! Se fugisse, elle seguil-o-ia, correria. Se abandonasse ali nos campos a creança, tudo se revelaria, encontrado por aquelle homem, n'aquellas horas nocturnas, ali. Se se matasse! O rio estava ali com um marulho brando, fundo n'aquelle lugar, e vagos reflexos polidos e finos como os do aço! Desembuçou-se. A creança não chorava. Apalpára por baixo do chale: pareceu-lhe fria. Se estivesse morta! Morta, e então derepente, como um trovão que estala, tomou-lhe o cerebro a idéa de o matar! Matai-o! Não tinha idéas, reflexão, sensibilidade. Estava como um animal instinctivo. Tinha medo! medo! um medo physico, bestial, vil. Estava ao pé do rio. Havia canaviaes ali. Pareceu-lhe sentir passos. Abaixou-se, poz a creança no chão; abriu-lhe o chale; os pannos brancos, destacavam-se da terra escura; tomou uma pedra, que ali estava, grande, musgosa, húmida, pesada; pôl-a ao lado da creança; tornou a entrouxar tudo n'um fardo pesado, apertado, atado, submersivo. Pareceu-lhe sentir gemer baixinho a creança, o filho. A agoa escura, vagamente lusidia estava ali. Umhas canas curvadas arrastavam n'agua que as fazia vibrar. E Amaro crispado, com o arquejar seco, os dentes que lhe rangiam, deixou cair o embrulho. Aquillo fez pchah! E a serena agoa correu. Então positivamente sentiu passos, ruidos, movimentos. Deitou a correr, febrilmente, cobardemente.

Um carreiro seguia no pé do rio; sempre, sempre esfalfado, gemendo, suando, ia, ia. Mas derepente viu-se ao pé d'um pinheiral escuro. Escondeu-se ali. Os pinheiros gemiam ao vento. Esteve um momento escostado a um tronco, hirto, inconsciente, entorpecido. Um cão ladrava a distancia. Bateu com os pés. Estava frio, quasi inerte. Saiu do pinheiral, atravessou uns campos de restólho. Derepente viu á claridade das estrelas reluzir o macdam d'uma estrada. Trepou uma rampa, caminhou, e d'ahi a pouco viu um candeeiro que o vento balouçava monotonamente. Estava na cidade. Davam duas horas quando entrou em casa. Accendeu a luz serenamente. Esteve um momento a olhal-a com uma fixidez idiota; e então derepente atirou-se de bruços para cima da cama e ficou immovel.” (Tomo II, p. 87-88)

Para aumentar o clima de tensão e horror – se é possível – para o protagonista Amaro, o capítulo XXI mostra-nos que Dionísia chega à casa do pároco, revelando a morte de Amélia. Amaro perde os sentidos. Destacamos que Amaro não desfaleceu pelo crime cometido, ou pela morte da filha. Porém, a morte de Amélia é uma ideia insuportável. Passado algum tempo após o choque, sai e vai pedir ao chantre permissão para ir à Lisboa, onde dizia estar sua irmã moribunda. O padre Amaro escreve então ao cônego Dias, despede-

se das criadas, do sineiro e parte. O narrador descreve o início da viagem. O capítulo XXII, o último, será transcrito na íntegra.

“Nos fins de maio de 1870, havia affluencia na Casa Havanesa, no alto do Chiado, em Lisboa. Os que compravam, batendo com o dinheiro sobre as caixas de charutos, em fileiras no balcão, os que accendiam os cigarros á chamma do gaz, os que de pé estacionavam, moviam-se no ruido das opiniões e na commoção communicada. Pessoas saíam, com o aspecto vivamente interessado; e os que entravam, logo desde a porta, em bicos de pés, olhavam ávidamente uma taboleta movel, suspensa em duas hastes de metal, sobre o balcão, onde se collavam telegrammas.

Um facto inesperado perturbava os criterios. Paris, a cidade que faisca e atráe, no fundo do sonho burguez, ardia. Entre os destróços errissados das barricadas, entre a plebe, na espessura do fumo, uma batalha social se dava aos regimentos da republica e aos velhos batalhões cezarianos. Casas desmoronavam-se; cadaveres furados das balas, rasgados das baionetas, jaziam no asphalto; charcos de sangue vermelhejavam. Os feridos uivavam rolando-se no macdam; um estallido da fusillaria cortava o ar; operarios e soldados batiam-se ao pé dos altares, sobre os tumulos dos cemiterios, nas platéas dos theatros, nos portaes dos prostíbulos (*sic*): luctava-se no fundo das alcovas. Atiravam-se mechas accesas pelos buracos das sargetas e disparavam-se rewolvers pelos respiradouros das adegas; uma fusilaria sêca e tenebrosa varria os canos da cidade; a colera fôra saciar-se até á escuridão das latrinas. Fusilava-se pelos cantos das ruas; a indignação levava a morte; o impulso da fé produzia a desordem da resistencia; e assim o fanatismo colerico, equalava instauravel vingança! De espaço a espaço, um edificio historico ardia, e sobre aquella cidade entregue ao desespero, pesava uma atmosphera de fumo de petroleo!

Os que liam ficavam pasmados, sem comprehensão. Praguejavam contra os destruidores de Paris. Burguezes placidamente sentados decretavam a vingança; vadios e devedores insoluveis glorificavam a propriedade; empregados publicos, de estomago insaciado sanctificavam o capital; plebeus mal polidos queriam a restauração dos Bourbons.

Um homem vestido de preto que vinha saíndo, sentiu ao virar uma voz admirada:

— Oh! Padre Amaro!

Voltou-se. Era o cônego Dias. Abraçaram-se e para fallarem tranquillamente foram para junto das grades da Encarnação. Não se viam desde Leiria.

— Você por aqui, padre mestre?

E então o cônego explicou: A irmã morrera, e estava em liquidação.

— Mas você já não está em S. Tyrso, Amaro?

E Amaro contava que viera a Lisboa para alcançar a transferencia para Villa Franca. E resumindo-se, fallaram das cartas que ultimamente se tinham escripto.

— E que tal se deu em S. Tyrso?

— Mal! Pouca congrua, má gente. Estive lá anno e meio, aborrecidissimo. E de Leiria? Você na sua carta do mez passado parece, dizia que a S. Joanneira ia mal.

— Coitada! Cada vez peor: gorda, pesada, sempre a dormir! de mais a mais agora gosta de bebericar.

- Hein?  
 — Deixe-me, homem! tem apanhado cada uma!  
 — E o escrevente?  
 — Está mal. Você sabe, a irmã morreu phtysica.  
 — Bem sei. Você mandou-me dizer.  
 — Pois o rapaz lá continua pobre, com um casaquito encolhido. Coitado! Tem sido bem castigado! Escreve em casa do tabellião Nunes. Mas porque preço! Quatro vintens por dia!  
 — Está bom! E a D. Maria da Assumpção?  
 — Lá está. Ainda antes de hontem estive com ella; muito temente a Deus, sempre. Tem agora um creado novo, e rosnam-se cousas.  
 — Palavra?  
 — Pelo menos o rapaz anda no trinque: relógio, luvas, charutos! As Gansosos estão na mesma.  
 — E outra cousa que me esquecia: a Dyonisia?  
 — Coitada! Parece que lá vae com as suas industrias. E conversaram ainda sobre o passado, e as amarguras d'então.  
 — E que me diz a estas cousas da França, padre?  
 E o cônego cruzava os braços.  
 — É verdade! É verdade! dizia Amaro com aspecto inintelligente: uma sucia de padres fusilados!  
 — Que brincadeira, hein?! Exclamavam uniformemente.  
 E então o cônego:  
 — E por cá, pelo nosso canto, parece que começam essas idéas! E então indignavam-se; fallavam dos republicanos, dos maçons; que os homens novos desacreditavam a igreja, o cléro, os bispos, e faziam sociedades secretas. O cônego lembrava para os revolucionarios a cadeia, Amaro pedia a fôrca.  
 — Não fazem senão calumniar-nos! dizia elle exclamando.  
 — Calumniam-nos, calumniam-nos, ponderava o cônego.  
 Mas arredaram-se, porque vinham da rua do Alecrim duas senhoras, mãe e filha, parecia. E a menina, delgada, anemica, pallida, com o corpo curvado, os vestidos tufados por traz, botinas com salto erguido, caminhava balançando-se.  
 — Caspíte! disse o cônego. Hein, seu padre Amaro?! Que tal?  
 — Nada, nada. Já lá vae o tempo, disse Amaro, rindo, e enrolava o cigarro.  
 E chegando-se ao ouvido do cônego, disse-lhe, risonho, triumphante:  
 — Já as não confesso senão casadas! Chut!” (Tomo II, p. 91-93)

Amaro, voltando ao início de sua história, ‘vira a página’ de seu capítulo protagonizado por Amélia. Em um novo lugar, com outro entorno, assassina o amor, como o fez com a criança, e consegue até fazer graça do caminho escolhido. Mais uma vez, o choque é parte da obra: o leitor, ao lembrar que passou o romance dividido entre torcer por Amaro e seu amor ou desprezar suas atitudes fugidias, choca-se com sua frieza. A ironia, acompanhada de certa crueldade, perpassam a descrição da instituição católica, apresentada como uma instituição que, como Amaro, atira os erros a um rio, com pedras, para que sumam, e não voltem a incomodar.

Passaremos agora à análise das duas versões posteriores da obra.

### 3 SEGUNDA E TERCEIRA VERSÕES DE *O CRIME DO PADRE AMARO*

A obra, como sabemos, foi concebida em Leiria, estando o autor nessa cidade, como administrador do concelho, entre junho de 1870 e junho de 1871. Incluímos uma reprodução de Leiria à época em que lá vivia e trabalhava Eça de Queirós. Neste último mês, publicou em *As Farpas*:

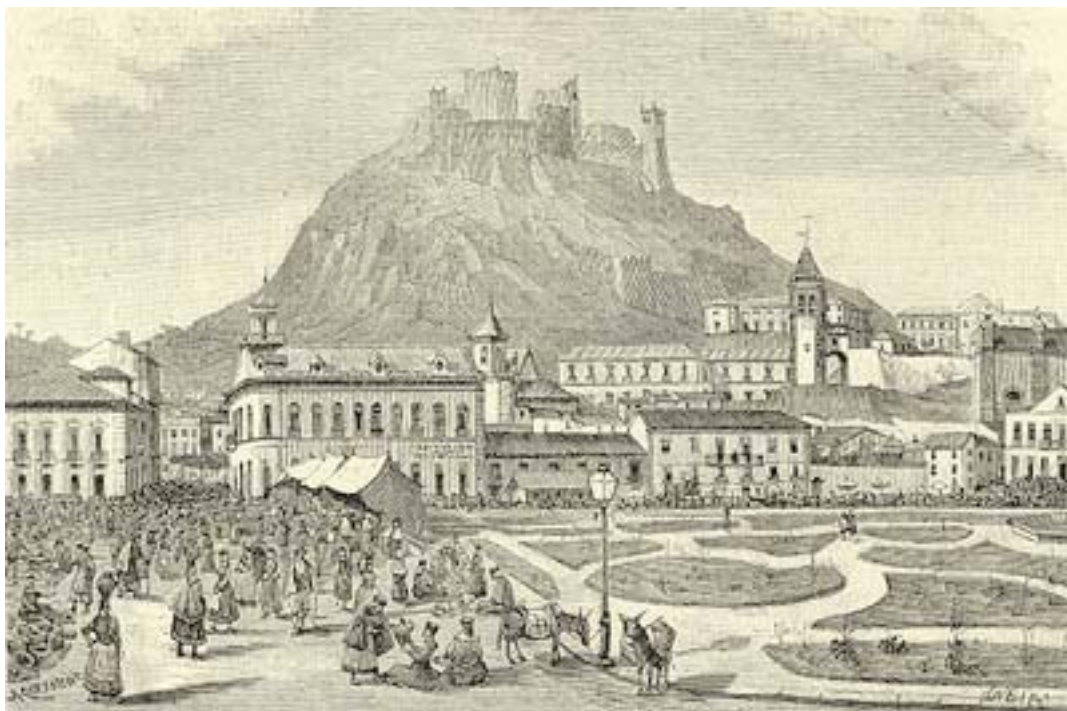
“A litteratura portugueza – poesia e romance – sem idéa, sem originalidade, convencional, hypocrita, falsissima, não exprime nada: nem a tendencia collectiva da sociedade, nem o temperamento individual do escriptor. O romance, esse, é a apotheose de adulterio. Nada estuda, nada explica; não pinta caracteres, não desenha temperamentos, não analysa paixões. Não tem psychologia, nem acção. Julia pallida, casada com Antonio gordo, atira as algemas conjugaes á cabeça do esposo, e desmaia lyricamente nos braços de Arthur, desgrenhado e macilento. Para maior commoção do leitor sensivel e para desculpa da esposa infiel Antonio trabalha, o que é uma vergonha burgueza, e Arthur é vadio, o que é uma gloria romantica. E é sobre este drama de lupanar que as mulheres honestas estão derramando as lagrimas da sua sensibilidade desde 1850!” (QUEIRÓS, 1933, p. 25)

A primeira redação do romance estava pronta quando Eça, nomeado cônsul de Havana, empossado em dezembro de 1872, se ausentou de Portugal. Foi transferido de Havana para Newcastle em novembro de 1874; e, durante essa ausência deu-se a publicação da primeira versão na *Revista Occidental*. Em março de 1875, tratando de rever a obra, escreve a Ramalho Ortigão:

“E eu tornar-me-hei a achar só, seccado, deante das folhas odiosas de *O Crime do Padre Amaro*, a revêr (...) por fim aqui ficarei, a accumular adjectivos sobre a cabeça tonsurada do bestial Padre Amaro. A proposito d’este individuo, dir-lhe-hei que a sua carta convenceu-me, um pouco à *contre-coeur*, de que a melhor maneira de acceitar o desastre litterario preparado e executado por B... – era calar-me, emendar, refazer tranquillamente o romance, e publical-o n’um volume – *que se pertença e responda por si*. (...) Eu encarreguei-o de dirigir a publicação do livro e de se entender com V. para toda a parte material e technica. A parte litteraria – isto é, a revisão – deve ser feita por mim, aqui.” (QUEIROS, 1933, p. 30-31)

No prefácio à nova edição, Eça justifica a refundição da primeira ‘redação’, considerada por ele um ‘borrão’ da obra. O volume foi publicado em 1876, pela Tipografia Castro Irmão, de Lisboa, e trazia na frente:





“Leiria em meados do séc. XIX” – gravura. Autor desconhecido.

“A designação inscripta no frontispicio d’este livro – *Edição Definitiva* – necessita uma explicação. *O Crime do Padre Amaro* foi escripto ha quatro ou cinco annos, e desde essa epocha esteve esquecido entre os meus papeis – como um esboço informe e pouco aproveitavel.

Por circumstancias que não são bastante interessantes para serem impressas – este esboço de romance, em que a acção, os caracteres, e o estylo eram uma improvisação desleixada, foi publicado em 1875 nos primeiros fasciculos da *Revista Occidental*, sem alterações, sem correcções, conservando toda a sua feição de esboço, e de um improviso.

.....

Hoje *O Crime do Padre Amaro* apparece em volume – refundido, e transformado. Deitou-se parte da velha casa abaixo para erguer a casa nova. Muitos capítulos foram reconstruidos linha por linha; capitulos novos accrescentados; a acção modificada, e desenvolvida; toda a obra em fim mais trabalhada. Assim *O Crime do Padre Amaro* da *Revista Occidental* era um rascunho, a *edição provisoria*; o que hoje se publica é a obra acabada, a *edição definitiva*.” (QUEIROS, 1880, IX)

A publicação do romance em 1876 foi uma espécie de ‘reparação’, o que nos deixa a impressão de que aquela primeira versão talvez devesse ser considerada um texto não-autorizado. Tal entendimento explica, entre outras coisas, sua exclusão da edição crítica da obra, que considera a primeira edição a de 1876, sem, no entanto, deixar de citar a publicação anterior. Será feita separadamente a edição da versão da *Revista Ocidental*, conforme o prólogo (REIS, 2000, p. 19). Também por esse motivo compreendemos a inscrição no frontispício “Edição Definitiva”. Ao escrever uma nova versão, com intervenções estruturais e semântico-pragmáticas, que em muito transcendem a revisão estilística, Eça busca cancelar a versão anterior; e, também, calar uma palavra já enunciada. Mesmo essa “Edição Definitiva” d’*O Crime do Padre Amaro*, foi substituída pela terceira versão em 1880.

Eça, buscando a perfeição, remodelou também essa edição definitiva, entre outubro de 1878 e outubro de 1879, prefaciando-a com *Idealismo e Realismo*. Aproveitou somente parte de tal prefácio na (chamada) segunda edição, de 1880 – só publicado na íntegra no volume póstumo *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*, Porto, 1929 (p. 175-201). A inclusão de novos personagens (o boticário e sua família, o administrador do conselho, o operário socialista, o padre Silvério, o abade Ferrão, a Totó), bem como a inclusão de cenas completamente novas, fazem das duas novas edições um livro novo. O autor “parece todavia afastar-se dos processos do realismo, (...) procura criar uma escola nova, individual, e sem ligações com as que existem.” (TAVARES, 1943, p. 38). Percebemos uma maior preocupação social da parte do autor, provavelmente por não conceber a convivência de uma nova classe social com as instituições portuguesas previamente estabelecidas. O autor de *O Crime do Padre Amaro* parece considerar inconciliáveis as rígidas normas doutrinárias realistas/naturalistas e o espírito e a cena cultural portugueses.

Entendemos assim o motivo pelo qual a terceira versão seja mais equilibrada, sem parte do zelo determinista ou do pormenor anatômico. Modificaram-se elementos quase inverossímeis como o infanticídio – que aparece como a maior disparidade entre as três versões. Na última, ao tentar evitar que a ama mate a criança – ainda que em vão – Amaro aparece mais humano, menos cruel do que nas versões anteriores.

Passamos agora a analisar capítulo a capítulo, incluindo as diferenças entre a segunda e a terceira versões. A maior parte das diferenças entre a segunda e a terceira versões é linguística, semântica ou pragmática: Eça lapidou a linguagem, escolhendo palavras sinônimas, aprimorando o texto na terceira versão. Nos capítulos em que encontramos diferenças na narrativa, assinalamos tais descobertas. Há de se pontuar, igualmente, a supressão de detalhes nestas edições em relação à primeira versão. Parece que Eça foi, podemos dizer, dando tons mais suaves a uma narrativa chocante pela própria natureza de sua trama. Comprovaremos tal afirmação na análise cuidadosa dos capítulos da obra, a seguir.

No capítulo I, o autor aproveitou a ideia do capítulo da edição anterior, suprimindo os detalhes, e incluiu referências ao Carlos, o boticário, ao tio Patrício, negociante da Praça, e à S. Joaneira e à filha, Ameliazinha. Como transcrevemos este capítulo da primeira edição na íntegra, apresentamos apenas o início dele nas duas edições subsequentes.

“Foi no domingo de Paschoa que se soube em Leiria, que o parochio da Sé, José Migueis, tinha morrido de madrugada com uma apoplexia. O parochio era um homem sanguineo e grosso, que passava por um *grande comilão*. Contavão-se historias singulares da sua voracidade. O Carlos da Botica – que o detestava – costumava dizer, sempre que o via passar na Praça depois da sesta, com a cara affogueada de sangue, todo enfartado de indigestão:

— Lá anda a giboia a esmoer. Um dia estoira!

Tinha com efeito *estoirado* depois de uma ceia enorme. Ninguém o lamentou – e foi pouca gente ao enterro. Em geral não era estimado. Era um aldeão, tinha os modos e os pulsos de um cavador, a voz rouca, uma grande rudeza de palavras. As devotas temiam-n’o: o parochio, com o seu claro juizo plebeu, nunca tinha comprehendido as sensibilidades da devoção: vivera sempre nas freguezias de aldeia ou nas duras parochias das serras; assim quando as beatas, humildemente encolhidas, com a voz penitente e debil, lhe iam fallar de peccados, de escrupulos, de visões, José Migueis ria-se:

— Ora historias, santinha, dizia elle. Peça juizo a Deus.

As subtilezas dos jejuns sobretudo irritavam-n’o:

— Coma-lhe e beba-lhe, costumava elle resmungar, coma-lhe e beba-lhe, creatura!

Tinha opiniões extremamente miguelistas e uma affeição exaltada pelo Papa. Os partidos liberaes, as suas opiniões e os seus jornaes enchiam-no de uma colera irracional:

— Cacete! cacete! exclamava elle, meneando o seu enorme guarda-sol vermelho. (QUEIRÓS, 1876, p. 1-2)

No capítulo II, vemos a chegada de Amaro a Leiria e sua entrada em casa da S. Joaneira. Após o jantar, a chegada de Amélia. Eça apresentará os detalhes da vinda de Amaro para Leiria, arranjados, em forma de flashback. Nas edições de 1876 e 1880, portanto, o autor começa o romance mostrando ao leitor os protagonistas e o imediato desejo, para, depois, apresentar o contexto que levou até àquele momento. Desta forma, mudou o autor sua estratégia, e convidou o leitor (a partir de então) a primeiro conhecer a história, para só depois analisar o contexto que a envolve.

No capítulo III, Eça então revela o passado do padre Amaro, mencionando sua orfandade, a casa da Marquesa de Alegros, a casa do tio, o seminário, o encontro com D. Joana (esposa do Conde de Ribamar) e a partida da estação de Santa Apolónia para Leiria. Uma vez mais, o autor suprime detalhes esmiuçados na primeira versão, para, provavelmente, deter-se mais longamente na trama. Encontra-se, neste capítulo, na terceira versão (e apenas nesta), a única referência a uma ordem que pode ter sido a de Amaro: em geral, no século XIX, não se encontravam facilmente padres seculares em Portugal, uma vez que as ordens tinham prioridade na hierarquia clerical. Neste capítulo, diz-se do seminarista Amaro:

“Nunca pudera compreender os que pareciam gozar o seminário com beatitude e maceravam os joelhos, ruminando, com a cabeça baixa, textos da *Imitação* ou de *Santo Inácio*; na capela, com os olhos em alvo, empalideciam de êxtase; mesmo no recreio, ou nos passeios, iam lendo algum volumezinho de *Louvores a Maria*; e cumpriam com delícia as regras mais miúdas – até subir só um degrau de cada vez, como recomenda S. Boaventura. A esses o seminário dava um antegosto do Céu: a ele só lhe oferecia as humilhações duma prisão, com os tédios duma escola.” (QUEIRÓS, 1880, p. 151)

Há duas referências no trecho supracitado: uma à ordem dos jesuítas (Santo Inácio), outra à dos franciscanos (S. Boaventura). Parece-nos que o autor não incluiu tais referências ao acaso; mas que, por alguma razão, não quis estabelecer a qual ordem pertenceu Amaro. Por outro lado, pode ter sido sua intenção citar as duas mais influentes, justamente para, ao não definir uma, referir-se a todas.

O capítulo IV começa em casa da S. Joaneira, já com (para os leitores da primeira edição) novos personagens, além de outros anteriormente conhecidos: D. Maria da Assunção, as Gansosos, o Libaninho, D. Josefa, irmã do cônego Dias, e João Eduardo, namorado de Amélia. Chegada de Arthur Couceiro para o chá. Cena da partida de loto, que marca a

primeira tentação de Padre Amaro. Temos até aqui uma quase repetição, em ordem diferente, da primeira edição, com a supressão de detalhes e uma nova arrumação na trama – em seu cerne, idêntica.

Seguindo a ideia, o capítulo V traz a vida pregressa de Amélia, na noite de insônia. Com um tom menos melancólico, mais assertivo, o autor relata as lembranças da protagonista, o meio eclesiástico em que sempre viveu (cercada por padres e beatas), o tio Cegonha, o primeiro namoro, João Eduardo e o projeto de casamento. Pela manhã, Amélia espreita Amaro que sai com o coadjutor – insinuando que o desejo era mútuo.

O capítulo VI apresenta a rotina do Padre Amaro durante um dia usual: as manhãs, as tardes, as noites, enfatizando, especialmente, sua atração por Amélia. Amaro embirra-se com João Eduardo a partir deste capítulo, e demonstra ciúmes. É também neste capítulo que o padre toma conhecimento de que a S. Joaneira e o cônego Dias são amantes. Este fato parece, de certa forma, referendar o desejo que sentia – afinal, Dias, seu mestre, era amante da S. Joaneira. Amaro reflete, e deplora sua situação, remoendo e lamentando não poder amar Amélia – diferentemente da primeira edição, constatamos aqui nuances da culpa católica, antes mesmo do amor ser consumado; culpa dos pensamentos, do desejo, daquilo que não lhe era permitido por sua condição.

“Amaro achava aquelas unhas admiráveis, porque tudo que era ela ou vinha dela lhe parecia perfeito: gostava da cor dos seus vestidos, do seu andar, do modo de passar os dedos pelos cabelos, e olhava até com ternura para as saias brancas que ela punha a secar à janela do seu quarto, enfiadas numa cana. Nunca estivera assim na intimidade duma mulher. Quando percebia a porta do quarto dela entreaberta, ia resvalar para dentro olhares gulosos, como para perspectivas dum paraíso: um saioite pendurado, uma meia estendida, uma liga que ficara sobre o baú, eram como revelações da sua nudez, que lhe faziam cerrar os dentes, todo pálido. E não se saciava de a ver falar, rir, andar com as saias muito engomadas quebatiam as ombreiras das portas estreitas. Ao pé dela, muito fraco, muito langoroso, não lhe lembrava que era padre; o Sacerdócio, Deus, a Sé, o Pecado ficavam embaixo, longe, via-os muito esbatidos do alto do seu enlevo, como de um monte se vêem as casas desaparecer no nevoeiro dos vales; e só pensava então na doçura infinita de lhe dar um beijo na brancura do pescoço, ou mordicar-lhe a orelhinha.

Às vezes revoltava-se contra estes desfalecimentos, batia o pé:

— Que diabo, é necessário ter juízo! É necessário ser homem!

Descia, ia folhear o seu Breviário; mas a voz de Amélia falava em cima, o tique-tique das suas botinas batia o soalho... Adeus! a devoção caía como uma vela a que falta o vento; as boas resoluções fugiam, e lá voltavam as tentações em bando a apoderar-se do seu cérebro, frementes, arrulhando, roçando-se umas pelas outras como um bando de pombas que recolhem ao pombal. Ficava todo subjugado, sofria. E lamentava então a sua liberdade perdida: como desejaria não a ver, estar longe de Leiria, numa aldeia solitária, entre gente pacífica, com uma

criada velha cheia de provérbios e de economia, e passear pela sua horta quando as alfaces verdejam e os galos cacarejam ao sol! Mas Amélia, de cima, chamava-o — e o encanto recomeçava, mais penetrante.” (REIS, 2000, p. 273-275)

Destacamos também um trecho (alguns capítulos depois) que enfoca a culpa de Amélia:

“Mas Amélia, agora, já não tinha aquela necessidade amorosa de contentar em tudo o senhor pároco. Acordara quase inteiramente daquele adormecimento estúpido da alma e do corpo, em que a lançara o primeiro abraço de Amaro. Vinha-lhe aparecendo distintamente a consciência pungente da sua culpa. Naqueles negrimes dum espírito beato e escravo, fazia-se um amanhecimento de razão. — O que era ela no fim? A concubina do senhor pároco. E esta idéia, posta assim descarnadamente, parecia-lhe terrível. Não que lamentasse a sua virgindade, a sua honra, o seu bom nome perdido. Sacrificaria mais ainda por ele, pelos delírios que ele lhe dava. Mas havia alguma coisa pior a temer que as reprovações do mundo: eram as vinganças de Nosso Senhor. Era da perda possível do Paraíso que ela gemia baixo; ou de mais medonho ainda, de algum castigo de Deus, não das punições transcendentais que acabrunham a alma além da tumba, mas dos tormentos que vêm durante a vida, que a feririam na sua saúde, no seu bem-estar e no seu corpo. Eram vagos medos de doenças, de lepras, de paralisias ou de pobreza, de dias de fome — de todas essas penalidades de que ela supunha pródigo o Deus do seu catecismo. Como em pequena, nos dias em que se esquecia de pagar à Virgem o seu tributo regular de Salve-Rainhas, temia que ela a fizesse cair na escada ou levar palmatoadas da mestra, arrefecia de medo agora, à idéia de que Deus, em castigo dela se deitar na cama com um padre, lhe mandasse um mal que a desfigurasse ou a reduzisse a pedir esmola pelas velas. Estas idéias não a deixavam, desde o dia em que na sacristia pecara de concupiscência dentro do manto de Nossa Senhora. Tinha a certeza que a Santa Virgem a odiava, e que não cessava de reclamar contra ela; debalde procurava abrandá-la, com um fluxo incessante de orações humilhadas; sentia bem Nossa Senhora, inacessível e desdenhosa, de costas voltadas. Nunca mais aquele divino rosto lhe sorrisse; nunca mais aquelas mãos se tinham aberto para receber com agrado as suas orações, como ramos de silêncio seco, uma hostilidade gelada de divindade de crédito que Nossa Senhora tem nos concílios do Céu; desde pequena lho tinham ensinado; tudo o que ela deseja o obtém, como uma recompensa devida aos seus prantos no Calvário; seu Filho sorri-lhe à sua direita, o Deus Padre fala-lhe à esquerda... E compreendia bem que para ela não havia esperança — e que alguma coisa medonha se preparava lá em cima, no Paraíso, que lhe cairia um dia sobre o corpo e sobre a alma, esmagando-a com um desabamento de catástrofe... Que seria?

Cessaria as suas relações com Amaro, se o ousasse: mas receava quase tanto a sua cólera como a de Deus. Que seria dela se tivesse contra si Nossa Senhora e o senhor pároco? Além disso, amava-o. Nos seus braços, todo o terror do Céu, a mesma idéia do Céu desaparecia; refugiada ali, contra o seu peito, não tinha medo das iras divinas; o desejo, o furor da carne, como um vinho muito alcoólico, davam-lhe uma coragem colérica; era com um brutal desafio ao Céu que se enroscava furiosamente ao seu corpo. — Os terrores vinham depois, só no seu quarto. Era esta luta que a empalidecia, lhe punha pregas de envelhecimento ao canto dos lábios secos e ardidos, lhe dava aquele ar murcho de fadiga que irritava o padre Amaro.” (REIS, 2000, p. 781-783)

No capítulo VII, Amaro e o cônego vão jantar com o abade, e vemos a participação do Libaninho. São introduzidos os Padres Natário e Brito à história. O padre Natário, na terceira versão, inclui em seu discurso a defesa dos miseráveis, que vê a trabalhar sem ter dignidade

de vida. Os efeitos de uma nova realidade social, após a segunda revolução industrial, parecem ser aqui uma preocupação de Eça. A realidade social, bem como as instituições que as sustentam – entre elas, a Igreja Católica – são alvos de sua fina ironia, ainda mais refinada na terceira versão:

“Um pobre então viera à porta rosnar lamentosamente Padre-Nossos; e enquanto Gertrudes lhe metia no alforje metade duma broa, os padres falaram dos bandos de mendigos que agora percorriam as freguesias.

— Muita pobreza por aqui, muita pobreza! dizia o bom abade. Ó Dias, mais este bocadinho da asa!

— Muita pobreza, mas muita preguiça, considerou duramente o padre Natário. — Em muitas fazendas sabia ele que havia falta de jornaleiros, e viam-se marmanjos, rijos como pinheiros, a choramingar Padre-Nossos pelas portas. — Súcia de mariolas, resumiu.

— Deixe lá, padre Natário, deixe lá! disse o abade. Olhe que há pobreza deveras. Por aqui há famílias, homem, mulher e cinco filhos, que dormem no chão como porcos e não comem senão ervas.

— Então que diabo querias tu que eles comessem? Exclamou o cônego Dias lambendo os dedos depois de ter esburgado a asa do capão. Querias que comessem peru? Cada um como quem é!

O bom abade puxou, repoltreando-se, o guardanapo para o estômago, e disse com afeto:

— A pobreza agrada a Deus Nosso Senhor.

— Ai filhos! Acudiu o Libaninho num tom choroso, se houvesse só pobrezinhos isto era o reininho dos Céus!

O padre Amaro considerou com gravidade:

— É bom que haja quem tenha cabedais para legados pios, edificações de capelas...

— A propriedade devia estar na mão da Igreja, interrompeu Natário com autoridade.

O cônego Dias arrotou com estrondo e acrescentou:

— Para o esplendor do culto e propagação da fé.

— Mas a grande causa da miséria, dizia Natário com uma voz pedante, era a grande imoralidade.

— Ah! Lá isso não falemos! Exclamou o abade com desgosto. Neste momento há só aqui na freguesia mais de doze raparigas solteiras grávidas! Pois senhores, se as chamo, se as repreendo, põem-se a fungar de riso!

— Lá nos meus sítios, disse o padre Brito, quando foi pela apanha da azeitona, como há falta de braços, vieram as maltas trabalhar. Pois agora o verás!

Que desaforo! — Contou a história das maltas, trabalhadores errantes, homens e mulheres, que andam oferecendo os braços pelas fazendas, vivem na promiscuidade e morrem na miséria. — Era necessário andar sempre de cajado em cima deles!” (REIS, 2000, p. 305-307)

Após o jantar, Amaro encontra Amélia na quinta da S. Joaneira, passeiam e dá-se o primeiro beijo. Como na primeira versão, Amélia sai extremamente alvoroçada; porém, diferentemente, Amaro fica extremamente pensativo e parece arrependido. Confirmamos a suspeita no capítulo VIII, quando o padre, arrependido, procura o cônego Dias e pede-lhe que encontre outra casa onde possa hospedar-se, sem, contudo, explicar o porquê. O cônego Dias consegue-lhe outra casa, onde há uma criada, Maria Vicência, e Dionísia, sua irmã. Amaro faz sua mudança, com um único pensamento: Amélia. Para o leitor fica evidente a intenção do autor de mostrar que muda-se de casa, de cidade, muda-se o entorno; no entanto, o que é parte do interior de um ser humano não é tão facilmente mudado. Amélia estava em Amaro – e tal fato ele não consegue mudar.

O capítulo seguinte, IX, apresenta a monotonia na vida de Amaro, até que, num determinado dia, Amélia envia-lhe um ramo de flores. O pároco visita então a S. Joaneira, que lhe conta como Amélia anda aborrecendo João Eduardo. Após a missa (como na primeira versão), Amélia encontra Amaro, e pede-lhe que a visite em sua casa. A descrição do ritual da missa apresenta diferenças nas versões: na primeira e segunda versões há a descrição do ritual, enquanto na terceira só é mencionado. Apresentamos a seguir a menção feita à missa na terceira versão, destacando a atitude aparentemente mecânica de Amaro, bem como a figura endeusada do padre para os fiéis:

“Quando, depois de resmungar o Evangelho, Amaro fez uma cruz sobre o missal, se persignou e se voltou para a igreja dizendo *Dominus vobiscum* - a mulher do Carlos da botica disse baixo a Amélia "que o senhor pároco estava tão amarelo, que devia ter alguma dor". Amélia não respondeu, curvada sobre o livro com todo o sangue nas faces. E durante a missa, sentada sobre os calcanhares, absorta, a face banhada num êxtase baboso, gozou a sua presença, as suas mãos magras erguendo a hóstia, a sua cabeça bem-feita curvando-se na adoração ritual; uma doçura corria-lhe na pele quando a voz dele, apressada, dizia mais alto algum latim; e quando Amaro, tendo a mão esquerda no peito e a direita estendida, disse para a igreja o *Benedicat vos*, ela, com os olhos muito abertos, arremessou toda a sua alma para o altar, como se ele fosse o próprio Deus a cuja bênção as cabeças se curvavam ao comprido da Sé, até ao fundo, onde os homens do campo com os seus varapaus pasmavam para os dourados do sacrário.” (REIS, 2000, p. 375)

No capítulo X, recomeça a intimidade do pároco na casa da S. Joaneira. Diferentemente da primeira versão, a reunião na casa da beata tem a participação do Libaninho, com observações ferinas, e, ao mesmo tempo, irônicas. João Eduardo percebe a



simpatia de Amélia pelo pároco e desespera-se. Vemos que Eça utiliza-se do personagem Libaninho para pontuar a desconfiança dos demais personagens, e, além disso, aguçar a curiosidade do leitor para o que não está escrito, mas subentendido. E, ao mostrar o desespero de João Eduardo, também mantém a certeza – para o leitor – de que o noivo de Amélia não deixará o episódio passar sem que tente fazer algo para impedir o envolvimento de Amaro com ela. Comprovamos isso no capítulo XI, quando João Eduardo procura o redator do jornal *A Voz do Distrito*, e publica um artigo, que aparece no jornal como comunicado, contra os padres. Segue-se a leitura do artigo na casa da S. Joaneira, com a presença dos padres – entre eles, os padres Natário e Brito. Padre Natário compromete-se a conseguir a suspensão do jornal, por calúnia; e, para tal, vai procurar o secretário geral, Gouveia Ledesma. Triunfo de João Eduardo, que, ao ter sucesso e entristecer Amaro, consegue prosseguir com os preparativos para o casamento. Note-se que tal episódio não fazia parte da primeira versão, e podemos intuir duas explicações para sua inclusão nas versões seguintes: primeiro, João Eduardo não assiste imóvel à mudança de comportamento de sua noiva, nem tampouco se anula diante desta. Segundo, o autor do romance mostra a força dos periódicos: mais do que simples veiculadores de notícias, meios políticos para a ascensão ou queda de alguém do poder. No caso do padre Amaro, não se tratava de queda política propriamente dita, mas da perda de sua posição confortável como pároco de honra ilibada.

O capítulo seguinte, XII, traz a notícia do padre Natário ter conseguido que o redator do jornal lhe revelasse o nome do autor do comunicado. Amaro e Natário planejam, então, impedir o casamento de João Eduardo com Amélia. Há uma visita inesperada do padre Amaro à casa da S. Joaneira, por ocasião do agravamento do estado de saúde de uma irmã desta, a ‘idiota’, que falece ao final do capítulo. Na visita, Amaro encontra Amélia, aconselha-a a despedir João Eduardo e aponta-lhe os inconvenientes de seu casamento com o rapaz. Diferenças sutis e importantes entre o acontecimento na primeira e nas demais versões, uma vez que, com a interferência do padre Natário, a igreja se defende, cobra uma posição clara do periódico, e planeja uma vingança em relação ao delator. Vemos aqui ser a verdade dos fatos o menos importante: o fator causador da indignação do clero foi a difamação; não há interpelação de Amaro para se saber a verdade. Era preciso defender Amaro – ou a igreja – já que o (a) tinham difamado.

O capítulo XIII, como na versão primeira, narra a visita de Amaro à D. Josefa, e seu pedido de aconselhar Amélia a tomar-lhe por confessor. D. Josefa manda chamar Amélia e aconselha a moça, que procura o pároco. Amélia confessa-se, em meio a juramentos de amor. Os dois beijam-se, e chega o sineiro. A criada de Amaro é substituída pela irmã, Dionísia, que

tinha em Leiria popularidade duvidosa – vemos que o autor, aqui, introduz uma nova ideia de personagem, novamente com intenções de causar polêmica, já que à Dionísia em nada interessava manter segredo sobre o romance proibido; no entanto, é ela quem mais protege e zela pelo amor dos dois.

No capítulo XIV, Amélia conversa com sua mãe a respeito do artigo de João Eduardo, e, após a conversa, despede o namorado. Ele vai então à casa do Dr. Godinho, e, mais tarde, procura Agostinho, acusando-o de traidor. Agostinho defende-se, os dois saem e João Eduardo embebeda-se, causando transtornos. Agride Amaro no cemitério, é preso e solto a pedido do pároco, como na primeira versão. Amaro, à noite, vai à casa da S. Joaneira, onde Artur Couceiro dá a notícia de João Eduardo ter sido despedido de seu emprego.

O capítulo XV narra a festa da Senhora da Piedade, mandada celebrar por D. Maria da Assunção. Amélia está apaixonada por Amaro. Após a festa na igreja, há um jantar em casa da S. Joaneira. Amélia e Amaro encontram-se na rua, após a festa da igreja. Por causa de uma forte chuva, Amélia entra na casa do pároco, com a cumplicidade de Dionísia, onde dá-se a sedução. A descrição da cena é menos detalhada e mais sutil que a da primeira versão, deixando espaço para que o leitor a construa – em outras palavras, não seria mais possível fazer um quadro da cena em uma pintura, como o seria com o mesmo episódio na versão anterior.

“Correu à cozinha. Dionísia acendia a vela.

— Minha Dionísia, tu percebes... Eu fiquei de confessar aqui a menina Amélia. É um caso muito sério... Volta daqui a meia hora. Toma! meteu-lhe três placas na mão.

A Dionísia descalçou os sapatos, desceu em pontas de pés e fechou-se na loja do carvão.

Ele voltou ao quarto com a luz. Amélia lá estava, imóvel, toda pálida. O pároco fechou a porta — e foi para ela, calado, com os dentes cerrados, soprando como um touro.

Meia hora depois Dionísia tossiu na escada. Amélia desceu logo, muito embrulhada na manta: ao abrirem a porta do pátio passavam na rua dois borrachos galrando: Amélia recuou rapidamente para o escuro. Mas Dionísia daí a pouco espreitou; e vendo a rua deserta:

— Está a barra livre, minha rica menina...” (REIS, 2000, p. 689-691)

No capítulo XVI, vemos que, por sugestão de Dionísia, os amantes passam a encontrar-se na casa do tio Esguelhas, o sineiro, umas tantas vezes por semana. Note-se aqui a diferença entre a primeira e as demais versões: os amantes têm uma cúmplice; e, além disso, a

casa do sineiro guarda um sério impeditivo aos encontros, a Totó, provavelmente doente mental. O sineiro guarda por Amélia grande estima, provavelmente por ter a filha doente. A seguir, no capítulo XVII, continuam os encontros dos amantes no mesmo local, e Amaro tem ciúmes de Amélia. Acabam as reuniões na casa da S. Joaneira.

O capítulo XVIII mostra que a S. Joaneira estranha o comportamento da filha, e, passo a passo, o cônego Dias descobre o amor de Amaro e Amélia. Há o violento encontro entre os dois religiosos, com farpas no diálogo, como na primeira versão. No entanto, a discussão é logo aplacada. Amaro argumenta justificando seu erro com o erro do cônego, o que faz com que o erro o deixe de ser para ambos. Amaro conta a Amélia o fato de o cônego os ter espreitado; e Amélia conta a Amaro sobre a gravidez – o padre volta a procurar o cônego, que aconselha o casamento imediato de Amélia com João Eduardo. Destacamos, nesse capítulo, a chegada do Abade Ferrão:

“E o cônego, depois de ter considerado longo tempo, com o Popular caído nos joelhos, o medonho sacrifício que fazia pela sua velhota, ia cerrando as pálpebras, já tomado da quebreira, naquele repouso calado do meio-dia próximo - quando entrou na botica um eclesiástico.

— Oh, abade Ferrão, você pela cidade! exclamou o cônego Dias despertando do seu quebranto.

— De fugida, colega, de fugida, disse o outro colocando cuidadosamente sobre uma cadeira dois grossos volumes que trazia, amarrados num barbante.

Depois voltou-se e tirou, com respeito, o seu chapéu ao praticante.

Tinha o cabelo todo branco; devia passar já dos sessenta anos; mas era robusto, uma alegria bailava sempre nos seus olhinhos vivos, e tinha dentes magníficos a que uma saúde de granito conservava o esmalte; o que o desfigurava era um nariz enorme.

Informou-se logo com bondade se o amigo Dias estava ali de visita ou infelizmente por motivo de doença.

— Não, estou aqui à espera. Uma embaixada de truz, amigo Ferrão!

— Ah, fez o velho discretamente. — E enquanto tirava com método duma carteira atulhada de papéis a receita para o praticante, deu ao cônego notícias da freguesia. Era lá, nos Poiais, que o cônego tinha a fazenda, a Ricoça. O abade Ferrão passara de manhã diante da casa e ficara surpreendido vendo que lhe andavam a pintar a fachada. O amigo Dias tinha algumas idéias de ir lá passar o Verão?

Não, não tinha. Mas como trouxera obras dentro e a fachada estava uma vergonha, mandara-lhe dar uma mão de ocre. Enfim, era necessário alguma aparência, sobretudo numa casa que estava à beira da estrada, onde passava todos os dias o morgadelho dos Poiais, um parlapatão que imaginava que só ele tinha um palacete decente em dez léguas á roda... Só para meter ferro, àquele ateu! Pois

não lhe parecia, amigo Ferrão?

O abade estava justamente lamentando consigo aquele sentimento de vaidade num sacerdote; mas, por caridade cristã, para não contrariar o colega, apressou-se a dizer:

— Está claro, está claro. A limpeza é a alegria das coisas...

O cônego então, vendo passar no largo uma saia e um mantelete, foi à porta afirmar-se se era Amélia. Não era. E voltando, retomado agora da sua preocupação, vendo que o praticante fora dentro ao laboratório, disse ao ouvido do Ferrão:

— Uma embaixada da fortuna! Vou ver uma endemoniada! □— Ah, fez o abade, todo sério à idéia daquela responsabilidade. — Quer você vir comigo, abade? É aqui perto...

O abade desculpou-se polidamente. Viera falar ao senhor vigário-geral, fora depois ao Silvério para lhe pedir aqueles dois volumes, vinha ali aviar uma receita para um velho da freguesia, e tinha de estar de volta aos Poiais ao toque das duas horas.

O cônego insistiu; era um instante, e o caso parecia curioso...

O abade então confessou ao caro colega que eram coisas que não gostava de examinar. Aproximava-se sempre delas com um espírito rebelde à crença, com desconfianças e suspeitas que lhe diminuíram a imparcialidade.

— Mas enfim há prodígios! disse o cônego. — Apesar das suas próprias dúvidas, não gostava daquela hesitação do abade, a propósito dum fenômeno sobrenatural, em que ele, cônego Dias, estava interessado. Repetiu com secura: — Tenho alguma experiência, e sei que há prodígios.

— Decerto, decerto há prodígios, disse o abade. Negar que Deus ou a Rainha do Céu possa aparecer a uma criatura, é contra a doutrina da Igreja... Negar que o demônio possa habitar o corpo de um homem, seria estabelecer um erro funesto... Aconteceu a Jó, sem ir mais longe, e à família de Sara. Está claro, há prodígios. Mas que raríssimos que são, cônego Dias!

Calou-se um momento olhando o cônego, que tapava o nariz com rapé em silêncio — e continuou mais baixo, com o olho brilhante e fino:

— E depois não tem o colega notado que é uma coisa que só sucede às mulheres? É só a elas, cuja malícia é tão grande que o próprio Salomão não lhes pôde resistir, cujo temperamento é tão nervoso, tão contraditório, que os médicos não as compreendem. É só a elas que sucedem prodígios!... O colega já ouviu de ter aparecido a nossa Santa Virgem a um respeitável tabelião? Já ouviu dum digno juiz de direito possuído do espírito maligno? Não. Isto faz refletir... E eu concluo que é malícia nelas, ilusão, imaginação, doença, etc... Não lhe parece? A minha regra nesses casos é ver tudo isso de alto e com muita indiferença.

Mas o cônego, que vigiava a porta, brandiu subitamente o guarda-sol, fazendo pari o largo:

— Pst, pst! Eh lá!” (REIS, 2000, p. 759-763)

Há uma observação importante a ser feita neste capítulo: apenas na terceira versão (1880),

chega este personagem novo que atenua (ou modifica) o peso das críticas à instituição católica que permeiam a obra: o abade Ferrão. Eis um dos únicos personagens apresentados como íntegros por Eça. Pela primeira vez surge um membro do clero que contrapõe a atitude de todos os outros; vemos, pela primeira vez nesta obra, a Igreja como era à época (e como possivelmente sempre foi): dividida. Ou seja, na terceira versão de *O Crime do Padre Amaro*, apesar de distanciar-se das linhas do realismo/naturalismo, Eça é, em verdade, mais realista do que nas versões anteriores, ao apresentar a Igreja como uma instituição que tem os dois lados, o bom e o mau – e não apenas o lado ruim, conforme o que apresentara até esta última versão. Mostramos a seguir a apresentação das virtudes de Ferrão:

“Amélia ouvira falar muitas vezes nele na Rua da Misericórdia; dizia-se lá que o Ferrão tinha "idéias esquisitas"; mas não era possível recusar-lhe nem a virtude da vida nem a ciência de sacerdote. Havia muitos anos que era ali abade; os bispos tinham-se sucedido na diocese, e ele ali ficara esquecido naquela freguesia pobre, de côngrua atrasada, numa residência onde chovia pelos telhados. O último vigário-geral, que nunca dera um passo para o favorecer, dizia-lhe todavia, liberal de palavreado:

— Você é um dos bons teólogos do reino. Você está predestinado por Deus para um bispado. Você ainda apanha a mitra. Você há-de ficar na história da Igreja portuguesa como um grande bispo, Ferrão!

— Bispo, senhor vigário-geral! Isso era bom! Mas era necessário que eu tivesse o arrojo dum Afonso de Albuquerque ou dum D. João de Castro, para aceitar aos olhos de Deus semelhante responsabilidade!

E ali ficara, entre gente pobre, numa aldeia de terra escassa, vivendo de dois pedaços de pão e uma chávena de leite, com uma batina limpa onde os remendos faziam um mapa, precipitando-se a uma meia légua por um temporal desfeito se um paroquiano tinha uma dor de dentes, passando uma hora a consolar uma velha a quem tinha morrido uma cabra... E sempre de bom humor, sempre com um cruzado no fundo do bolso dos calções para uma necessidade do seu vizinho, grande amigo de todos os rapazitos a quem fazia botes de cortiça, e não duvidando parar, se encontrava uma rapariga bonita, o que era raro na freguesia, e exclamar: "Linda moça, Deus a abençoe!"

E todavia, em novo, a pureza dos seus costumes era tão célebre, que lhe chamavam "a donzela".

De resto, padre perfeito no zelo da Igreja; passando horas de estação aos pés do Santíssimo Sacramento; cumprindo com uma felicidade fervente as menores práticas da vida devota; purificando-se para os trabalhos do dia com uma profunda oração mental, uma meditação de fé, de onde a sua alma saía ágil, como dum banho fortificante; preparando-se para o sono com um destes longos e piedosos exames de consciência, tão úteis, que Santo Agostinho e S. Bernardo faziam do mesmo modo que Plutarco e Sêneca, e que são a correção laboriosa e sutil dos pequenos defeitos, o aperfeiçoamento metuculoso da virtude ativa, empreendido com um fervor de poeta que revê um poema querido... E todo o tempo que tinha vago abismava-se num caos de livros.” (REIS, 2000, p. 761-763)

Tal descrição deixa evidente a diferença entre Ferrão e os demais membros do clero presentes à obra. Sua ausência nas versões anteriores deixa uma lacuna no que haveria de bom na igreja, ou seja, não vemos nas duas primeiras versões menção alguma à virtude ou à prática fiel dos votos clericais. A presença do abade na terceira versão mostra a igreja bipartida, dividida entre boas práticas e leviandade.

O capítulo XIX, diferentemente da primeira versão, traz a narrativa da indiscrição de Libaninho, ao perceber a gravidez de Amélia:

“— Ó pequena, disse de repente o Libaninho, estou a reparar que estás mais gorda.

— Quem, eu? perguntou Amelia.

— Pois não lhe parece, D. Maria? Oh! filha, desde que não te vi fazes uma diferença! Tens a cintura grossa como uma abbadessa. Pois não acha, D. Maria?

D. Maria affirmava-se, applicando a sua formidavel luneta de oiro. Amaro fazia-se escarlate.

— Que faz você hoje? perguntou elle ao conego para cortar bruscamente a conversa.

— Mas repare, D. Maria, insistia o Libaninho.

E levantando-se, andando em redor de Amelia, com um olhar agudo e maganão:

— Oh! filha, se fosses casada perguntava-te quando era o baptisado...

Amaro erguêra-se de repente – e Amelia com a voz um pouco tremula disse, toda córada:

— Acho o gracejo muito tolo.

— Tambem eu, disse severamente o conego.

O Libaninho córou, coçou a calva – e começaram a falar da volta para a cidade.”  
(QUEIRÓS, 1876, p. 274-275)

Parece-nos que Eça, ao enveredar por nova forma de contar a mesma história, soltava-se das amarras de qualquer estilo, e deixava, uma vez mais, ideias no ar: o que escrevia e o que não escrevia passaram a ser igualmente importantes. Na passagem citada acima, informa ao leitor que se podia perceber claramente a gravidez de Amélia, sem contudo o dizer abertamente. O fato de nos deixar perceber ao invés de nos narrar em detalhes revela-nos uma mudança de tons no romance, e mais, na escrita do autor. Neste mesmo capítulo decide-se pelo casamento de Amélia com João Eduardo, até que Dionísia informa que o (possível) noivo partira para Lisboa, e depois para o Brasil: Amaro, antes enciumado, agora está desesperado.

“A mulher, porém, não se apressou: sentou-se mesmo, com licença dos senhores, porque vinha derreada... Não, o senhor cônego não imaginava os passos que se vira obrigada a dar... O maldito tipógrafo lembrava-lhe a história que lhe contavam em pequena, dum veado que estava sempre à vista e que os caçadores a galope nunca alcançavam. Uma perseguição assim!... Mas, finalmente, apanhara-o... E tocadito, por sinal.

— Acabe, mulher! Berrou o cônego. — Pois aqui está, disse ela. Nada! Os dois sacerdotes olharam-na mistificados.

— Nada quê, criatura? — Nada. O homem foi para o Brasil!

O Gustavo recebera de João Eduardo duas cartas: na primeira, onde lhe dava a morada, para o lado do Poço do Borratém, anunciava-lhe a resolução de ir para o Brasil; na segunda dizia-lhe que mudara de casa, sem lhe indicar a nova adresse, e declarava que pelo próximo paquete embarcava para o Rio; não dizia nem com que dinheiro, nem com que esperanças. Tudo era vago e misterioso. Desde então, havia um mês, o rapaz não tornara a escrever, donde o tipógrafo concluía que ia a essa hora nos altos-mares... — "Mas havemos de vingá-lo!" tinha ele dito a Dionísia.

O cônego remexia pausadamente o seu café, embatocado.

— E esta, padre-mestre? Exclamou Amaro, muito branco. □

— Acho-a boa. — Diabo levem as mulheres, e o inferno as confunda! disse surdamente Amaro.

— *Amen*, respondeu gravemente o cônego.” (REIS, 2000, p. 817)

No capítulo XX, sabemos das apreensões de ambos os amantes. Resolve-se que Amélia irá para a quinta da irmã do cônego Dias, com D. Josefa, que irá se refazer de uma doença. Morre a Totó, filha do Tio Esguelhas, o sineiro. Nova incursão na trama, o cônego revela a gravidez de Amélia a D. Josefa, e obtém sua anuência forçada – fica claro para o leitor que D. Josefa não concordara em ser cúmplice da fuga; porém, não lhe restava escolha. Ainda neste capítulo, o cônego Dias resolve levar a S. Joaneira para a praia da Vieira. Na última versão, Amélia está entristecida por ter de separar-se da mãe, e também pelo abandono de Amaro, que permaneceria em Leiria. Tal situação é agravada pela censura de Dona Josefa, que se opõe ao plano de esconder a jovem grávida.

“A pobre Ameliázita, na Ricoça amaldiçoava a sua vida.

Logo durante a jornada no char-à-banc D. Josefa lhe fizera tacitamente sentir que dela não tinha a esperar nem a antiga amizade, nem o perdão do escândalo... E assim foi, quando se instalaram. A velha tomou-se intratável; era todo um modo cruel de abandonar o tu, de a tratar por menina; uma recusa ríspida se Amélia lhe queria arranjar a almofada ou aconchegá-la no xale; um silêncio repreensivo quando ela lhe passava o serão no quarto, costurando; e a todo o momento alusões suspiradas ao triste encargo que Deus lhe mandava no fim dos seus dias...” (REIS, 2000, p. 857)

Capítulo XXI: partida da S. Joaneira para a praia, monotonia na vida do padre Amaro. Amélia encontra consolo (na terceira versão) em sua conversa com o abade Ferrão: ele ouve a confissão de Amélia e a aconselha a superar a atração que ainda sente pelo padre.

“O abade Ferrão ficou calado um momento: sentia-se triste, pensando que por todo o reino tantos centenaes de sacerdotes trazem assim voluntariamente o rebanho naquelas trevas de alma, mantendo o mundo dos fiéis

num terror abjeto do Céu, representando Deus e os seus santos como uma corte que não é menos corrompida, nem melhor, que a de Calígula e dos seus libertos.

Quis então levar àquele noturno cérebro de devota, povoado de fantasmagorias, uma luz mais alta e mais larga. Disse-lhe que todas as suas inquietações vinham da imaginação torturada pelo terror de ofender a Deus... Que o Senhor não era um amo feroz e furioso, mas um pai indulgente e amigo... Que é por amor que é necessário servi-lo, não por medo... Que todos esses escrúpulos, Nossa Senhora a enterrar alfinetes, o nome de Deus a cair no estômago, eram perturbações da razão doente. Aconselhou-lhe confiança em Deus, bom regime para ganhar forças. Que não se cansasse em orações exageradas...

(...)

Vendo-a sempre tão tristonha, interessara-se por ela; para Amélia, as visitas do abade eram uma distração, naquela solidão da Ricoça; e assim se iam familiarizando, a ponto que nos dias em que ele regularmente vinha, Amélia punha um mantelete e ia pelo caminho dos Poiais esperá-lo até junto da casa do ferrador. As conversas do abade, falador incansável, entretinham-na, tão diferentes dos mexericos da Rua da Misericórdia, — como o espetáculo dum largo vale com árvores, plantações, águas, pomares e rumor de lavouras, recreia os olhos habituados às quatro paredes caídas duma trapeira da cidade. Tinha com efeito uma destas conversações semelhantes aos jornais semanais de recreio, o TESOURO DAS FAMÍLIAS ou as LEITURAS PARA SERÕES, em que há de tudo — doutrina moral, histórias de viagens, anedotas de grandes homens, dissertações sobre a lavoura, citação duma boa chalaça, traços sublimes da vida dum santo, um verso aqui e além, e até receitas, como uma muito útil que deu a Amélia para lavar as flanelas sem encolherem. Só era monótono quando falava da sua família paroquiana, dos casamentos, batizados, doenças, questões, ou quando começava as suas histórias de caça.

(...)

Ele então muito paternal:

— Não tem razão para o ser... Sejam quais forem as aflições, as inquietações, uma alma cristã tem sempre a consolação à mão... Não há pecado que Deus não perdoe, nem dor que não calme, lembre-se disso... O que não deve é guardar em si o seu desgosto... É isso que sufoca, que a faz chorar... Se eu lhe posso valer, sossegá-la, é procurar-me...

— Quando? Disse ela toda desejosa já de se refugiar na proteção daquele santo homem.

— Quando quiser, disse ele rindo. Eu não tenho horas para consolar... A igreja está sempre aberta, Deus está sempre presente...” (REIS, 2000, p. 871-875)

Mais uma vez, vemos a ação do abade Ferrão modificando a trama: ao tornar-se, na terceira versão, o confessor de Amélia, traz em seu discurso ensinamentos e conceitos da fé crista – como a misericórdia divina – antes apenas utilizados ironicamente. A partir dele, parece-nos que a igreja possui, enfim, um representante digno de tal posto. Amaro, ao saber que Ferrão confessara sua amada, cego de desejo e ciúme, procura mais uma vez Amélia, que não resiste



(novamente) a seus encantos. João Eduardo regressa a Leiria, e, diferentemente do que se poderia supor, torna-se professor dos filhos do Morgado de Poiais. Ora, sendo ele um escrevente, por que motivo seria o escolhido por um Morgadinho? A elite apoiava João Eduardo, afinal.

“Quem lhe diria então, ao emalar o seu fato no baú de lata, que daí a semanas estaria outra vez a meia légua desses padres e dessas autoridades, contemplando de olho temo a janela de Amélia! Fora aquele singular Morgadinho de Poiais — que não era nem Morgadinho nem de Poiais, e apenas um ricaço excêntrico de ao pé de Alcobaça que comprara aquela velha propriedade dos fidalgos de Poiais, e que, com a posse da terra, recebia do povo da freguesia a honra do título: fora esse santo cavalheiro que o livrara dos enjôos no paquete e dos acasos da emigração. Encontrara-o casualmente no cartório onde ele ainda trabalhava nas vésperas da viagem. O Morgadinho cliente do velho Nunes, conhecia-lhe a história, a façanha do *Comunicado*, o escândalo no Largo da Sé; e já de há muito concebera por ele uma simpatia ardente.

O Morgadinho tinha com efeito por padres um ódio maníaco, a ponto de não ler no jornal a notícia dum crime, sem decidir (ainda mesmo quando o culpado estava já sentenciado) que "no fundo devia de haver na história um sotaina". Dizia-se que este rancor provinha dos desgostos que lhe dera sua primeira mulher, devota célebre de Alcobaça. Apenas viu João Eduardo em Lisboa e soube da viagem próxima, teve imediatamente a idéia de o trazer para Leiria, instalá-lo nos Poiais, e entregar-lhe a educação das primeiras letras dos seus dois pequenos como um insulto estridente feito a todo o clero diocesano. Imaginava de resto João Eduardo um ímpio; e isto convinha ao seu plano filosófico de educar os rapazitos num "ateísmo desbragado". João Eduardo aceitou, com as lágrimas nos olhos: era um salário magnífico que lhe vinha, uma posição, uma família, uma reabilitação estrondosa...

— Oh, senhor Morgado, nunca hei-de esquecer o que faz por mim!... — É para meu gosto próprio!... É para arreliar a canalha! E partimos amanhã!

Em Chão de Maçãs, apenas desceu do vagão, exclamou logo para o chefe da estação que não conhecia João Eduardo, nem a sua história:

— Cá o trago, cá o trago um triunfo! Vem para quebrar a cara a toda a padraria... E se houver custas a pagar, sou eu que as pago!” (REIS, 2000, p. 901-903)

Analisando o trecho acima, vemos que a motivação do Morgado ao acolher João Eduardo era política – a elite, parece-nos, não apoiava a Igreja nem os escândalos a ela atribuídos. Não interessava a esta elite esquecer ou esconder os erros da instituição católica: o Morgadinho trouxe João Eduardo de volta como um “triunfo”, para “quebrar a cara a toda a padraria”; ou seja, para ir contra os padres e a Igreja.

No capítulo seguinte, XXII, Amaro vai à Cortegassa, a quinta onde Amélia se encontra. Descreve o autor a vida de Amélia na quinta, as visitas do tio Esguelhas e o episódio em que o Dr. Gouveia, médico de D. Josefa, toma conhecimento da gravidez de

Amélia:

“... e o dr. Gouveia entrou com o seu enorme chapéu sobre os olhos, a bengala de castão de oiro debaixo do braço. Ficou calado, fitando-a, carregando o sobrolho, e passando vagarosamente a mão pelo queixo.

— Deixa ver a língua. Mais. Deita para fóra, rapariga!

E examinava-a, fazia-lhe certas perguntas, apalpou-a e, depois de ter tossido fortemente:

— Eu bem tinha dito a tua mãe, que te casasse!

Amélia tinha os olhos rasos de lagrimas, tremiam-lhe os beiços.

— Bem, bem, pequena! Não te quero mal por isso! Estás na verdade. A natureza manda conceber, não manda casar. O casamento é uma formula administrativa.

E como Amélia olhava para elle sem comprehender bem:

— Sim, como amigo da tua mãe, posso até certo ponto concordar em que deste um tombo exquisito, mas como naturalista acho que te tornaste util, e regosijo-me. Vamos ao que importa.

E começou, com um modo todo paternal, a dar-lhe conselhos sobre a maneira de andar, de se deitar, de se lavar...

— E quando chegar a occasião, se te vires atrapalhada, manda-me chamar.

E como Amélia ia a dizer n'um tom suplicante:

— Mas não, o senhor doutor não diz nada...

Gouveia parou, com a mão no ferrolho do quarto:

— Tu és estúpida! Também t'ó perdôo. Está na logica do teu temperamento de pessoa cobiçosa. Far-me-has, todavia, o favor de me não supposes linguareiro como os padres, e as beatas das tuas relações. Adeusinho, e appetite!

E o dr. Gouveia saiu carregando mais sobre os olhos as vastas abas do seu chapéu.” (QUEIRÓS, 1876, p. 307-308)

No mesmo capítulo, com a intervenção de Dionísia, entendemos que os amantes encontram-se no próprio quarto de Amélia, durante as noites. Podemos depreender a importância deste capítulo, em especial da inclusão da visita do Dr. Gouveia a Amélia, e das palavras a ela dirigidas. O autor colocou na fala do médico o julgamento da sociedade: Amélia era uma estúpida, usada pelo padre, e não havia feito mais do que a natureza lhe impusera. Ao dizer que não lhe queria mal, mostra-nos o pensamento do autor a respeito da personagem, ou seja, a certeza de que não a condenava por seu estado; antes, compreendia-a, e guardava certo dó da pequena, e de seu destino. Além disso, o médico afirma ser diferente dos padres e das beatas por não ser afeito a fofocas, o que muito nos diz sobre as ideias de Eça e suas convicções sobre Amélia e a igreja à época da concepção da obra. A hipocrisia dos padres e das (ditas) beatas fica exposta ao leitor em tom gravíssimo, e Amélia posa como vítima e

prova de tal situação.

A seguir, ao longo do capítulo XXIII, apenas na terceira versão, Eça apresenta-nos uma longa busca de Amaro por uma ama que cuidasse da criança – a Dionísia explicara a ele o trabalho de uma tecedeira de anjos, porém, a ideia de que a tal mulher mataria a criança o aterrorizava. Paralelamente inicia-se o processo do parto de Amélia, acompanhado, na terceira versão, também por Ferrão e por Gouveia. A discussão travada pelos dois durante a agonia de Amélia resume a ideia central acerca do anticlericalismo presente na obra:

“— Ó doutor, supõe que lhe possa fazer mal o afligir-se?

— Pode-lhe fazer mal, abade, pode — disse o doutor que rebuscava na sua farmácia portátil. Mas eu vou-a fazer dormir... Pois é verdade, a Igreja hoje é uma intrusa, abade!

O abade tornou a levar as mãos á cabeça.

— Escusa de ir mais longe, abade. Veja a Igreja em Portugal. É grato observar-lhe o estado de decadência...

Pintou-lho a largos traços, de pé, com o seu frasco na mão. A Igreja fora a Nação; hoje era uma minoria tolerada e protegida pelo Estado. Dominara nos tribunais, nos conselhos da Coroa, na fazenda, na armada, fazia a guerra e a paz; hoje um deputado da maioria tinha mais poder que todo o clero do reino. Fora a ciência no país; hoje tudo o que sabia era algum latim macarrônico. Fora rica, tinha possuído no campo distritos inteiros e ruas inteiras na cidade; hoje dependia para o seu triste pão diário do ministro da Justiça, e pedia esmola à porta das capelas. Recrutara-se entre a nobreza, entre os melhores do reino; e hoje, para reunir um pessoal, via-se no embarço e tinha de o ir buscar aos enfeitados da Misericórdia. Fora a depositária da tradição nacional, do ideal coletivo da pátria; e hoje, sem comunicação com o pensamento nacional (se é que o há) era uma estrangeira, uma cidadã de Roma, recebendo de lá a lei e o espírito...

— Pois se está assim tão prostrada, mais uma razão para a amar! — disse o abade, erguendo-se escarlate.

Mas a Dionísia tinha de novo aparecido à porta.

— Que temos mais?

— A menina está-se a queixar dum peso na cabeça. Diz que sente faíscas diante dos olhos...

O doutor então imediatamente, sem uma palavra, seguiu a Dionísia. O abade, só, passeava pela sala ruminando toda uma argumentação erriçada de textos, de nomes formidáveis de teólogos, que ia fazer desabar sobre o doutor Gouveia. Mas, meia hora passou, a luz do candeeiro ia esmorecendo, e o doutor não voltou.

Então aquele silêncio da casa, onde só o som dos seus passos sobre o soalho da sala punha uma nota viva, começou a impressionar o velho. Abriu a porta devagarinho, escutou; mas o quarto de Amélia era muito afastado, ao fim da casa, ao pé do terraço; não vinha de lá nem rumor nem luz. Recomeçou o seu

passeio solitário na sala, numa tristeza indefinida que o ia invadindo. Desejaria bem ir ver também a doente; mas o seu caráter, o pudor sacerdotal não lhe permitiam aproximar-se sequer duma mulher no leito, em trabalho de parto, a não ser que o perigo reclamasse os sacramentos. Outra hora mais longa, mais fúnebre, passou. Então, em pontas de pés, corando na escuridão daquela audácia, foi até ao meio do corredor: agora, aterrado, sentia no quarto de Amélia um ruído confuso e surdo de pés movendo-se vivamente no soalho, como numa luta. Mas nem um ai, nem um grito. Recolheu à sala, e abrindo o seu Breviário começou a rezar. Sentiu os chinelos da Gertrudes passarem rapidamente, numa carreira. Ouviu uma porta a distância bater. Depois o arrastar no soalho duma bacia de latão. E enfim o doutor apareceu. A sua figura fez empalidecer o abade: vinha sem gravata, com o colarinho espedaçado; os botões do colete tinham saltado; e os punhos da camisa, voltados para trás, estavam todos manchados de sangue.

— Alguma coisa, doutor?

O doutor não respondeu, procurando rapidamente pela sala o seu estojo, com a face animada dum calor de batalha. Ia já sair com o estojo, mas lembrando-lhe a pergunta ansiosa do abade:

— Tem convulsões, disse.

O abade então deteve-o à porta, e muito grave, muito digno:

— Doutor, se há perigo, peço-lhe que se lembre... É uma alma cristã em agonia, e eu estou aqui.

— Certamente, certamente...

O abade tomou a ficar só, esperando. Tudo dormia na Ricoça, D. Josefa, os caseiros, a quinta, os campos em redor. Na sala, um relógio de parede, enorme e sinistro, que tinha no mostrador a carranca do sol e em cima sobre o caixilho a figura esculpida em pau de uma coruja pensativa, um móvel de castelo antigo, bateu meia-noite, depois uma hora. O abade a cada momento ia até ao meio do corredor: era o mesmo rumor de pés numa luta; outras vezes um silêncio tenebroso. Voltava então para o seu Breviário. Meditava naquela pobre rapariga que, além no quarto, estava talvez no momento que ia decidir da sua eternidade: não tinha ao pé nem a mãe, nem as amigas: na memória apavorada devia passar-lhe a visão do pecado: diante dos olhos turvos aparecia-lhe a face triste do Senhor ofendido: as dores contorciam o seu corpo miserável: e na escuridão em que ia penetrando, sentia já o hálito ardente da aproximação de Satanás. Temeroso fim do tempo e da carne! — Então rezava fervorosamente por ela.

Mas depois pensava no outro que fora uma metade do seu pecado, e que agora na cidade, estirado na cama, ressonava tranqüilamente. E rezava então também por ele.

Tinha sobre o Breviário um pequeno crucifixo. E contemplava-o com amor, abismava-se enternecido na certeza da sua força, contra a qual era bem pouca a ciência do doutor e todas as vaidades da razão! Filosofias, idéias, glórias profanas, gerações e impérios passam: são como os suspiros efêmeros do esforço humano: só ela permanece e permanecerá, a cruz - esperança dos homens, confiança dos desesperados, amparo dos frágeis, asilo dos vencidos, força maior da humanidade: *crux triumphus adversus demonios, crux oppugnantorum murus...*” (REIS, 2000, 975-981)

O capítulo XXIV marca a expectativa de Amaro pelas notícias que traria a Dionísia. Dionísia, na segunda versão (capítulo XXVI), chama Amaro para a quinta. Destacamos mais um detalhe, ainda que pequeno, entre as versões: na primeira, o bebê é do sexo feminino; e, nas duas seguintes, do sexo masculino. Na terceira versão, Dionísia traz-lhe a notícia da morte de Amélia, que o faz desmaiar. Ao voltar a si, tenta, em vão, reaver a criança, o menino que deixara com a ama, que lhe conta sobre a morte deste. Enfurecido, resta-lhe apenas a certeza de que não aguentaria permanecer em Leiria. Procura imediatamente seu superior, dizendo estar sua irmã a morrer em Lisboa, e obtém a permissão para partir. Despede-se das criadads e de tio Esguelhas – que lhe entrega um brinco de ouro que era de Amélia. Escreve brevemente ao cônego Dias:

“Meu caro padre-mestre. - Treme-me a mão ao escrever estas linhas. A infeliz morreu. Eu não posso, bem vê, e vou-me embora, porque, se aqui ficasse, estalava-me o coração. Sua excelentíssima irmã lá estará tratando do enterro... Eu, como compreende, não posso. Muito lhe agradeço tudo... Até um dia, se Deus quiser que nos tomemos a ver. Por mim conto ir para longe, para alguma pobreparóquia de pastores, acabar meus dias nas lágrimas, na meditação e na penitência. Console como puder a desgraçada mãe. Nunca me esquecerei do que lhe devo, enquanto tiver um sopro de vida. E adeus, que nem sei onde tenho a cabeça. — Seu amigo do C. — *Amaro Vieira*.

P.S. — A criança morreu também, já se enterrou.” (REIS, 2000, p. 1003)

Aqui, certamente, a maior disparidade entre as versões – o destino da criança: na segunda versão, vemos Amaro apreensivo quanto ao destino a ser dado ao filho. Há uma longa divagação do pároco sobre o assunto, presente nas duas últimas versões, diferentemente da primeira. Na terceira versão, ele procura antes a ama para ter certeza de que nada de mal fará à criança. Entrega a ela o filho, envolto em sua própria capa, para que não sinta frio. E, ao saber da morte de Amélia, volta a procurá-la, na esperança de reaver o filho. No entanto, fica sabendo da morte do bebê.

O capítulo seguinte, XXV, na segunda versão (o capítulo é incorporado a outros na terceira versão), traz a conclusão de Amaro a caminho da quinta: deveria abandonar a criança à porta de alguém. Acontece o parto, descrito em menos detalhes do que na primeira versão. Amaro recebe o filho das mãos de Dionísia e leva-o, jogando-o no rio. Termina assim o capítulo, na segunda versão (incluímos o final, que difere do final daquele da primeira versão):

“N’essa mesma manhã João Eduardo, ao ir para a quinta do Morgadinho,

às nove horas, passou pelo largo da Sé, entrou na igreja.

Na vespera parecêra-lhe reconhecer em fim o parochio na estrada. Tinha-o seguido de perto até ao primeiro cotovelo da estrada; e de repente elle desaparecera como dissipado nas sombras da noite; gritára tres vezes olá, olá, sem saber por quê. Suspeitára, que elle tivesse saltado pela rampa da estrada, e estivesse agachado nos campos; mas hesitára, viera-lhe uma fraqueza, um acanhamento; mas decidíra seguir ao comprido da estrada. Ninguém! Passára a noite n'uma desesperação – e n'aquella manhã vinha á igreja, sem rasão, instinctivamente, com a vaga esperança de encontrar alli alguma coisa da certeza que desejava.

Mas logo ao deixar cair o pesado reposteiro de panno vermelho teve uma surpresa: ao pé de um dos altares lateraes pareceu-lhe ver agrupada uma das antigas reuniões da casa da S. Joaneira: estavam todos os conhecidos de então – a sra. D. Maria da Assumpção sorrindo em redor como uma dona de casa aos seus convidados; a sra. D. Joaquina Gansoso perfilada no seu mantelete preto; a irmã na sua perpetua somnolencia de carneiro doente; Libaninho com o seu rosario, e a sua cara amarellada; e o sr. Arthur Couceiro, de quinzena alvadia, o chapéu desabado debaixo do braço, a grenha hirsuta, gracejando, todo curvado para as duas sobrinhas do padre Natário, que abafavam os seus risinhos, todas vermelhas, sob os seus chapéus de palha e pluma azul.

Mas então arrastaram cadeiras, cada um se endireitou gravemente, e o padre Amaro entrou devagar, revestido, com os olhos baixos, o calice na mão. Houve um folhear de livros de missa, um *frou-frou* de vestidos acamados – e Amaro, depois de ter aberto o missal, desceu lentamente os tres degraus do altar, persignou-se alto, e, pondo as mãos, com os braços junto ao peito, na attitude ritual, disse, com a voz um pouco rouca:

— *Introibo ad altarem (sic) Dei.*

O sacristão resmungou um *Juventutem meam.*

Algumas velhas, que resavam espalhadas pela igreja junto ás estações do caminho da cruz, vendo começar uma missa, tinham-se erguido, e, com passos fôfos, vinham ajoelhar com grande devoção. Outras pessoas entraram, e em redor do altar foi-se formando um grupo ajoelhado, ende destacavam os lenços de lavadeiras, a calva de um velho todo tremulo, as toucas de rendas pretas de beatas decrepitas.

— *Oremus*, disse Amaro, separando as mãos, e tornando-as a juntar.

E, todo curvado sobre o altar, com as mãos apoiadas á beira da toalha, os cotovelos salientes, ficou immovel, parecendo orar.

Sem saber por quê, João Eduardo sentia uma vaga indignação; parecia-lhe uma profanação, um sacrilegio immenso, o estar alli aquelle homem, tranquillamente, celebrando a missa. Parecia-lhe que *alguem*, não sabia quem, Christo talvez, a mesma igreja, os seus santos o deviam repellir do altar, arrancar-lhe a estola, precipital-o n'um abysmo maldito! Esperava a cada momento ver a missa interrompida, e o padre debater-se com as suas vestes despedaçadas, arrastado para o castigo, para a expiação – não sabia bem se por dois anjos, se por dois beleguins!

Sentia confusamente que aquillo não devia ser, aquelle padre orando diante d'aquelle altar! E olhava em redor: a vasta igreja tinha um ar alegre, com a luz larga, branca, que vinha das altas janellas lateraes; e parecia-lhe então, que todo o grande edificio, com as suas fortes columnas de pedra caiada, a triste capella do Santissimo com a cortina escarlate corrida, o baptisterio num recanto sombrio onde vagos doirados tremeluziam, a fila de bancadas dos conegos com o seu ar cathedratico, o altar-mór com os seus altos ramos artificiaes aguçados, o sacrario reluzindo entre relevos de pau doirado, os tocheiros enormes onde a cera fazia stalactites lugubres, os altares com as suas toalhas brancas, as promessas de cera pependentes ao lado por fitas côr de rosa, o pulpito sob o seu decel de damasco

escarlate, a larga cupula onde entre as janellas triangulares estavam pintados os profetas em attitudes ferozes – todo aquelle vasto templo tinha com aquelle padre uma cumplicidade amigavel!

Sentia isto confusamente, – e no entanto a missa seguia.

— *Sanctus, sanctus, sanctus, Dominum (sic) Deus, sabaoth.*

E o sacristão deu os tres toques da campainha.

Amaro beijava a toalha, punha as mãos, repetia os signaes da cruz sobre a hostia, sobre o calice. As suas attitudes, os seus gestos, a sua inflexão eram graves, compassadas. Ia a elevar a hostia. O sacristão ajoelhára-se por traz, sustentava-lhe com uma das mãos a pesada capa doirada, com a outra tinha a campainha um pouco erguida, preparada. Amaro com os cotovelos sobre a toalha, todo prostrado contra o altar, segurando delicadamente a hostia, pronunciou a consagração:

— *Hoc est enim corpus meum.*

A campainha tocou tres vezes espaçadamente, sentiam-se bater as mãos concavamente nos peitos.

João Eduardo via, na grande luz da egreja, para além do grupo prostrado e ajoelhado das devotas, de pé sobre o altar, Amaro, com a sua capa doirada, a coroa saliente sobre o seu cabello preto, elevando a hostia com os braços erguidos; e por cima entre os vasos, e os castiças de prata uma Nossa Senhora de rosto envernizado, uma coroa de rei sobre os seus cabellos pretos, um manto azul, direito, constellado como um firmamento, sustentava nos seus braços um menino Jesus, de uma côr luzidia de perola, que sorria a Amaro, tendo na mão como uma pella, o globo do mundo. E em quanto a campainha retinia, João Eduardo via a hostia branca, e baça erguida, immovel! Virou as costas e saíu da egreja.” (QUEIRÓS, 1876, p. 338-341)

Como vemos, o capítulo na segunda versão mostra o confronto entre João Eduardo e Amaro desde a noite anterior até a igreja no dia seguinte – diferentemente do que vimos na primeira versão, onde não havia o trecho citado acima.

Na terceira versão, a mais relevante das diferenças: o Padre Amaro não quer que o filho morra, deseja que uma ama o crie. Procura, então, umas das senhoras que costumavam se encarregar – em troca de dinheiro – de livrarem-se de crianças indesejadas. O padre contrata-a não para matar a criança, mas para criá-la ou entregá-la a quem a possa criar. Lamenta não poder ele próprio, ao lado de Amélia, criar a criança. (A “culpa” da impossibilidade era, segundo Amaro, da religião.) Ao entregar a criança à ama, ele tira seu manto, para agasalhar o filho, e o entrega à ama reforçando que não deveria matá-lo, mas sim, criá-lo. Arrepende-se, volta a procurar a ama afim de ter o filho de volta, e descobre que a mulher acabara com a vida da criança. O desfecho do filho, completamente diferente nesta versão, mostra quiçá um amadurecimento de Eça – já que o fim da criança nas duas versões anteriores era terrível demais; ou, ainda, sua intenção de suavizar o tom trágico das versões que precederam esta. Ao mudar esse destino – o da criança – o autor atesta ter se soltado de qualquer estilo que pudesse, de alguma forma, engessar-lhe a escrita. A terceira versão de *O*

*Crime do Padre Amaro* não pode ser encaixada, restrita a um estilo ou a uma escola. Aliás, salientamos que, na terceira versão, o crime em si não ocorre, uma vez que o padre não mata a criança. Fica a questão: seria, aqui, o crime do padre, sua paixão?

Apresentaremos a seguir o momento do desfecho da criança, nas três versões. Na primeira versão, dá-se assim o crime:

“Tinha-o visto, tinha-o visto. Estava perdido. O vulto do escrevente estava parado, á beira da rampa da estrada. Parecia-lhe enorme! Se fugisse, elle seguil-o-ia, correria. Se abandonasse ali nos campos a creança, tudo se revelaria, encontrado por aquelle homem, n’aquellas horas nocturnas, ali. Se se matasse! O rio estava ali com um marulho brando, fundo n’aquelle lugar, e vagos reflexos polidos e finos como os do aço! Desembuçou-se. A creança não chorava. Apalpára por baixo do chale: pareceu-lhe fria. Se estivesse morta! Morta, e então derepente, como um trovão que estala, tomou-lhe o cerebro a idéa de o matar! Matai-o! Não tinha idéas, reflexão, sensibilidade. Estava como um animal instinctivo. Tinha mêdo! mêdo! um mêdo physico, bestial, vil. Estava ao pé do rio. Havia canaviaes ali. Pareceu-lhe sentir passos. Abaixou-se, poz a creança no chão; abriu-lhe o chale; os pannos brancos, destacavam-se da terra escura; tomou uma pedra, que ali estava, grande, musgosa, húmida, pesada; pôl-a ao lado da creança; tornou a entrouxar tudo n’um fardo pesado, apertado, atado, submersivo. Pareceu-lhe sentir gemer baixinho a creança, o filho. A agoa escura, vagamente lusidia estava ali. Umas canas curvadas arrastavam n’agua que as fazia vibrar. E Amaro crispado, com o arquejar seco, os dentes que lhe rangiam, deixou cair o embrulho. Aquillo fez pchah! E a serena agoa correu.” (Tomo II, p. 87-88)

Na segunda versão, dá-se, de forma bastante semelhante, o mesmo desfecho:

“Tinha-o visto, tinha-o visto! Espreitou entre as folhagens. Estava perdido; o vulto do escrevente estava parado, à beira da rampa na estrada. Parecia-lhe enorme! Se fugisse, se fizesse ruído entre os ramos, ele seguiu-lo-ia, correria! Se abandonasse ali nos campos a criança, tudo se revelaria, encontrada por aquele homem, naquelas horas nocturnas. Se se matasse! O rio estava ali com um marulho brando, fundo naquele lugar, com vagos reflexos polidos, e finos como os do aço! Agachou-se e ficou exausto, inerte, ofegando, todo crispado como um animal perseguido. Não se importava já: podiam vir, que o descobrissem, que o amarrassem, que o matassem! Mas a voz de João Eduardo ergueu-se de novo: - “Olá!” Somente pareceu-lhe, que a voz vinha de mais longe. Então com uma lucidez repentina lembrou-se que a estrada adiante tinha outra volta brusca: João Eduardo decerto o perdera, hesitava. Ergueu-se a espreitar: João Eduardo, na estrada, com efeito, ia de uma volta à outra, queria penetrar a escuridão, inclinava-se, duvidava, e de repente deitou a correr pela estrada, dobrou rapidamente a segunda volta, desapareceu. Estava salvo. Veio-lhe uma alegria brutal. Respirou como um homem, que descarregam de um fardo mortal, e desembuçou-se. A criança já não chorava; apalpou-a por baixo do xale, pareceu-lhe morna, como uma carne que vai morrer. Se estivesse morta! Baixou o rosto, desembrulhou-a mais: sentiu um gemido fraco, como o agudo chinar de um rato. Vivia. E então de repente, sem razão, como um trovão que estala, veio-lhe uma ideia: matá-lo! Matá-lo ali! Não raciocinava, não calculava. Sentia só aquela ideia, com uma fixidez dentro da cabeça, que quase lhe fazia uma dor – matá-lo! Era o fim de tudo! Acabavam os sustos, os perigos, as denúncias, as angústias! E veio-lhe um egoísmo terrível, bestial. Aquela criança seria para ele o perigo, o mal, a desonra, o pecado, o crime, a ignomínia. E tinha medo! – um medo fisico, vil: medo que o descobrissem, que o acusassem ao chantre, que lhe voltassem as costas na rua, que o metessem numa enxovia, que o degredassem tiritando de febre no fundo de um porão. Estas ideias vinham-lhe às pontadas, como



ferraduras de animais. A perseguição de João Eduardo pusera-lhe no sangue um medo febril. Aquela criança parecia-lhe uma coisa odiosa, que vinha para o acusar, para o caluniar, para o esfomear, para o matar! Tinha vontade de a esganar com as mãos. Olhou em redor; havia um pequeno canavial, que ramalhava ao vento, e a fria água reluzia vagamente ao pé. Abaixou-se, pôs a criança no chão; abriu o xale; as faixas brancas, uma toalha em que a tinham embrulhado, destacavam na terra escura. Ergueu-se hirto, com os cabelos eriçados. A criança gemia. De repente abaixou-se, tomou um pedregulho, pô-lo sobre a criança, entrouxou tudo num embrulho apertado, agarrou-o convulsamente, atirou-a à água. *Aquilo fez pchah!* Umas rãs saltaram assustadas. Amaro ficou imóvel, gelado, fitando o rio. Agachou-se a escutar, debruçou-se mais sobre a água, e instintivamente mergulhou a mão. A frialdade fê-lo estremecer, ergueu-se de um salto, olhou em redor estupidamente, e de repente deitou a correr ao comprido do rio.” (REIS, 2000, p. 966-968)

E, na terceira versão, eis o desfecho da criança:

“Amaro partiu logo para a Ricoça. Felizmente a noite estava tenebrosa e quente, anunciando chuva. Ia agora tomado duma esperança que lhe fazia bater o coração: era que a criança nascesse mortal E era bem possível. A S. Joaneira em nova tivera duas crianças mortas; a ansiedade em que vivera Amélia devia ter perturbado a gestação. E se ela morresse também? Então a esta idéia, que nunca lhe acudira, invadiu-o bruscamente uma piedade, uma ternura por aquela boa rapariga que o amava tanto, e que agora, por obra dele, gritava dilacerada de dores. E todavia, se ambos morressem, ela e a criança, era o seu pecado e o seu erro que caíam para sempre nos escuros abismos da eternidade... Ele ficava, como antes da sua vinda a Leiria, um homem tranqüilo, ocupado da sua igreja, duma vida limpa e lavada como uma página branca!

Parou junto ao casebre em ruínas à beira da estrada, onde devia estar a pessoa que da Barrosa vinha buscar a criança: não se tinha decidido se seria o homem ou a Carlota: e Amaro receava encontrar o anão, para lhe levar o filho, com aqueles olhos raiados dum sangue mau. Falou para dentro, para as trevas do casebre.

— Olá! Foi um alívio quando a clara voz da Carlota disse na negrura:

— Cá está! — Bem, é esperar, Sra. Carlota.

Estava contente: parecia-lhe que não tinha nada a temer, se o filho partisse aninhado contra aquele robusto seio de quarentona fecunda, tão fresca e tão lavada.

Foi então rondar a casa. Estava apagada e muda, como um empastamento mais denso de sombra naquela lúgubre noite de Dezembro. Nem uma fenda de luz saía da janelas do quarto de Amélia. No ar muito pesado nenhuma folhagem ramalhava. E a Dionísia não aparecia.

Aquela demora torturava-o. Podia passar gente e vê-lo rondar na estrada. Mas repugnava-lhe ir ocultar-se no casebre em ruínas ao pé de Carlota. Foi andando ao comprido do muro do pomar, voltou, — e viu então na porta envidraçada do terraço uma claridade de luz aparecer.

Correu para a portinha verde do pomar que quase imediatamente se abriu; e a Dionísia, sem uma palavra, pôs-lhe nos braços um embrulho.

— Morta? Perguntou ele. — Qual! Vivo! Um rapagão!

E fechou a porta devagarinho, quando os cães, farejando rumor, começavam a ladrar.

Então o contato do seu filho, contra o seu peito, desmanchou como um vendaval todas as idéias de Amaro. O quê! ir dá-lo àquela mulher, à tecedeira de anjos, que na estrada o atiraria a algum valado, ou em casa o arremessaria à latrina? Ah! não, era o seu filho!

Mas que fazer, então? Não tinha tempo de correr aos Poiais e acordar a

outra ama... A Dionísia não tinha leite... Não o podia levar para a cidade... Oh! que desejo furioso de bater àquela porta da quinta, precipitar-se para o quarto de Amélia, meter-lhe o pequerruchinho na cama, muito agasalhado, e todos três ficarem ali como no conchego dum céu! Mas quê, era padre! Maldita fosse a religião que assim o esmagava!

De dentro do embrulho saiu um gemido. Correu então para o casebre — quase esbarrou com a Carlota, que se apoderou logo da criança.

— Aí está, disse ele. Mas ouça lá. Isto agora é sério. Agora é outra coisa. Olhe que o não quero morto... É para o tratar. O que se passou não vale... É para o criar! É para viver. Você tem a sua fortuna... Trate dele!...

— Não tem dúvida, não tem dúvida, dizia a mulher apressada. — Escute... A criança não vai bem agasalhada. Ponha-lhe o meu capote. — Vai bem, senhor, vai bem. — Não vai, com mil diabos! É o meu filho! Há-de levar o capote! Não quero que morra de frio!

Atirou-lho aos ombros com força, traçando-lho sobre o peito, agasalhando a criança; — e a mulher já enfasiada meteu rapidamente pela estrada.

Amaro ficou ali plantado no meio do caminho, vendo o vulto perder-se na negrura. Então todos os seus nervos, depois daquele choque, se relaxaram numa fraqueza de mulher sensível — e rompeu a chorar.

Muito tempo rondou a casa. Mas ela permanecia na mesma escuridão, naquele silêncio que o aterrava. Depois, triste e fatigado, veio voltando para a cidade, quando batiam as dez badaladas na Sé.

A essa hora, na sala de jantar da Ricoça, o doutor Gouveia ceavatrânquillamente o frango assado que lhe preparara a Gertrudes, para depois das canseiras do dia. O abade Ferrão, sentado junto da mesa, assistia-lhe à ceia; viera munido dos sacramentos para o caso de haver perigo. Mas o doutor estava satisfeito; durante as oito horas de dores a rapariga mostrara-se corajosa; o parto fora feliz, de resto, e saíra um rapagão que fazia muita honra ao papá.

O bom abade Ferrão baixava castamente os olhos àqueles detalhes, no seu pudor de sacerdote.

— E agora, dizia o doutor trinchando o peito do frango, agora que eu introduzi a criança no mundo, os senhores (e quando digo os senhores, quero dizer a Igreja) apoderam-se dele e não o largam até a morte. Por outro lado, ainda que menos sofregamente, o Estado não o perde de vista... E aí começa o desgraçado a sua jornada do berço à sepultura, entre um padre e um cabo de polícia!

O abade curvou-se, e tomou uma estrondosa pitada preparando-se para a controvérsia.

— A Igreja, continuava o doutor com serenidade, começa, quando a pobre criatura ainda nem tem sequer consciência da vida, por lhe impor uma religião...

O abade interrompeu, meio sério, meio rindo:

— Ó doutor, ainda que não seja senão por caridade com a sua alma, devo adverti-lo que o sagrado Concílio de Trento, cânon décimo terceiro, comina a pena de excomunhão contra todo o que disser que o batismo é nulo, por ser imposto sem a aceitação da razão.

— Tomo nota, abade. Eu estou acostumado a essas amabilidades do Concílio de Trento para comigo e outros colegas...

— Era uma assembléia respeitável! acudiu o abade já escandalizado.

— Sublime, abade. Uma assembléia sublime. O Concílio de Trento e a Convenção foram as duas mais prodigiosas assembléias de homens que a terra tem presenciado...

O abade fez uma visagem de repugnância àquele cotejo irreverente entre os santos autores da doutrina e os assassinos do bom rei Luís XVI.

Mas o doutor prosseguiu:

— Depois, a Igreja deixa a criança em paz algum tempo enquanto ela faz a sua dentição e tem o seu ataque de lombrigas...

— Vá, vá, doutor! murmurava o abade, escutando-o pacientemente, de olhos cerrados — como significando "anda, anda, enterra bem essa alma no abismo de fogo e pez"!

— Mas quando se manifestam no pequeno os primeiros sintomas de razão, continuava o doutor, quando se torna necessário que ele tenha, para o distinguir dos animais, uma noção de si mesmo e do Universo, então entra-lhe a Igreja em casa e explica-lhe tudo! Tudo! Tão completamente, que um gaiato de seis anos que não sabe ainda o bê-a-bá tem uma ciência mais vasta, mais certa, que as reais academias combinadas de Londres, Berlim e Paris! O velhaco não hesita um momento para dizer como se fez o Universo e os seus sistemas planetários; como apareceu na Terra a criação; como se sucederam as raças; como passaram as revoluções geológicas do globo; como se formaram as línguas; como se inventou a escrita... Sabe tudo: possui completa e imutável a regra para dirigir todas as ações e formar todos os juízos; tem mesmo a certeza de todos os mistérios; ainda que seja míope como uma toupeira vê o que se passa na profundidade dos céus e no interior do globo; conhece, como se não tivesse feito senão assistir a esse espetáculo, o que lhe há-de suceder depois de morrer... Não há problema que não decida... E quando a Igreja tem feito deste marmanjo uma tal maravilha de saber, manda-o então aprender a ler... O que eu pergunto é: para quê?

A indignação tinha emudecido o abade.

— Diga lá, abade, para que os mandam os senhores ensinar a ler? Toda a ciência universal, o res scibilis, está no Catecismo: é meter-lho na memória, e o rapaz possui logo a ciência e consciência de tudo... Sabe tanto como Deus... De fato, é Deus mesmo.

O abade pulou.

— Isso não é discutir, exclamou, isso não é discutir!... Isso são chalaças à Voltaire! Essas coisas devem-se tratar mais de alto...

— Como chalaças, abade? Tome um exemplo: a formação das línguas. Como se formaram? Foi Deus, que descontente com a Torre de Babel...

Mas a porta da sala abriu-se, e apareceu a Dionísia. Havia pouco o doutor tinha-lhe dado uma desanda no quarto de Amélia; e agora a matrona falava-lhe sempre encolhida de terror.” (REIS, 2000, p. 969-973)

Como podemos ver, o desfecho foi completamente modificado. De certa forma, a presença do abade Ferrão e o desfecho do romance tiram o sangue das mãos da igreja, ainda que a crítica à instituição não seja minorada: fica, ironicamente, mais relista, *per se*. A igreja é retratada de forma mais fiel na versão final, uma vez que aparece dividida. E o protagonista não é tão cruel quanto nas versões anteriores, é mais humano e menos monstruoso.

A religião, ou a crítica a ela, é uma das principais temáticas da obra de Eça de Queirós. Muito da ficção do autor deixa transparecer nuances de suas reflexões acerca da transcendência e da relação do homem com o sobrenatural, além de inúmeras críticas à religião oficial de Portugal, o Cristianismo, e à principal Instituição religiosa do país, a Igreja Católica. E aqui, de forma peculiar, ao final daquela que seria a edição definitiva da obra (a terceira), Eça culpa a Igreja por mais um impedimento – ao mostrar que Amaro gostaria de criar seu filho, mas não podia fazê-lo.

“O cônego, já antes esfalfado dos excessos do seu furor, ficou agora, àquelas palavras, como um boi atordoado. Só pôde dizer daí a pouco, muito murcho:

— Que traste você me sai!

O padre Amaro então, quase tranqüilo, certo do silêncio do cônego, disse com bonomia:

— Traste por quê? Diga-me lá! Traste por quê? Temos ambos culpas no cartório, eis aí está. E olhe que eu não fui perguntar, nem peitar a Totó... Foi muito naturalmente ao entrar em casa. E se me vem agora com coisas de moral, isso faz-me rir. A moral é para a escola e para o sermão. Cá na vida eu faço isto, o senhor faz aquilo, os outros fazem o que podem. O padre-mestre que já tem idade agarra-se à velha, eu que sou novo arranjo-me com a pequena. É triste, mas que quer? É a natureza que manda. Somos homens. E como sacerdotes, para honra da classe, o que temos é fazer costas!

O cônego escutava-o, bamboleando a cabeça, na aceitação muda daquelas verdades. Tinha-se deixado cair numa cadeira, a descansar de tanta cólera inútil; e erguendo os olhos para Amaro:

— Mas você, homem, no começo da carreira!

— E você, padre-mestre, no fim da carreira!

Então riram ambos. Imediatamente cada um declarou retirar as palavras ofensivas que tinham dito; e apertaram-se gravemente a mão. Depois conversaram.

O cônego, o que o tinha enfurecido era ser lá com a pequena da casa. Se fosse com outra... até estimava! Mas a Ameliuzinha!... Se a pobre mãe viesse a saber, estourava de desgosto.

— Mas a mãe escusa de saber! exclamou Amaro. Isto é entre nós, padre-mestre! Isto é segredo de morte! Nem a mãe sabe de nada, nem eu mesmo digo à pequena o que se passou hoje entre nós. As coisas ficam como estavam, e o mundo continua a rolar... Mas você, padre-mestre, tenha cuidado!... Nem uma palavra à S. Joaneira... Que não haja agora traição!

O cônego, com a mão sobre o peito, deu gravemente a sua palavra de honra de cavalheiro e de sacerdote que aquele segredo ficava para sempre sepultado no seu coração.

Então apertaram ainda uma outra vez afetuosamente a mão. Mas a torre gemeu as três badaladas. Era a hora de jantar do cônego. E ao sair, batendo nas costas de Amaro, fazendo luzir um olho de entendedor:

— Pois seu velhaco, tem dedo!

— Que quer você? Que diabo... Começa-se por brincadeira...

— Homem! disse o cônego sentenciosamente, é o que a gente leva de melhor deste mundo.” (REIS, 2000, p. 773-775)

No capítulo XXIV (da segunda versão), a notícia da morte de Amélia, trazida por Dionísia, faz Amaro desmaiar. O padre resolve abandonar Leiria, dizendo estar sua irmã à morte em Lisboa. Despede-se então do tio Esguelhas, e parte para a capital. Mais uma vez, lembramo-nos de que é possível mudar o entorno, mas não o interior. No capítulo seguinte, XXVII, há o enterro de Amélia, semelhante em quase todos os aspectos ao da primeira versão. No entanto, há um dado novo tanto na segunda como na terceira versão: João Eduardo estranha o fato de, ao descer o caixão, ouvir tio Esguelhas murmurar: “Coitadita! pouco tempo foi feliz!” (QUEIRÓS, 1876, p. 355) O autor também incluiu a dúvida de João Eduardo quanto ao motivo de ver tio Esguelhas tão triste no sepultamento de Amélia – para o qual

tinha trazido sua muleta nova, em honra a Amélia.

Segue-se então o capítulo final, inumerado (na segunda versão), XXV na terceira, que, como na versão inicial, traz o encontro, em Lisboa, no Chiado, em maio de 1870, de Amaro e Dias e a conversa de ambos. A terceira versão apresenta um diálogo mais longo entre os clérigos, não nas reminiscências do passado: nesta parte, as duas versões são praticamente iguais. Em ambas, destacamos a afirmação do cônego Dias sobre os dias vividos por ambos em Leiria: “Tudo passa.” (QUEIRÓS, 1880, *in* REIS, 2000, p. 1027). A diferença, na última versão, está no prolongamento do capítulo na terceira versão, com uma longa conversa sobre as notícias vindas de Paris, e as veredas da Pátria que poderiam vir a seguir.

“Nos fins de Maio de 1871 havia grande alvoroço na Casa Havanesa, ao Chiado, em Lisboa. Pessoas esbaforidas chegavam, rompiam pelos grupos que atulhavam a porta, e alçando-se em bicos de pés esticavam o pescoço, por entre a massa dos chapéus, para a grade do balcão, onde numa tabuleta suspensa se colavam os telegramas da Agência Havas; sujeitos de faces espantadas saíam consternados, exclamando logo para algum amigo mais pacato que os esperava fora:

— Tudo perdido! Tudo a arder!

Dentro, na multidão de grulhas que se apertava contra o balcão, questionava-se forte; e pelo passeio, no Largo do Loreto, defronte ao pé do estanco, pelo Chiado até ao Magalhães, era, por aquele dia já quente do começo de Verão, toda uma gralhada de vozes impressionadas onde as palavras — Comunistas! Versalhes! Petroleiros! Thiers! Crime! Internacional! voltavam a cada momento, lançadas com furor, entre o ruído das tipóias e os pregões dos garotos gritando suplementos.

Com efeito, a cada hora, chegavam telegramas anunciando os episódios sucessivos da insurreição batalhando nas ruas de Paris: telegramas despedidos de Versalhes num terror dizendo os palácios que ardiam, as ruas que se aluíam; fuzilamentos em massa nos pátios dos quartéis e entre os mausoléus dos cemitérios; a vingança que ia saciar-se até à escuridão dos esgotos; a fatal demência que desvairava as fardas e as blusas; e a resistência que tinha o furor duma agonia com os métodos duma ciência, e fazia saltar uma velha sociedade pelo petróleo, pela dinamite e pela nitroglicerina! Uma convulsão, um fim do mundo — que vinte, trinta palavras de repente mostravam, num relance, a um clarão de fogueira.

O Chiado lamentava com indignação aquela ruína de Paris. Recordavam-se com exclamações os edificios ardidos, o Hotel de Ville, "tão bonito", a Rua Royale, "aquela riqueza". Havia indivíduos tão furiosos com o incêndio das Tulherias como se fosse uma propriedade sua; os que tinham estado em Paris um ou dois meses abriam-se em invectivas, arrogando-se uma participação de parisienses na riqueza da cidade, escandalizados por a insurreição não ter respeitado os monumentos em que eles tinham posto os seus olhos.

— Vejam vocês! Exclamava um sujeito gordo. O palácio da Legião de Honra destruído! Ainda não há um mês que eu lá estive com minha mulher... Que infâmia! Que patifaria!

Mas espalhara-se que o ministério recebera outro telegrama mais desolador: toda a linha do boulevard da Bastilha à Madalena ardia, e ainda a Praça da Concórdia, e as avenidas dos Campos Elísios até ao Arco do Triunfo. E assim tinha a revolta arrasado, numa demência, todo aquele sistema de restaurantes, cafés- concertos, bailes públicos, casas de jogo e ninhos de prostitutas! Então houve por todo o Largo do Loreto até ao Magalhães um estremecimento de furor. Tinham pois as chamas aniquilado toda aquela centralização tão cômoda da patuscada! Oh que infâmia! O mundo acabava! Onde se comeria melhor que em Paris? Onde se encontrariam mulheres mais experientes? Onde se tornaria a ver aquele desfile prodigioso dum volta do Bois, nos dias ásperos e secos de Inverno, quando as vitórias das cocottes resplandeciam ao pé dos fâetons dos agentes da Bolsa? Que abominação! Esqueciam-se as bibliotecas e os museus: mas a saudade era sincera pela destruição dos cafés e pelo incêndio dos lupanares. Era o fim de Paris, era o fim da França!

Num grupo ao pé da Casa Havanesa os questionadores politicavam: pronunciava-se o nome de Proudhon que, por esse tempo, se começava a citar vagamente em Lisboa como um monstro sanguinolento; e as invectivas rompiam contra Proudhon. A maior parte imaginava que era ele que tinha incendiado. Mas o poeta estimado das Flores e Ais acudiu dizendo "que, à parte as asneiras que Proudhon dizia, era ainda assim um estilista bastante ameno." (REIS, 2000, p. 1019-1021)

“O Chiado lamentava com indignação aquela ruína de Paris.” (REIS, 2000, p. 1019) O Chiado? Portugal? Ou Eça, em sua preocupação com os possíveis ecos da Comuna de Paris? Não nos fica claro – mais uma vez, sutilmente escondido – o final pretendido pelo autor. Ainda assim, sabemos por que termina a versão (esta sim) definitiva de sua obra mostrando sua preocupação com o futuro: ao nos apresentar política e religião ao longo da história desenvolvida, atira-nos ao futuro, com um ar nem otimista, nem pessimista, mas questionador.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação tem como seu objeto de análise as três versões da obra *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós. Ao indicar continuidades e contrapor diferenças, analisadas no pano de fundo das enormes mutações da sociedade, da política e da religião no Portugal oitocentista, demonstramos que Eça, escrevendo, reescrevendo, refundindo o romance, suavizou o discurso crítico e ácido do realismo-naturalismo, chegando à terceira versão com tons singulares de ironia e anticlericalismo.

No primeiro capítulo, recordamos um pouco do momento histórico de Portugal à época das versões da obra, sob a ótica da geração de Eça. Citamos as ideias dominantes, influenciadas que foram pela Questão Coimbrã e pelas Conferências do Casino, discutimos o Liberalismo e o anticlericalismo a ele associado, bem como a aliança constitucional Igreja/Estado tão criticada por Eça e por colegas da Geração de 70. Reunimos alguns dados biográficos do autor, como suas viagens de trabalho e parte de sua correspondência, com o objetivo de acrescentar dados ao entendimento da concepção de cada uma das versões da obra. Incluímos um breve resumo da história da publicação de *O Crime do Padre Amaro*: a primeira versão, publicada na *Revista Ocidental*, em 1875; a segunda, revista por Eça, publicada em livro em 1876; e a terceira e última, também em livro, em 1880. Destacamos as diferenças entre a primeira e a última versões, passando pela segunda. Além disso, incluímos a discussão sobre a crítica feita ao romance por Machado de Assis, que corroborou a fala da época de que Eça havia plagiado um romance de Zola. Apresentamos um breve estudo da obra de Zola, seguida das duas visões sobre a questão, a da crítica e a de Eça.

O segundo capítulo aborda, em detalhes, a primeira versão da obra estudada. Esta versão não foi até hoje publicada em volume, portanto, foi feita uma visita ao Museu da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal e a análise da obra em partes para que se pudesse construir o capítulo. O trabalho do Professor José Pereira Tavares também foi amplamente estudado para que se pudesse chegar a uma análise minuciosa da versão de 1875. O capítulo apresenta a versão capítulo a capítulo, expondo de forma especial aqueles em que as demais versões modificariam.

O terceiro e último capítulo apresenta o estudo das duas versões seguintes de *O Crime do Padre Amaro*, e tem como corpus o trabalho do Professor Carlos Reis em conjunto com o do Professor José Pereira Tavares. Este capítulo apresenta as diferenças entre a primeira e as demais versões, bem como aquelas entre a segunda e a terceira versões – aqui, parece-nos, as mais relevantes. À medida que Eça revê sua escrita, parece suavizar as características daquela

primeira versão, utilizando-se para tal de um novo personagem – o abade Ferrão – e de um desfecho completamente diferente do escolhido nas duas versões anteriores. Desta forma, encontramos subsídios para concluir que a obra foi de fato “gestada” por seu autor (REIS, 2000, p. 11), uma vez que, além de alterar a semântica e a retórica do discurso, Eça modificou elementos chave da obra: o infanticídio, suprimido na terceira versão; e a discussão acerca da igreja católica, suas práticas e dogmas. Na terceira versão, o autor apresenta a instituição polarizada, o que amadurece tanto a crítica quanto a obra, já que não se limita a expor defeitos, mas sim a contrapor os dois lados, deixando lacunas para que o leitor faça seu julgamento e chegue à sua conclusão. Terminamos expondo que, através das nuances observadas nas versões da obra, encontramos a marca da escrita de Eça, com as preocupações sociais e anticlericais presentes em todos os seus escritos.

As três versões de *O crime do padre Amaro* mostram um escritor em processo de amadurecimento, que vai relativizando as verdades assumidas por ocasião das Conferências do Casino e d'*As farpas*. O resultado é um quadro social mais completo, do qual não está excluída uma visão mais complexa dos caminhos e descaminhos, divisões e conflitos nas fileiras da Igreja católica. Permanece o anticlericalismo de Eça, mas já não será o mesmo.



## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paulo Madeiros. *Dicionário de tipos e personagens de Eça de Queirós*. São Paulo: Mundo Música, 1977.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. BERNADINI, Aurora Fornoni de, et al. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. PERRONE-MOISÉS, Leyla. 12. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O prazer do texto*. Trad. GINSBURG, J. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BATALHA REIS, Jaime. Introdução. In: QUEIRÓS, Eça de. *Prosas bárbaras*. Lisboa: Livros do Brasil, [19--].
- BERARDINELLI, Cleonice. Exercício de análise estrutural: o tesouro de Eça de Queirós. In: \_\_\_\_\_. *Estudos de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- \_\_\_\_\_. Releituras de Eça de Queirós. *Revista Semeiar*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 75-86, 2004.
- \_\_\_\_\_. Para uma análise estrutural de Eça de Queirós. *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, v. 2, p. 22-30, 1971.
- BERRINI, Beatriz. *Eça de Queirós: análise literária 1*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [19--].
- \_\_\_\_\_. *Eça de Queirós: palavra e imagem*. Lisboa: Inapa, 1988.
- BRUNO, Mario. *Lacan e Deleuze: o trágico em duas faces do além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.
- BUESCU, Helena Carvalhão. Capítulo II: O romantismo e a gênese do romance histórico. In: *Lendas e Narrativas de Alexandre Herculano*. Lisboa: Ed. Comunicação, 1987. (Coleção de textos literários; 29).
- \_\_\_\_\_. *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- CAMPOS, António Matos. *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Caminho, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A personagem de ficção*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1970.

CARVALHO, Mário Vieira de. Fragmento e montagem na ficção de Eça de Queirós: o universo sonoro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE QUEIROSIANOS, 4., 2000, Coimbra. *Anais*. Coimbra: Almedina, 2000. v.1.

CARDOSO, Luís Miguel Oliveira de Barros. *Duas nótuas queirosianas: I - O Crime do Padre Amaro como reflexo da evolução estético-ideológica de Eça de Queirós*. Viseu: Instituto Politécnico de Viseu, 1997.

CARDOSO, Nuno Catharino, *Camillo, Fialho e Eça*. Lisboa: Portugália Editora, 1978.

COELHO, Jacinto do Prado. *Dicionário de Literatura* 3. ed. Porto: Figueirinhas, 1979. v.1.

DAVID, Sérgio Nazar. *Freud e a religião*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *O século de Silvestre da Silva: estudos Queirosianos*. Rio de Janeiro: FAPERJ / 7 Letras, 2007. v.2.

FERREIRA, José Medeiros. Portugal em transe (1985). In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. v. 8.

FIALHO, Irene. *Almanaques e outros escritos: Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011.

FIGUEIREDO, Monica Nascimento. A escrita por testemunho: Eça de Queirós autor de Oliveira Martins e de Guerra Junqueiro. In: BUESCU, Helena; CERDEIRA, Teresa (Org.). *Literatura Portuguesa e construção do passado e do futuro*. 1. ed. Portugal: Casal de Cambra; Caleidoscópio, 2011. v. 1, p. 157-170.

\_\_\_\_\_. A Lisboa que não é Paris: a propósito de O Primo Basílio de Eça de Queirós. In: OLIVEIRA, Marli Scarpelli. Paulo M. (Org.). *Os Centenários: Eça, Freyre, Nobre*. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001. v. 1, p. 33-48.

\_\_\_\_\_. Corpos e Desejos em desabrigo: a propósito de O Primo Basílio. In: REIS, Carlos. (Org.). *Estudos Queirosianos*. 1. ed. Coimbra: Almedina Editora, 2002. v. 2, p. 821-830.

\_\_\_\_\_. E[ç]as Mulheres: um estudo da presença feminina em Eça de Queirós. *Revista Metamorfoses*, v. 7, p. 281-282, 2006.

FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina da Costa. *O Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, 2010.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar da civilização*. Trad. SOUZA, Paulo César de. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GUERRA DA CAL, Ernesto. *Dicionário de literatura*. 3. ed. Porto: Figueirinhas, 1979. v.3.

LIMA, Maria Isabel da Silva Pires de. *As máscaras do desengano: para uma abordagem sociológica de Os Maias de Eça de Queirós*. Porto: Universidade do Porto, 1986.

LOURENÇO, Eduardo. *Da Literatura como interpretação de Portugal*. In: \_\_\_\_\_. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Editora Gradiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Editora Gradiva, 2005.

\_\_\_\_\_. O Tempo de Eça e Eça e o Tempo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE QUEIROSIANOS, 3., 1997, São Paulo, SP. *Anais*. São Paulo: Editora USP, 1997. p. 707-714.

MATOS, A. Campos. (Org.). *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

MÓNICA, Maria Filomena. *Eça – vida e obra de José Maria Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

NETO, Vitor. O Estado e a Igreja. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. v.4 e 5.

NOVAES, Adauto. Sobre Tempo e História. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras - Secretaria Municipal de Cultura, 2006. p. 9-18.

ORTIGÃO, Ramalho; QUEIRÓS, Eça. *As Farpas*: chronica mensal da politica das letras e dos costumes. Lisboa: Typ. Universal, 1871-1872.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Prefácio. *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Edições Dois Mundos / Livros do Brasil: 1945.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Falência da crítica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. *Flores da Escrivantina*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

QUEIRÓS, Eça de. “A Perfeição”. *Contos*. Porto: Porto Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. *O crime do padre Amaro*. Edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.

\_\_\_\_\_. *O primo Basílio*. Episódio doméstico. Lisboa: Livros do Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os Maias*. Episódios da vida romântica. Lisboa: Livros do Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. *Prefácio d’O Brasileiro Soares*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.

\_\_\_\_\_. *Notas contemporâneas*. São Paulo: Editora Brasilense, 1961.

\_\_\_\_\_. ([19--]) Prefácio dos Azulejos do Conde de Arnoso. In: \_\_\_\_\_. *Notas contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil, [19--]. p.95-113 [1. edição 1886].

REIS, Carlos. *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós: O Crime do Padre Amaro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

\_\_\_\_\_. Eça de Queirós e o discurso da história. *Queirosiana*, Tormes, n. 7-8, p.45-60, 1994.

\_\_\_\_\_. *Estatuto e perspectiva do narrador na ficção de Eça de Queirós*. Coimbra: Livraria Almedina, 1975.

\_\_\_\_\_. Sobre o último Eça ou o Realismo como problema. In: \_\_\_\_\_. *Estudos Queirosianos: ensaios sobre Eça de queirós e sua obra*. Lisboa: Editorial Presença, 1999. p.156-163.

\_\_\_\_\_. *Técnicas de análise textual: introdução à leitura crítica do texto literário*. Coimbra: Livraria Almedina, 1992.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A Regeneração e o seu significado. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. v.4 e 5.

ROSA, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. v. 7.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1979.

SENA, Jorge de. Os Três Amaros. In: \_\_\_\_\_. *Estudos de literatura portuguesa*. 2 ed. Lisboa: Editora 70, 2001. v.1, p. 151-159.

TAVARES, José Pereira. *O crime do padre Amaro: análise das duas primeiras redacções*. Aveiro: Gráfica Aveirense, 1943.

ZOLA, Émile. *The sin of father Mouret*. Nova Iorque: Great Oak Books, 1997.